

Escola de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Economia Política

**CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, COMORES E OS OBJECTIVOS DE
DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO**

João José Correia Galina Fortes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Economia Monetária e Financeira

Orientador:

Doutor Emanuel Leão, Professor Auxiliar (com Agregação)
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

[Setembro, 2011]



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, COMORES E OS OBJECTIVOS DE
DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

João José Correia Galina Fortes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Economia Monetária e Financeira

Orientador:

Doutor Emanuel Leão, Professor Auxiliar (com Agregação)
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

[Setembro, 2011]

AGRADECIMENTOS

Quero expressar os meus agradecimentos a todos os professores pelos conhecimentos transmitidos durante este curso, em especial o professor Emanuel Leão.

Aos meus país, José Fortes e Maria Correia, e aos meus irmãos, Gilberto, Silvino, Adilson e Belanize e a todos os familiares, pelo incentivo e esforço prestado.

Á todos os meus colegas e amigos que de uma forma ou outra me apoiaram ao longo da minha vida académica, o meu obrigado.

Aos colegas de turmas do mestrado (2009-2011) pela convivência fica aqui a saudade das nossas conversas, dos estudos de grupo, enfim, das alegrias e tristezas compartilhadas nestes dois anos.

Obrigado a todos, que, de forma directa ou indirecta, contribuíram para que hoje pudéssemos expor a presente dissertação.

RESUMO

Passados onze anos após o anúncio dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) Cabo verde faz parte da lista das poucas nações africanas que pode atingir as metas mais ambiciosas dos ODM, lançados na sequência da Cimeira do Milénio em 2000 – onde 189 nações acordaram em reduzir a pobreza extrema e as suas principais causas até ao ano 2015.

No entanto, o país carece de recursos e os fluxos gerados pela economia de Caboverdeana, desde sempre, foram insuficientes para financiar o seu desenvolvimento, devido aos constrangimentos relativos à falta de recursos naturais, ao défice da balança comercial e à dimensão e fragmentação do território. Logo a relevância do estudo proposto, que parte da questão: O que fez Cabo Verde para estar prestes a cumprir os oitos objectivos de desenvolvimento propostos pela ONU?

Um crescimento económico contínuo, maturidade democrática, governação mais eficiente e maior eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, são factores que, contrariando previsões pessimistas, marcam o desenvolvimento de Cabo Verde, ou seja, o capital estrangeiro surge como um recurso estratégico no desenvolvimento do arquipélago, sendo um instrumento chave para colmatar alguns défices da economia cabo-verdiana.

Concluimos que, apesar dos constantes desafios e constrangimentos que o país enfrenta, e apesar das alternativas de desenvolvimento se basearem nos factores externos que não estão sob total controlo do país, as perspectivas de desenvolvimento são bastante favoráveis e que os objectivos traçados pela ONU serão cumpridos.

Classificação do JEL: E0; O15

Palavras-Chave: Cabo Verde, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, Ajuda Pública ao Desenvolvimento, Pequenos estados e territórios insulares.

ABSTRACT

After eleven years after the announcement of the Millennium Development Goals (MDGs), Cape Verde is part of the list of the few African nations, can achieve more ambitious goals of the MDGs, released following the Millennium Summit in 2000 - where 189 nations agreed to reduce extreme poverty and its root causes by 2015.

However, the country lacks the resources and flows generated by the economy of Cape Verde has always been insufficient to finance its development, due to constraints relating to lack of natural resources, the trade deficit and the size and fragmentation of the territory . Once the relevance of the proposed study, which part of the question: What did Cape Verde to be about to meet the eight development goals proposed by the UN?

Continued economic growth, maturity democratic, governance more efficient and more effective official development assistance, are all factors that, contrary to pessimistic predictions, mark the development of Cape Verde that is, foreign capital appears as a strategic resource in the development of the archipelago and is a key instrument to address some shortcomings of the Cape Verdean economy.

We conclude that, despite constant challenges and constraints facing the country, and despite the development alternatives are based on external factors that are not fully under control the country's development prospects are quite favorable and that the targets set by the UN will be fulfilled.

JEL classification: E0; O15

Keywords: Cape Verde, the Millennium Development Goals, official development assistance, small states and island territories.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 Comparação entre os Pequeno Estados Insulares de África, 2009	- 4 -
Quadro 2.2 Índices comparados de cinco Pequenos Estados Insulares Africanos, 2007....	- 10 -
Quadro 3.3 Balança de Pagamentos (em milhões de escudos)	- 20 -
Quadro 3.4 Evolução da Balança Financeira	- 25 -
Quadro 3.5 Principais Indicadores da Dívida Externa	- 26 -
Quadro 4.6 ODM - Cabo Verde	- 68 -
Quadro 4.7 ODM – Guiné-Bissau.....	- 79 -

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Figura 3.1 Contas públicas (em % do PIB).....	- 18 -
Figura 3.2 Saldo da Conta Corrente e o Impacto dos Preços dos Combustíveis	- 21 -
Figura 3.3 Taxa de Crescimento Exportações e Importações e Rácio de Cobertura	- 21 -
Figura 3.4 Défice da Conta Corrente e Figura 3.5 Principais fontes de Financiamento	- 22 -
Figura 3.6 Balança Corrente – Composição.....	- 23 -
Figura 3.7 Receitas de Turismo e Remessas de Emigrantes	- 24 -
Figura 3.8 Taxas de Juro, 2005-2010.....	- 27 -
Figura 3.9 Indicadores monetários (Taxas de crescimento).....	- 28 -
Figura 3.10 Indicadores de Investimento (mm ³ - Taxa variação homóloga)	- 30 -
Figura 3.11 Evolução do Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde.....	- 30 -
Figura 3.12 Evolução do Investimento	- 31 -
Figura 3.13 Índice de Preços no Consumidor	- 32 -
Figura 3.14 Crescimento real do PIB (%).....	- 33 -
Figura 3.15 Indicador de clima económico (pontos).....	- 34 -
Figura 3.16 Evolução do Sector Primário (em % do PIB), de 2004 a 2009	- 35 -
Figura 3.17 Contribuição dos principais ramos de actividade (Em Milhares de Contos)..	- 36 -
Figura 3.18 Exportações e Importações de Mercadorias	- 39 -
Figura 3.19 Evolução do número de hóspedes nos estabelecimentos	- 47 -
Figura 3.20 Produto Interno Bruto Real (bilhões \$).....	- 48 -
Figura 3.21 Produto Interno Bruto Real (%).....	- 49 -
Figura 3.22 Taxa de inflação (IPC - %)	- 49 -
Figura 3.23 Produto Interno Bruto per capita (US\$).....	- 50 -
Figura 3.24 Produção Castanha de Caju (em milhares de Toneladas).....	- 50 -
Figura 3.25 Exportações (bilhões \$)	- 51 -
Figura 3.26 Importações (bilhões \$)	- 52 -
Figura 3.27 Comercio externo - Balança comercial (em Bilhões de FCFA)	- 52 -
Figura 3.28 Dívida externa (Em milhões de US\$)	- 53 -
Figura 3.29 Contribuição dos sectores - PIB real (%).....	- 54 -

Figura 3.30	Produto Interno Bruto (PIB) - Taxa de Crescimento Real (%).....	- 58 -
Figura 3.31	PIB per capita (USD).....	- 59 -
Figura 3.32	Taxa de inflação (preços ao consumidor - %)	- 60 -
Figura 3.33	Exportações (bilhões \$)	- 61 -
Figura 3.34	Importações (bilhões \$)	- 61 -
Figura 3.35	Dívida externa (bilhões US\$)	- 62 -
Figura 3.36	APD e IDE em % do PIB.....	- 63 -
Figura 3.37	Contribuição dos sectores na formação do PIB(%).....	- 64 -
Figura 4.38	Ajuda Pública ao Desenvolvimento (% do PIB)	- 70 -
Figura 4.39	Remessas de Emigrantes em percentagem do PIB	- 71 -
Figura 4.40	Investimento Directo Estrangeiro (% do PIB).....	- 73 -
Figura 4.41	Índice de Percepção da Corrupção (IPC).....	- 75 -
Figura 4.42	PIB per capita (US\$).....	- 75 -
Figura 4.43	APD e IDE em percentagem do PIB	- 75 -

SIGLAS E ABREVIATURAS

BAD	–	Banco Africano de Desenvolvimento
BCV	–	Banco de Cabo Verde
BM	–	Banco Mundial
CEDEAO	–	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CVE	–	Escudos Cabo-verdianos
DGP	–	Director Geral do Plano
FMI	–	Fundo Monetário Internacional
IDE	–	Investimento Directo Estrangeiro
INE	–	Instituto Nacional de Estatística
OCDE	–	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	–	Organização Mundial do Comércio
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PAIGC	–	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PIB	–	Produto Interno Bruto
PMA	–	Países Menos Avançados
UE	–	União Europeia
USD	–	Dólar Americano
CCIPCV	–	Câmara de Comercio e Industria Portugal Cabo Verde
INGRH	–	Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
TACV	–	Transportadora Aérea de Cabo Verde

ODM	–	Objectivo de Desenvolvimento do Milénio
MCC	–	Millennium Challenge Corporation
IDH	–	Índice de Desenvolvimento Humano
ICV	–	Índice Compósito de Vulnerabilidade
APD	–	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
IDE	–	Investimento Directo Estrangeiro
IPC	–	Índice de Preços ao Consumidor
INE – CV	–	Instituto Nacional de Estatística Cabo Verde
INE – GB	–	Instituto Nacional de Estatística Guiné-Bissau
INGRH	–	Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
AGOA	–	African Growth Opportuniy Act
UEMOA	–	União Económica e Monetária da África
BAD	–	Banco Africano de Desenvolvimento
BM	–	Banco Mundial
AID	–	Associação Internacional para o Desenvolvimento
FAD	–	Fundo Africano de Desenvolvimento
DENARP	–	Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
BIGB	–	Banco Internacional da Guiné-Bissau
SYSCOA	–	Sistema de Contabilidade Oeste Africano
MCC	–	Millennium Challenge Corporation
IPC	–	Índice de Percepção da Corrupção
BCEAO	–	Banco Central dos Estados da África Ocidental
ES Research	–	Espírito Santo Research

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	II
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
ÍNDICE DE QUADROS	V
ÍNDICE DE GRÁFICOS	V
SIGLAS E ABREVIATURAS	VI
1 – INTRODUÇÃO	- 1 -
2 – PEQUENOS ESTADOS E TERRITÓRIOS INSULARES	- 2 -
2.1 – Definição	- 2 -
2.2 – Algumas características	- 4 -
2.2.1 – Insularidade	- 7 -
2.2.2 – A vulnerabilidade	- 9 -
2.2.3 – Caracterização económica	- 11 -
2.2.4 – Caracterização do sector financeiro.....	- 13 -
2.3 - Sistema financeiro nos pequenos Países e territórios insulares	- 14 -
3 – CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DE ALGUNS INDICADORES MACROECONOMICOS MAIS IMPORTANTE.	- 18 -
3.1 – Cabo Verde	- 18 -
3.1.1 – As Contas Nacionais	- 18 -
3.1.1.1 – Administração pública	- 18 -
3.1.1.2 – Balança de pagamentos	- 19 -
3.1.1.2.1- Balança Corrente	- 22 -
3.1.1.2.2- Balança financeira.....	- 24 -
3.1.1.3 – Sistema financeiro	- 26 -
3.1.1.4 - Investimento e Consumo	- 28 -
2.1.1.5 – Preços.....	- 31 -
2.1.1.6 - Produto.....	- 32 -
3.1.2 – Caracterização dos sectores da economia.....	- 37 -
3.1.2.1 - Agricultura, Silvicultura e Pecuária	- 37 -
3.1.2.2 - Comércio.....	- 38 -
3.1.2.3 - Construção e Imobiliário.....	- 40 -
3.1.2.4 – Indústria	- 41 -
3.1.2.5 – Pescas.....	- 42 -

3.1.2.6 -Sector de Energia	- 43 -
3.1.2.7 - Serviços Financeiros	- 43 -
3.1.2.8 - Transportes	- 44 -
3.1.2.9- Comunicações	- 45 -
3.1.2.10 - Turismo	- 46 -
3.2 – Guiné-Bissau	- 48 -
3.2.1 - Sectores da economia	- 54 -
3.3 – Comores	- 58 -
3.3.1 – Sectores da economia	- 63 -
4- OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DOMILÉNIO	- 66 -
4.1 – O que fez Cabo Verde Para estar prestes a cumprir os oitos ODM propostos pela ONU?	- 69 -
6 – PERSPECTIVAS E ALTERNATIVAS	- 83 -
6.1 - Alternativas.....	- 83 -
6.2 - Perspectivas	- 85 -
7 – CONCLUSÃO.....	- 87 -
7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	- 91 -

1 – INTRODUÇÃO

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio é o tema que enquadra a presente dissertação, tendo como objecto específico o caso do arquipélago de Cabo Verde.

Em 2000, os dirigentes mundiais reafirmaram as suas obrigações comuns para com todas as pessoas do mundo, especialmente as mais vulneráveis. Comprometeram-se então a atingir um conjunto de objectivos específicos, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que irão guiar os seus esforços colectivos até 2015 no que diz respeito ao combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável.

O sucesso destes objectivos está dependente da firmeza do compromisso assumido por todos. O exemplo disso é o oitavo objectivo que consideramos um dos mais importantes, pois foi com o cumprimento desse objectivo por partes de outros países mais ricos, conjugado com uma boa estratégia de desenvolvimento é que fez com que hoje, Cabo Verde está perto de cumprir os outros sete.

Com a globalização tornou-se imprescindível a existência de governos eficazes nos países em desenvolvimento – governos que garantam a estabilidade, a lei e a ordem. Para atrair fluxos de capitais externos é preciso que os países em vias de desenvolvimento ponham em prática melhores políticas internas, as mesmas que geram poupança interna, que fomentam o investimento interno e que desencorajam a fuga de capitais: ambiente político e económico estável e previsível; leis transparentes; concorrência pelos preços e custos; redução das barreiras administrativas ao investimento, como é o caso de Cabo Verde.

Cabo Verde é uma economia jovem, de pequena dimensão, que tem vindo a conquistar um lugar visível no panorama económico mundial, como atesta a sua adesão recente à Organização Mundial do Comércio (OMC). A abertura plena da economia ao comércio internacional reforça um percurso de desenvolvimento e crescimento económico. O arquipélago é considerado como um dos países com melhor desempenho político, económico e social no continente africano. Na sequência do crescimento robusto e de investimentos consideráveis no capital humano, Cabo Verde deverá atingir a maioria dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento.

2 – PEQUENOS ESTADOS E TERRITÓRIOS INSULARES

Neste capítulo iremos fazer uma abordagem sobre pequenos estados e territórios insulares, sobretudo africanos, indicando as suas características específicas, analisar as suas vulnerabilidades e os seus obstáculos ao crescimento.

2.1 – Definição

Não existe um consenso quanto à população para definir um pequeno país e territórios insulares em desenvolvimento. Segundo as Nações Unidas (1974), os pequenos países e territórios insulares em desenvolvimento são de muitos tipos: “grandes” e pequenos, de altos ou baixos rendimentos, ricos e pobres em recursos, distantes de massas continentais ou outras ilhas ou próximas a elas, e com maior ou menor fiscalização de seus recursos.

Os primeiros estudos sobre pequenos países, realizados no período pós-guerra, consideraram uma base maior, entre 10 e 15 milhões de pessoas, para definir pequenos países, como o realizado por Vital (1967). Em outros trabalhos mais recentes, o limite foi de 3 milhões (Armstrong e Read, 1998) e 5 milhões (Wint, 2003).

Numa tentativa de caracterizar os pequenos países Ólafsson (1998) utilizou três factores, a dimensão da população, a área geográfica, o produto interno bruto (PIB) e a possibilidade do uso de uma medida conjunta destas três dimensões, para a caracterização de pequenos países, assim temos:

- **População**

População é a mais importante medida de dimensão. O tamanho da população tem muitas consequências óbvias para o processo e estrutura social. Primeiro, determina a extensão do mercado interno; segundo, estabelece a possível divisão interna da força de trabalho e do grau de especialização; terceiro, dimensiona os recursos humanos de um país. A dimensão da população não é necessariamente estável, mas mudanças significativas em curtos períodos de tempo são improváveis, a não ser que aconteçam severas alterações políticas que possam

dividir o país ou catástrofes naturais de grande escala, que possam reduzir significativamente o número da população, daí ser uma das medidas mais usadas.

- **Área**

A segunda medida de dimensão mais usual é a escala geográfica ou área. Lloyd e Sundrum (1982), citado por Ólafsson, consideram a área cultivável ou habitável como o indicador mais pertinente da dimensão geográfica do que a área total, mas isto não resolve todos os problemas, pois actualmente novos recursos ou progressos tecnológicos podem transformar terrenos inférteis em férteis, dificultando o uso desta variável como classificador da dimensão de um país. Apesar de a dimensão geográfica ter consequências importantes para o estatuto económico e político, grandes áreas não implicam grandes populações, exemplo disso é o caso da Gronelândia.

- **Produto Interno Bruto**

O Produto Interno Bruto é o indicador de dimensão do mercado interno. Na utilização do PIB como medida de dimensão temos de ter em atenção até que ponto este pode variar, uma vez que um crescimento económico rápido baseado na descoberta de depósitos de petróleo, por exemplo, pode mudar a posição relativa de um país num curto período de tempo. Outro problema relacionado com o PIB é o facto do grau de desenvolvimento económico ser o maior indicador desta dimensão, sendo assim a classificação dos países com base no PIB será instável.

É claro que definir pequenos países não tem sido fácil, e mesmo depois do estabelecimento de uma definição, as pesquisas parecem incertas quanto à sua validade. Constatamos que a maioria dos estudos têm usado indicadores específicos, porém população tem sido o mais comum. Salvo algumas excepções, a maioria dos autores utiliza o limite de 1,5 milhões de pessoas para a caracterização de pequenos países.

2.2 – Algumas características

Apesar da diversidade, quase todos estes países possuem algumas características em comum. Segundo a ONU a maior parte possui uma superfície pequena e das 51 ilhas ou arquipélagos considerados pela, organização apenas cinco tem de mais de 100.000 km² (Indonésia, Madagáscar, Papua Nova Guiné, Filipinas e Cuba). A extensão de 70% deles é inferior aos 10.000 km² e a grande maioria tem uma população reduzida; Só há três com mais de 10 milhões de habitantes, e dez com mais de um milhão de habitantes; a grande maioria tem menos de 500.000 habitantes (ONU, 1974).

Considerando os países insulares africanos, verifica que são de diferentes dimensões, pertencendo alguns, nomeadamente Seicheles e São Tomé e Príncipe, à categoria de micro estados, isto é, territórios soberanos com uma população inferior a 200.000 habitantes. Entre esses estados, Seicheles é a que apresenta o melhor desempenho, em todos os níveis, e a Guiné-Bissau, a que apresenta um desempenho menos favorável. Cabo verde se encontra em uma situação bastante confortável nesse grupo de países e mesmo que apresente um PIB *per capita* um pouco distante de Seicheles e Maurícias, a esperança de vida, índice de educação e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) se encontram muito próximo destes últimos.

Quadro 2.1 - Comparação entre os Pequeno Estados Insulares de África, 2009

País	Ilhas	Área Km ²	População	PIBPer capita (USD/PPC)	Esperança de Vida	Índice Educação	IDH
Cabo Verde	10	4.033	499.796*	3.472	74,5	0,787	0,708
Comores	3	2.170	731.775*	1.557	62,5	0,659	0,576
G. Bissau	2	36.125	1.472.446*	486	46,4	0,541	0,396
Maurícias	2	1.860	1.264.866*	12.011	72,8	0,836	0,804
Seicheles	4	455	86.595*	20.829	72,7	0,887	0,845
S.T.P	2	960	157.000**	1.752	65,5	0,805	0,651
Madagáscar	6	587.041	20.042.551*	996	59,4	0,671	0,543

Fonte: PNUD (2009). ** - Estimativa de 2005, * - Estimativa de 2008

Muitos desses países e territórios estão isolados a mais de 500 km do continente mais próximo e se encontram privados das principais rotas marítimas e dos grandes mercados mundiais. Por isso, eles enfrentam dificuldades especiais no que diz respeito às comunicações com o exterior e, também, devido à organização dos transportes marítimos e aéreos. Países compostos por várias ilhas, como Indonésia, Filipinas, Cabo Verde, se deparam também com dificuldades especiais para dotar-lhes de infra-estruturas necessárias em relação à energia, comunicações e transportes terrestres. Por outro lado, as economias de escala resultantes em países continentais de mesma população não podem realizar-se nos países insulares, devido à fragmentação da população entre as diversas ilhas (ONU, 1974).

Muitos dos territórios insulares têm economias altamente especializadas, por exemplo, as exportações de um só produto mineral ou agrícola (açúcar em Cuba, café em Timor Leste) representam mais de 50%, e, em alguns casos, mais de 80% do total; a estrutura econômica desses países e territórios é muito aberta; o coeficiente entre as exportações/importações com o PNB é com frequência de mais de 40% e, em alguns casos, superior a 100%, podendo chegar a 200%; a economia de certo número dessas ilhas é dominada por uma ou várias empresas estrangeiras, especializadas em cultivo, minérios ou comércio de exportação; a política e as decisões dessas empresas exercem uma influência decisiva no desenvolvimento dessas ilhas (ONU, 2004).

Os pequenos países e territórios insulares apresentam alguns traços específicos, como a existência de pouca terra e muita água, isolamento e dispersão territorial, limitados recursos naturais e rigidez do mercado interno, pesada dependência do exterior, elevado índice de volatilidade (IV)¹, alto índice composto de vulnerabilidade (ICV)², PIB real *per capita* relativamente alto, riqueza cultural forte baseada na diferença. Portanto, os desafios dessas nações são enormes e de grande dimensão, destacando-se, por exemplo, uma mudança de percepção do país, de dentro para fora, de modo a oferecer uma imagem mais rica, que valorize mais a cultura, a política e a ética da solidariedade; uma exploração mais racional dos recursos naturais (água, ar, fauna, flora, costas); maior articulação entre a cooperação local, nacional, regional e global para ganhar escala; integração da ajuda pública ao

¹ Conceito estatístico que descreve a dimensão e a frequência das flutuações no preço de uma determinada ação, título ou valor mobiliário; os mais pobres estão mais expostos a essa volatilidade.

² A vulnerabilidade externa significa uma baixa capacidade de resistência das economias frente a factores desestabilizadores ou choques externos

desenvolvimento (APD), o investimento directo estrangeiro (IDE), e as remessas dos emigrantes (RE) em políticas de transformação social; promover transformação cultural, científica e tecnológica, para uma maior coesão social e progresso (TOLENTINO, 2007).

No entanto, essas características são, em grande parte, relativas, e não se pode exagerar os problemas que suscita o pequeno tamanho de um país. Não se pode afirmar que países pequenos são em geral, mais pobres que os grandes, que sua taxa de crescimento é menor, nem que a situação global de sua população seja nitidamente desvantajosa, apesar de o tamanho reduzido de um país e as suas consequências poder, em parte, limitar as possibilidades de opção para resolver o atraso, como sejam os problemas de especialização em dependência, mão-de-obra e migração (ONU, 1974).

Estes estados e territórios, dadas as características específicas, além de uma atenção diferenciada, exigiu também políticas específicas porque, quando comparados com os estados médios e grandes nas respectivas regiões, apresentam rendimento *per capita* mais alto, taxa média de crescimento semelhante e maiores índices de volatilidade do crescimento e de exposição aos choques externos. Contrariamente ao que diz o senso comum, o desenvolvimento sustentável dos pequenos estados e territórios continentais e insulares, como o dos países de média e grande dimensão, depende cada vez mais de factores qualitativos, como capacidade humana e capital intelectual e cada vez menos de factores quantitativos, como a área, população ou os recursos naturais (TOLENTINO, 2007).

Alguns estudos recentes sobre os factores determinantes do desenvolvimento confirmam, que, a ajuda pública e o comércio internacional, elementos característicos desses estados e territórios, por mais benéficos que sejam não substituem o crescimento económico, a boa governação nem a coesão social às escalas local e nacional, ou seja, a chave do progresso está na qualificação dos recursos humanos.

Deste ponto de vista, em todas as regiões do mundo contemporâneo, no contexto das economias cada vez mais baseadas no conhecimento, a qualificação da mão-de-obra condiciona a posição dos países na divisão internacional do trabalho. O índice de progresso tecnológico, directamente relacionado com a educação, a ciência e a tecnologia, é factor determinante do crescimento económico e do desenvolvimento humano sustentável.

2.2.1 – Insularidade

Segundo Mendes (2010) existem algumas variáveis da geografia física que potencialmente podem ter impacto na performance dos pequenos países, sendo uma delas a insularidade.

A insularidade provoca aumento dos custos no transporte das importações e exportações. Além deste problema também temos:

- A insularidade combinada com a pequena dimensão dos mercados pode levar a que a economia de escala nos transportes seja impossível de realizar;
- Os países ilhas muitas vezes enfrentam problemas adicionais relacionados com insegurança no transporte, zonas de difícil acesso e seguros elevados;
- Normalmente há custos adicionais causados pelo assimétrico fluxo das cargas entre as ilhas;
- A maioria dos países ilhas tem uma forte ou total dependência do frete marítimo ou aéreo ligado aos grandes países vizinhos, o que aumenta o custo de acesso aos mercados de exportação;
- Os países ilhas muitas vezes não usufruem da economia de escala nas cargas e rotas que têm mais do que uma origem ou destino portuário e aeroportuário;
- A insularidade em conjunto com o reduzido tamanho pode conduzir a condições de monopólio em alguns sectores da economia, como: retalho e vendas a grosso, electricidade e outras utilidades, além do monopólio nos transportes, o que irá aumentar o custo das transacções e o preço do consumidor local.

No relatório da *Commonwealth Secretariat* (2000), encontramos algumas características partilhadas pelos pequenos países insulares, que podem constituir barreiras ao crescimento, tais como:

- **Susceptibilidade aos desastres naturais e alterações climáticas**

Os pequenos países insulares situam-se em regiões frequentemente afectadas por desastres climáticas, provocando grandes ameaças aos investimentos realizados e por realizar.

- **Diversificação limitada**

Os fracos recursos existentes e um mercado doméstico pequeno levam a que a produção e a exportação sejam pouco diversificadas e expressivas.

- **Pobreza**

O nível da pobreza e da distribuição desigual do rendimento, tendem a ser maiores nos pequenos países insulares do que nos outros.

- **Difícil acesso ao capital externo**

As pequenas economias são vistas como as de maiores riscos, pelo que o acesso ao capital é mais limitado.

- **Capacidade institucional limitada**

Os pequenos países são caracterizados por fraca capacidade tanto no sector público, como no sector privado, que carecem da capacidade competitiva para fazer face aos desafios e oportunidades da globalização.

Ser pequeno e uma ilha pode conferir outros benefícios, tais como tirar vantagem na “importância de ser sem importância”, por exemplo desenvolvendo flexibilidades no sistema de regulação financeira, comercial e ambiental, o que atrai muitos negócios *offshore*. Ser “sem importância”, pode também trazer negócios favoráveis e acessos a mercados e muitas vezes permite aos pequenos países operar com reduzido ou zero orçamentos de defesa. A possibilidade das ilhas terem taxas liberais pode atrair investidores ricos e existe ainda a facilidade de estabelecer coesão social, pois existe bom relacionamento de trabalho entre os cidadãos, empresas e governantes devido à reduzida população e um estreito laço de relações pessoais.

Assim, constatámos que apesar das barreiras que os pequenos países insulares enfrentam, também possuem algumas características específicas que podem constituir vantagens caso sejam bem exploradas.

2.2.2 – A vulnerabilidade

Nos pequenos estados podem-se identificar duas categorias principais "de vulnerabilidade": a económica e a ambiental.

Do ponto de vista económico, esses estados estão muito dependentes dos mercados externos por vezes distantes, têm recursos humanos escassos e são dependentes de um pequeno número de mercadorias, tais como as bananas, açúcar, turismo ou café. A pequenez do mercado interno, resultante, quer da reduzida população quer do seu baixo poder de compra, inviabiliza a existência de economias de escala; maior acesso aos mercados, competitividade e diversificação são desafios enormes ainda enfrentados e por resolver (REIS, 2000).

Do ponto de vista ambiental, os limitados recursos naturais, como água potável, areia, pesca, são ameaçadas pela população e pelas pressões comerciais, que precisam ser protegidos para fornecerem subsistências para as gerações presentes e futuras; zonas baixas e partes da costa das pequenas ilhas são, também, ameaçadas por fenómenos globais, tais como a mudança climática e a subida do nível do mar (REIS, 2000).

Os riscos, tanto económicos como ambientais são elevados estando expostos a desastres naturais que destroem sectores ou ilhas inteiras cuja recuperação exige a mobilização de elevados recursos, o que reduz as opções políticas dos pequenos estados insulares. Daí que a *resistibilidade (resilience)* seja um objectivo político desejável "incorporando elementos de preparação, flexibilidade, recuperação e segurança contra desastres.

Estas vulnerabilidades distinguem os pequenos estados insulares em desenvolvimento, dos não insulares. No entanto, mesmo nos pequenos estados são diferentes os riscos a que estão expostos. Isto levou ao reconhecimento da necessidade de criar um índice de vulnerabilidade que permitisse a sua medida e, assim, ordenar os países mais e menos expostos.

Segundo Ballantyne (1998) citado por Reis (2000), os riscos, tanto económicos como ambientais, são elevados, estando esses países expostos a desastres naturais, capazes de provocar estragos enormes (como destruir lhas inteiras), e a recuperação exige a mobilização de elevados recursos, reduzindo as opções políticas dos pequenos estados e territórios

insulares na resolução de outras necessidades da população. Estas vulnerabilidades distinguem os pequenos estados e territórios insulares em desenvolvimento, dos não insulares; mesmo nos pequenos estados são diferentes os riscos a que estão expostos. Isto levou ao reconhecimento da necessidade de criar um índice de vulnerabilidade que permitisse a sua medida e, assim, ordenar os países mais e menos expostos.

A tabela seguinte informa o índice de volatilidade da economia (IV) e do índice composto de vulnerabilidade (ICV), para países insulares africanos, este por ordem decrescente, do mais vulnerável ao menos vulnerável. Esta ordenação foi estabelecida no ano de 1999 por uma equipa dirigida por Jonathan P. Atkin, a partir de um estudo de 111 países em desenvolvimento, 30 dos quais pequenos estados e territórios insulares (TOLENTINO, 2007).

Quadro – 2.2 Índices comparados de cinco Pequenos Estados Insulares Africanos, 2007

País	População	PIB per capita	Índice Educação	IDH	IV	Ordem	ICV	Ordem
S.T.P	200.000	1.317	0,66	0,639	4,3	79	7,69	16
Maurícias	120.000	9.860	0,8	0,779	6,72	34	6,51	27
Seicheles	1.000.000	17.030	0,87	0,84	5,9	51	6,375	28
Comores	700.000	1.870	0,51	0,528	2,39	106	5,425	43
Cabo Verde	400.000	5.570	0,77	0,727	9,08	16	4,956	73

Fonte: Tolentino (2007, p. 142).

Cabo Verde é um dos mais voláteis (16 em 111) e Comores o menos volátil (106 em 111); São Tomé e Príncipe está entre os mais vulneráveis (16 em 111) e Cabo Verde, entre os menos vulneráveis (73 em 111); o ano de referência (1999) explica a diferença dos restantes indicadores em relação á tabela anterior. O resultado mais surpreendente é o fato de Cabo Verde se apresentar como dos menos vulneráveis num universo de 111 países, apesar das características do país; estas vulnerabilidades colocam uma questão central, que é a capacidade desses estados e territórios de promoverem um desenvolvimento autónomo e de, sua sustentabilidade, não só do ponto de vista ambiental, mas também económico e social (TOLENTINO, 2007).

Em relação à viabilidade dos pequenos estados e territórios insulares, segundo as Nações Unidas (1974), o único critério para determinar a viabilidade de um país é a sua possibilidade de sobreviver como entidade separada, e que sua população possa se sustentar de modo aceitável ou, ao menos, não tão inaceitável, que o obriga a emigrar para outro lugar.

No entanto, para qualquer que seja o significado do conceito de viabilidade, é evidente que as ilhas muito pequenas não podem oferecer com seus próprios recursos toda a gama de serviços que podem oferecer os países maiores. Muitos serviços sociais e de infra-estruturas não podem ser oferecidas pelos países pequenos e subdesenvolvidos. Assim, as actividades económicas que dependem desses serviços de infra-estruturas não se desenvolvem, e as oportunidades oferecidas aos habitantes serão muito reduzidas.

É possível que algum desses países, defende as Nações Unidas (1974), decidam prescindir por completo de determinados serviços (por exemplo, a representação no exterior ou a defesa), e que outros podem ser atendidos em escala regional. Nesse aspecto, a comunidade internacional deve eleger ou tomar as disposições necessárias para assegurar sua sobrevivência através de algum tipo de ajuda, e, em tais circunstâncias, apoiar toda a iniciativa local encaminhada a utilizar quaisquer oportunidades existentes para atingir o desenvolvimento económico, e prestar ajuda, recorrendo a um mínimo de serviços sociais e de infra-estruturas. No entanto o problema não é exclusivamente económico, há que examinar as distintas opções políticas que permitam às ilhas muito pequenas alcançar a independência.

2.2.3 – Caracterização económica

Segundo um estudo efectuado por Easterly e Kraay (1999) para o Banco Mundial, as características económicas dos pequenos países, não devem ser sempre associados ao fraco desenvolvimento económico. Este estudo demonstrou que mesmo quando afectados por vários factores, os pequenos países têm geralmente em comparação com os grandes países níveis superiores de renda e produtividade. As razões para esta contrariedade são várias, pois algumas das desvantagens do desenvolvimento descrito, são contrabalançadas pela combinação de muitas outras variáveis, como: alto grau de coesão social, pequeno sector agrícola, alto nível de ajuda externa por pessoas e alto rácio do comércio externo pelo PIB (é considerado ser especialmente importante).

Easterly e Kraay (1999) das estimações feitas, constataram que os pequenos países têm uma média do rácio do comércio pelo PIB aproximadamente 54% mais alto e volátil do que à media dos grandes países. As razões desta vulnerabilidade não são apenas devido ao alto rácio do comércio externo pelo PIB, mas também consequência da situação particular dos pequenos países estarem inseridos no sistema global de comercialização.

Os pequenos países apresentam características económicas particulares, Briguglio et al (2006) definem as seguintes: alto grau de abertura económica, limitada possibilidade de diversificação, dependência de uma cadeia restrita de exportações, inabilidade de influenciar os preços internacionais, diminuta capacidade de explorar a economia de escala, falta de recursos naturais, níveis elevados de importação, política de competição doméstica limitada e para os casos dos países Ilhas, alto custo de transporte internacional e incertezas no abastecimento das indústrias devido à insularidade e distância. A pequena dimensão pode levar também, a problemas relacionados com a administração pública, pois o funcionamento de muitos governos tende a ter um custo *per capita* elevado, quando comparado com o reduzido número de pessoas, visto que, certas despesas não são divididas em proporção da população. Muitas destas características são constrangimentos ao crescimento e expõem os pequenos estados a choques externos que têm dificuldade em gerir.

Wint (2003) faz referência às vantagens e desvantagens das pequenas economias. Como desvantagens, identifica basicamente as características referenciadas por Briguglio no parágrafo precedente, além destas, acrescenta a limitação na definição de políticas macroeconómicas, que é agravada pela pressão sobre os administradores para uma multifuncionalidade ineficiente. Por outro lado os pequenos países, que são também países cidades beneficiam de vantagens, como: a ausência da travagem de crescimento das zonas rurais distantes, a habilidade de adaptar às mudanças e grande flexibilidade na administração. A vantagem competitiva fundamental da pequena economia é a habilidade de ser hospitaleira para o Mundo, mas simultaneamente tirar partido da sua dimensão, sendo versátil.

2.2.4 – Caracterização do sector financeiro

Segundo Brito (2009), vários autores como Briguglio et al. (2006) e Jayaraman (2006) defendem para os pequenos países um processo de liberalização financeira atendendo às condições de imperfeição do mercado existente e uma supervisão do Banco Central de acordo com a realidade vigente.

Estes autores sustentam várias características do sector financeiro de uma pequena economia, de entre as quais destacamos:

- Mercados financeiros sensíveis, superficiais e com pouca segurança e na maioria dominados por obrigações do governo e contas de tesouraria, onde os participantes normalmente resumem-se a dois ou três bancos estrangeiros, algumas empresas públicas e fundos de previdência social com elevados capitais públicos;
- Taxas de juro elevadas, apesar de livres do controlo governamental e de outras restrições nas instituições financeiras (como empréstimos directos do governo aos sectores prioritários);
- Tendência para *spread* relativamente alto entre a taxa do empréstimo e do depósito, o que reflecte a imperfeição do mercado. Esta imperfeição tem sido observada como inibidora do investimento do sector privado, afectando o desenvolvimento financeiro;
- Presença de condições de oligopólio devido ao reduzido número de bancos, constituindo uma das causas do *spread* elevado das taxas de juro. Por outro lado, este *spread* pode também resultar da combinação de outros factores, tais como: as regulações, como activos líquidos mínimos que são tidos pelos bancos comerciais como reservas exigidas pelo governo; ausência de economias de escala nas operações bancárias; fraca força legal dos contratos de dívidas; e, necessidades colaterais;
- Taxa de câmbio fixo ou moedas ligadas a outra, o que mantém um baixo nível de inflação. As pequenas economias optam por este regime, visto que a desvalorização frequente tem fortes efeitos inflacionários nestes países com alto rácio comércio externo/PIB o que provavelmente não encaminhará a um aumento na exportação ou alargamento do mercado externo;

- Cedência de algumas responsabilidades habituais do Estado como a política monetária à instituições supranacionais ou aos outros países, contribuindo assim, para o fortalecimento da competitividade e do esforço governamental em isolar as suas economias da tentação da indisciplina orçamental.

2.3 - Sistema financeiro nos pequenos Países e territórios insulares

Um sistema financeiro moderno, robusto, dinâmico e eficaz é fundamental para assegurar satisfatoriamente o crescimento e o desenvolvimento de um país, pois permite:

1. Respeito total à propriedade e aplicação de uma lei justa e racional que assegure a produção;
2. Estabilidade económica que permita crescimento consistente do produto, baixa inflação e acumulação dos saldos positivos da balança de pagamentos, formando assim reservas internacionais;
3. Formação de poupança e acumulação de capitais, provendo assim recursos destinados ao investimento.

Alguns autores como Jayaraman (1998) e Briguglio et al. (2006) identificaram algumas áreas como sendo importantes para o impulsionamento do sistema financeiro e redução da instabilidade económica nos pequenos países:

- Liberalização financeira

O Banco Central deve ter total autonomia para recorrer ao crescente uso dos instrumentos indirectos, permitindo a determinação das taxas de juro de curto prazo no mercado. A liberalização do sector financeiro permaneceria incompleta sem a eventual retirada dos controlos de câmbio e liberalização da conta de capital, mas, devemos considerar que uma abertura prematura do mercado ao estrangeiro, sem o fortalecimento da regulação financeira, pode expor os pequenos países a crises financeiras. A total liberalização da conta de capital

requer uma balança de pagamentos estável, permitindo que a sustentabilidade do défice da conta corrente seja eventualmente uma ponte de influxos de capital e um seguimento das políticas orçamentais. Caso contrário, haverá um défice insustentável, levando a um financiamento inflacionário pela acumulação de grandes dívidas e à deterioração no ambiente financeiro, conduzida pela retirada de fundos por parte dos investidores para fora do país.

- Promoção da competição doméstica

Nas pequenas economias há limitações na competição doméstica, porque muitas vezes o mercado não suporta grande número de empresas produzindo produtos similares, o que gera tendência para uma estrutura de monopólio e/ou oligopólio. Apesar destes constrangimentos é importante que os pequenos países defendam leis e políticas de competição de modo a reduzir o abuso das empresas dominantes e forçar o uso eficiente dos recursos. Muitos governos já concluíram que a competição doméstica leva ao melhoramento na competitividade internacional.

- Promoção da competitividade internacional

São sugeridas as seguintes acções para aumentar a competitividade e produtividade internacional, a **curto prazo**: aumento na qualidade dos serviços prestados e melhoria na gestão das despesas públicas, cumprimento dos acordos legais e contratuais já executados, reformas legislativas e regulação do salário mínimo, e o cancelamento dos trabalhos permitidos sem o devido cumprimento das leis e procedimentos; e, a **médio e longo prazo**: aumento do investimento no ensino primário e secundário, regulação e supervisão de monopólios privados e de serviços públicos, redução dos custos de operação das empresas públicas e melhoria na cobertura dos serviços básicos.

- Encorajar o investimento directo estrangeiro

O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) é visto como um substituto às inadequadas poupanças domésticas, para elevar o nível decrescente dos investimentos na economia dos pequenos países. Podemos identificar três componentes que o governo deve ter em conta para encorajar o investimento doméstico e atrair IDE: estabilidade política e macroeconómica, infra-estruturas físicas e sociais adequadas, e eficiente apoio às instituições para forçar o

cumprimento das obrigações contratuais e das Leis. Alguns pequenos países têm introduzido reformas para atrair o IDE, como: desregular o sector financeiro, estabelecer um código de investimento e implementar uma agência no governo separada para processamento rápido das propostas do IDE.

- Integração regional

A integração regional ajuda os pequenos estados a fortalecer os circuitos financeiros e a desenvolver o mercado monetário, onde normalmente são limitados para uma operação aberta bem sucedida. A integração pode incluir uma moeda regional comum e/ou também restrições adicionais aos Bancos Centrais, de modo a não prosseguirem independentemente políticas de taxa de câmbio ou da moeda. A união monetária permite estabilidade macroeconómica, incentiva o investimento directo estrangeiro e aumenta a confiança no sistema monetário. Um outro ganho é o facto de um Banco Central comum estar melhor posicionado, com recursos humanos qualificados e técnicas para desenvolver capacidades institucionais ao aconselhamento dos membros do governo e autoridades fiscais e a coordenação da política monetária e fiscal.

- Reforma do mercado

O melhor caminho para uma distribuição de recursos na economia é a eficiente operação no mercado usando os mecanismos de preços. Se os mercados se ajustarem rapidamente, então os efeitos dos choques podem ser absorvidos facilmente e os ajustes efectuados prontamente. Mas, se o desequilíbrio do mercado tende a ser persistente, então os recursos não serão eficientemente repartidos na economia, resultando elevados custos, por exemplo, em fluxos de capital para o exterior, recursos mal empregues e faltas de mercadorias. Jayaraman (2006) citado por Brito (2009), identifica como elemento chave da reforma nos mercados, o aumento da participação privada na actividade económica e a redução da profundidade e alcance da participação do governo.

Todavia, as políticas de promoção da estabilidade macroeconómica são as de maior importância para construir o ambiente financeiro mais propício e fazer face aos choques externos. A eficácia financeira, porém não depende apenas dos factores económicos, mas

também de variáveis sociais e políticas, como por exemplo a coesão social e a boa governação:

- Boa governação

A boa governação requer que as prioridades políticas, sociais e económicas sejam baseadas no largo consenso da sociedade e que as vozes dos mais pobres e vulneráveis sejam ouvidas nas decisões tomadas ao longo da distribuição dos recursos. Isto incluiu essencialmente, responsabilidade política, transparência burocrática, eficiência e eficácia na gestão do sector público, desenvolvimento participativo, promoção e protecção dos direitos humanos e independência judicial. A boa governação afecta positivamente a alocação e o uso dos recursos e aumenta a confiança dos investidores.

- Coesão social

O desenvolvimento social implica criação de emprego, redução da pobreza, aumento do nível de riqueza e uso de modo sustentável dos recursos naturais, que são importantes para o desenvolvimento financeiro. Com a implementação de apropriadas políticas, programas e planos institucionais de desenvolvimento social, haverá um fortalecimento da coesão social e por conseguinte maior impulsionamento do sector financeiro. É muitas vezes observado que os pequenos países, como Luxemburgo e Islândia, têm maior coesão social e a habilidade de usufruir dos benefícios da globalização mais rapidamente e em maior grau do que alguns países de grande dimensão.

3 – CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DE ALGUNS INDICADORES MACROECONOMICOS MAIS IMPORTANTE.

Neste capítulo iremos analisar o desempenho das três economias, em que se abordam não só os ganhos conseguidos pelos países, como também a performance menos positiva em algumas áreas que precisam ser melhoradas.

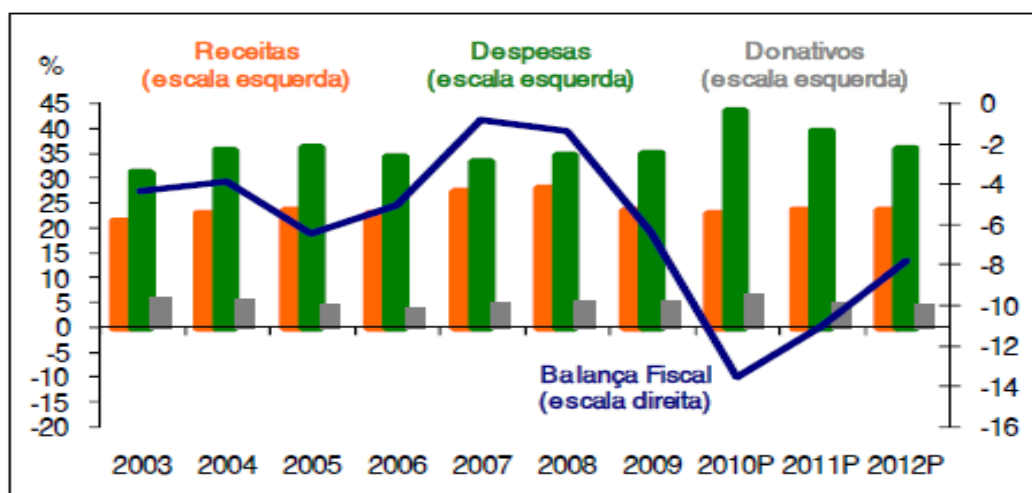
3.1 – Cabo Verde

3.1.1 – As Contas Nacionais

3.1.1.1 – Administração pública

Ao longo dos últimos anos, Cabo Verde tem vindo a proceder a um esforço processo de consolidação orçamental, permitindo que, de um défice orçamental correspondente a 20% do PIB em 2000, tenha alcançado um valor de 0.8% do PIB em 2007. Posteriormente, com a forte desaceleração da economia em 2008 e 2009, o défice público subiu para 1.3% do PIB em 2008 e para 6.3% em 2009.

Figura 3.1 - Contas públicas (em % do PIB)



Fonte: BCV (2011)

Em 2010, e segundo as estimativas preliminares do Ministério das Finanças, o saldo orçamental voltou a deteriorar-se. Tomando como referência os dados disponíveis até Novembro, esta evolução reflecte sobretudo o aumento das despesas de investimento

(+68.4%, em termos homólogos), numa altura em que as receitas fiscais crescem a um ritmo claramente inferior (+2.3%). Os impostos indirectos registam uma evolução relativamente favorável (+7.8% no IVA e +2.6% nos impostos sobre as transacções internacionais) mas, nos impostos directos, a arrecadação do imposto único sobre o rendimento diminuiu 3.7%, em consequência da implementação do novo sistema de normalização contabilística, bem como da conjuntura económica desfavorável de 2009. Na despesa pública, e para além das despesas de investimento, regista-se um aumento de 6.8% na despesa corrente, em função dos aumentos dos gastos com salários (14.8%) e com transferências (11.1%).(ES Research - 2011)

Neste contexto, para o conjunto do ano de 2010, o défice orçamental global terá sofrido um aumento para um valor próximo de 13.5% do PIB, esperando-se, no entanto, um recuo em 2011 e 2012, para valores em torno de 11% e 7.7% do PIB, respectivamente, em função de um maior dinamismo da economia. Os défices públicos são fundamentalmente financiados por empréstimos externos, permitindo que o Governo não se afaste dos objectivos fixados no Instrumento de Apoio à Política Económica (Policy Support Instrument - PSI³), assinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Para além destes empréstimos externos obtidos em condições preferenciais, Cabo Verde também beneficiou da atribuição de direitos de saque especiais (DSE).

3.1.1.2 – Balança de pagamentos

Os valores conhecidos para a balança de pagamento em 2009 reflectem uma evolução mais favorável que o registado no ano anterior, com redução pronunciada do défice da conta corrente para 12,3% do PIB face aos 14,9% registados em 2008 e o reforço das reservas cambiais para 4,4 meses de importação (4,2 em 2008). Esta evolução decorreu essencialmente da melhoria registada no défice da balança comercial (de 53% do PIB para 49,9% registados em 2008) e das transferências correntes (+3,6 pp.) reflectindo o comportamento positivo dos donativos, porquanto as remessas de emigrantes estagnaram e o *superávit* da balança de serviços registou um ligeiro decréscimo. (BCV-2010)

³ O Policy Support Instrument (PSI) é um instrumento não financeiro que visa apoiar países com um baixo nível de crescimento económico, que não necessitam de assistência financeira mas somente procuram concretizar e consolidar o seu desenvolvimento económico. O PSI ajuda os países na concepção de programas de crescimento e permitem igualmente criar um ambiente de confiança junto de doadores, instituições financeiras e mercados financeiros internacionais.

A desaceleração da actividade económica nacional em 2009 acabou também por contribuir para este desempenho da conta corrente condicionando a evolução das importações de bens, que no período em análise registaram uma queda abrupta no mesmo sentido que a redução da procura interna.

Em consequência destes desenvolvimentos, em 2009, as necessidades líquidas de financiamento externo da economia cabo-verdiana continuaram a diminuir (de 10,9% do PIB em 2008 para 8,6%) num contexto duma redução significativa do investimento directo estrangeiro. Assim, a redução que se assiste na conta de capital e financeira é de certa forma compensada pela melhoria que se regista na conta corrente cujo défice diminuiu no período relativamente a 2008.

Quadro 3.3 - Balança de Pagamentos (em milhões de escudos)

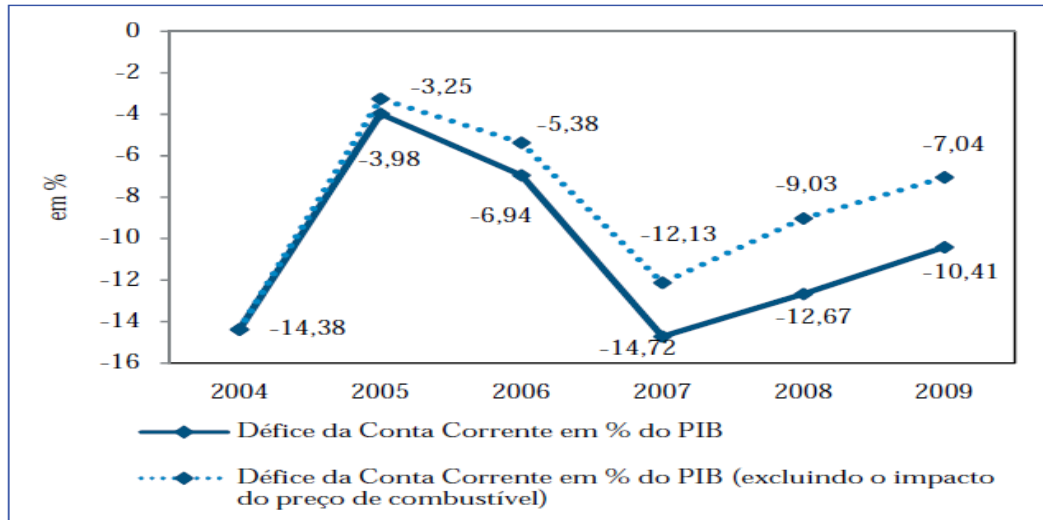
	2005	2006	2007	2008	2009 ^P
CONTA CORRENTE	-3,6	-7,2	-15,8	-15,1	-12,3
Balança Comercial	-31	-40,7	-53,2	-53,7	-49,9
Exportações de Bens	7,9	8,4	6,5		8,6
Importações de Bens	-38,9	-49,1	-59,8	-62,4	-57,1
Balança de Serviços	5,4	11,6	15,8	18,5	14,3
Transferências Correntes	-3	-3,5	-2,5	-3,5	-4,1
CONTA DE CAPITAL E FINANCEIRA	3,5	8	15,6	23,5	19,1
Investimento Directo Estrangeiro	7,2	11,5	15,3	15,7	9,5
Investimento de Carteira	0	0	0,3	0	0,5
Outros Investimentos	-0,6	0	5	7,9	6,5
Activos de Reserva	-5	-5	-7,1	-2,3	0,4
Balança Global	5,1	5	7,1	1,9	-1,3
<i>Por memória</i>					
Balança Corrente + Balança de Capital	-1,7	-5,7	-13,6	-13	-10,1
<i>Memorandum Itens</i>					
Taxa de Cobertura*(%)	55,5	59,1	55,1	60,2	56,5
Défice Corrente incluindo Transferências Correntes em % PIB	4	6,9	14,7	12,7	10,4
Défice Corrente excluindo Transferências Correntes em % PIB	23,8	31,4	37,3	33	33,7
Importações de Bens e Serviços em % PIB	64	68,4	77,8	75,4	69,4
Remessas de Emigrantes em % PIB	13,1	11	10	9,4	9,3
Dívida Pública Externa em % PIB (liq.)	2,7	2,3	2,2	2,7	4,6
Reservas Internacionais Líquidas do BCV (meses de Importação)	3,4	3,6	4,1	4,2	4,4

Fonte: BCV, P- Previsão, * Taxa de cobertura das importações de bens e serviços pelas exportações de bens e serviços

Em 2009, apesar de ter diminuído em relação a 2007 e 2008, o défice da conta corrente continuou a ser fortemente afectado pelas importações, sobretudo de combustíveis, embora o impacto tenha sido menos acentuado, tendo em conta que o preço do petróleo a nível internacional atingiu uma cotação média de 62 USD por barril de Brent (petróleo de

referência no mercado Português) contra 98,5 USD em 2008. Assim, excluindo o impacto do preço dos combustíveis, o déficit da conta corrente seria de cerca de 7% do PIB em 2009.

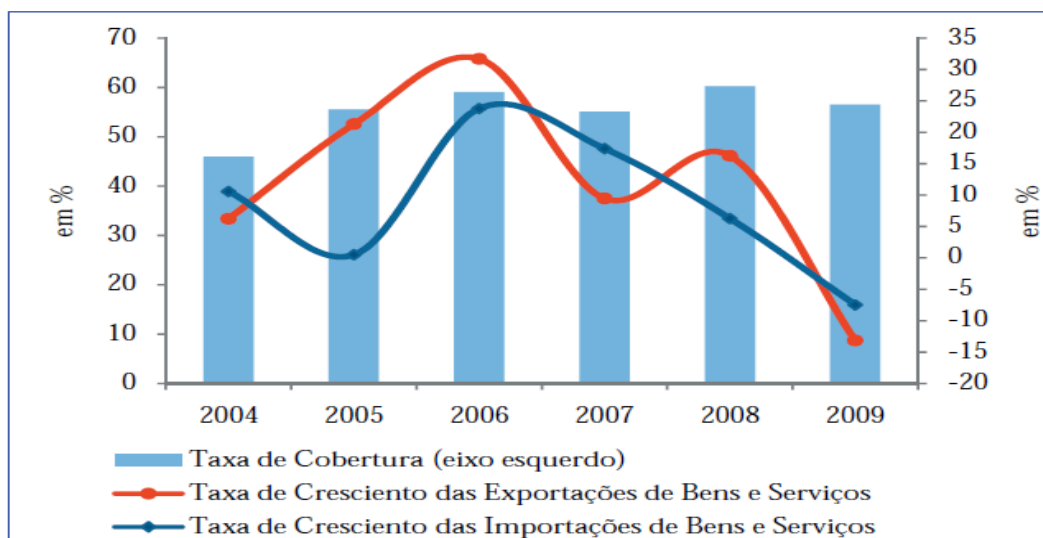
Figura 3.2 Saldo da Conta Corrente em % PIB e o Impacto dos Preços dos Combustíveis



Fonte: BCV. (*) Importações de Combustível a preços constantes (tendo como ano base o ano de 2004) versus Importações de Combustível a preços correntes.

Tendo em conta a evolução da balança de bens e serviços em 2009, a taxa de cobertura das importações pelas exportações registou uma queda de 3,7 pp., passando de 60,2% em 2008 para 56,5% em 2009, em resultado do decréscimo das exportações de bens e serviços superior ao das importações de bens e serviços.

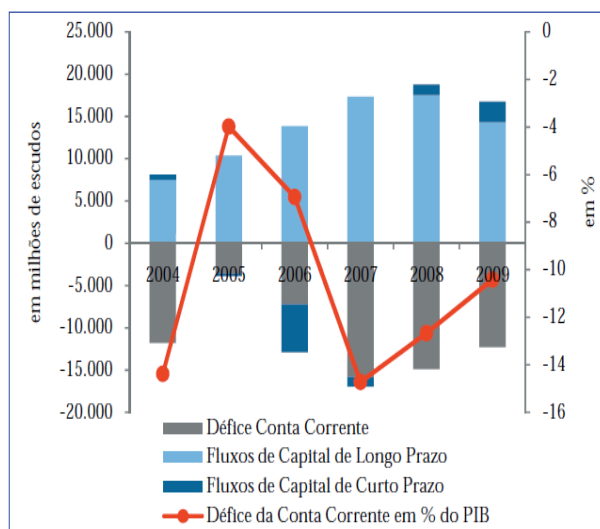
Figura 3.3 Taxa de Crescimento Exportações e Importações e Rácio de Cobertura



Fonte: BCV

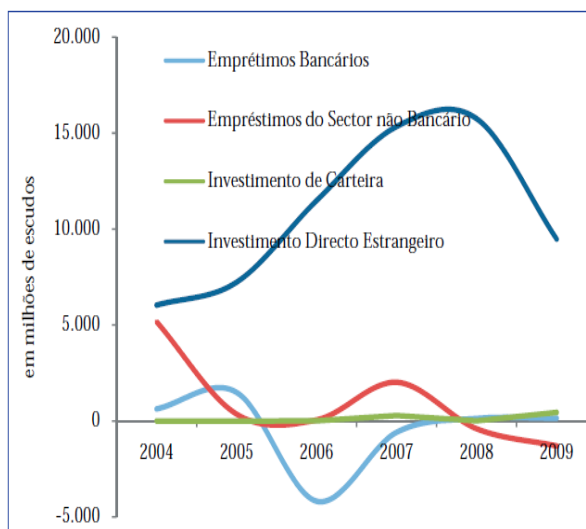
Em relação ao financiamento da conta corrente em 2009, os fluxos de capitais de longo prazo foram os principais responsáveis, apesar de se ter verificado um decréscimo acentuado do IDE, que representa a maior parte destes fluxos de longo prazo (BCV-2010)

Figura 3.4 Déficit da Conta Corrente



Fonte: BCV

Figura 3.5 Principais fontes de Financiamento

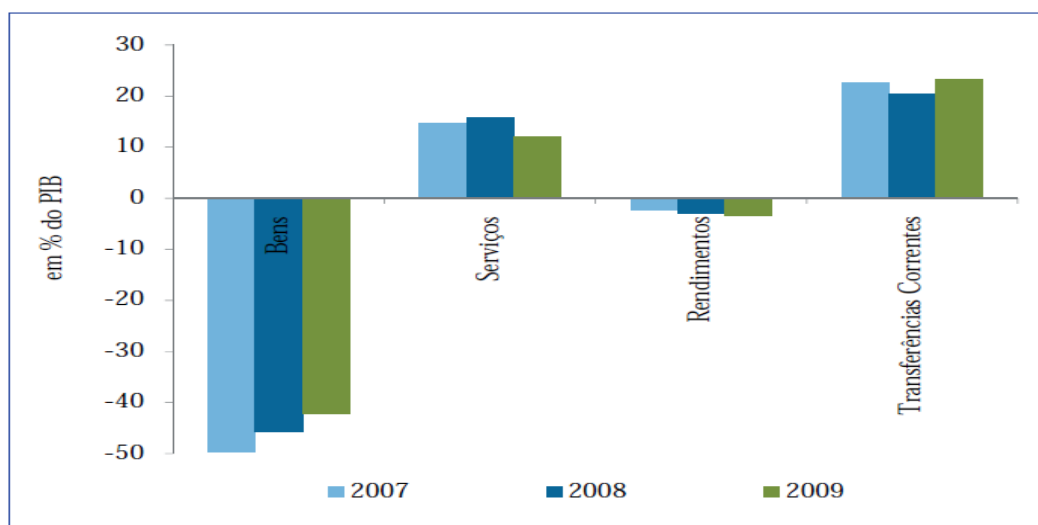


Fonte: BCV

3.1.1.2.1- Balança Corrente

Segundo os dados de Banco de Cabo Verde, em 2009, a balança corrente registou um défice de 12.302,2 milhões de escudos (ou 10,4% do PIB), em comparação com um défice de 14.888,5 milhões de escudos em 2008 (12,7% do PIB). Esta queda do défice, como já foi referido, resultou em grande parte da redução do défice da balança de mercadorias (de 3.802,1 milhões de escudos), e de melhorias na balança de transferências correntes. Estas variações foram parcialmente contrabalançadas pela diminuição do excedente da balança de serviços (de 4.201,7 milhões de escudos) e pelo agravamento do défice da balança de rendimentos (de 567 milhões de escudos).

Figura 3.6 Balança Corrente – Composição



Fonte: BCV

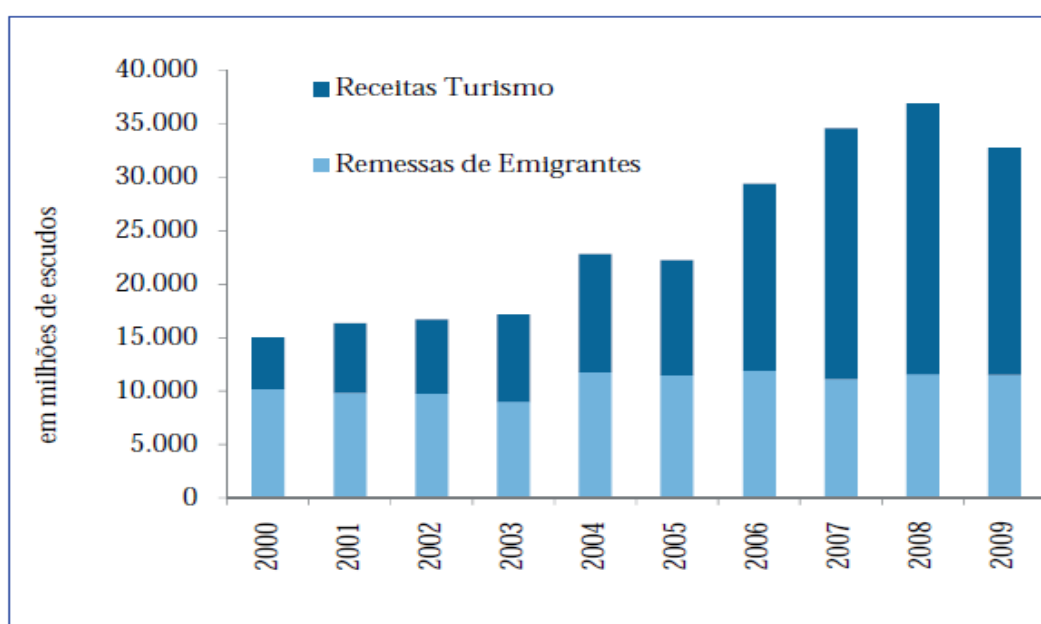
A redução das importações de bens mais do que compensou a redução também verificada nas exportações de bens, possivelmente relacionada à forte contracção do comércio de bens na área do euro (onde estão situados os principais parceiros comerciais de Cabo Verde), e explica a evolução positiva da balança de bens.

Segundo dados do BCV, nas importações e exportações de serviços verificou-se a mesma tendência, com as importações a registarem uma redução de 5,1% e as exportações de 12,4%, o que acarretou o decréscimo do excedente da balança de serviços (menos 4.201,7 milhões de escudos em relação a 2008). Este desempenho reflectiu essencialmente a redução das viagens de turismo, cujas receitas diminuíram em 16,2% (que compara ao crescimento de 7,9% de 2008), o que poderá ser explicado pela situação de declínio da actividade económica nos principais países de origem dos turistas que visitam Cabo Verde, nomeadamente os países europeus. Ainda na balança de serviços, é de salientar a redução de cerca de 19% nas exportações de serviços ligados aos transportes aéreos, em particular os serviços prestados a companhias aéreas estrangeiras e a passageiros não residentes, que se reduziram em 13,3% e 19,5%, respectivamente.

Quanto à redução verificada nas importações de serviços, poderá ser explicada pelo abrandamento da actividade económica a nível nacional, com reflexos no ambiente de negócios no país. Com efeito, registou-se em 2009 reduções nas importações de várias categorias de serviços, nomeadamente serviços de informática e de informação (3,7%), serviços de comunicações (19,3%) e de serviços empresariais diversos (cerca de 45%).

A melhoria do excedente da balança de transferências correntes também contribuiu para a redução do défice da conta corrente em 2009. Este aumento do excedente foi proporcionado essencialmente pelo aumento significativo dos donativos oficiais (21,2%), uma vez que as remessas de emigrantes permaneceram praticamente no mesmo nível do ano anterior. No gráfico seguinte é possível verificar que as remessas de emigrantes, em termos absolutos, não variaram muito nos últimos 3 anos, enquanto as receitas do turismo inverteram em 2009 a trajectória de crescimento que vinham registando desde 2005 devido à crise económica mundial.

Figura 3.7 Receitas de Turismo e Remessas de Emigrantes



Fonte: BCV

3.1.1.2.2- Balança financeira

Depois de um aumento significativo em 2008, a Balança Financeira, que representa os fluxos geradores de financiamento externo da economia, registou uma diminuição da entrada líquida de fundos, fixando-se em aproximadamente em 14,3% do PIB. Contribuíram para essa evolução, a redução da entrada de fluxos relativos ao IDE, que totalizou 8% do PIB (13,4% do PIB em 2008), e dos desembolsos líquidos da dívida externa privada (que diminuíram mais de 100%).

No que se refere à realização de projectos de investimento externo em Cabo Verde, registou-se em 2009 uma queda significativa (-40%), fixando-se num total de 9.479 milhões de Escudos (15.749 milhões de Escudos em 2008). A redução ocorreu de maneira generalizada em todos os componentes desta rubrica, nomeadamente, nas acções e outras participações de capital (- 55,5%), no investimento imobiliário (-45%) e no investimento dos emigrantes (7%). (BCV-2010)

Quadro 3.4 - Evolução da Balança Financeira

	em milhões de escudos			em % do PIB		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Balança Financeira	13.466,70	21.398,10	16.888,60	12,6	18,2	14,3
Investimento Directo	15.309,80	15.741,10	9.492,40	14,3	13,4	8
Outros Investimentos	4.987,10	7.939,70	6.516,30	4,6	6,8	5,5
Créditos Comerciais	430,7	1.041,60	1.281,20	0,4	0,9	1,1
Empréstimos	3.671,40	3.036,80	4.463,20	3,4	2,6	3,8
Moeda e Depósitos	1.437,70	440,4	-727,6	1,3	0,4	-0,6
Outros Activos e Passivos	-16,6	4.238,30	2.125,00	0	3,6	1,8
Activos de Reserva	-7.120,30	-2.292,70	429,4	-6,6	-2	0,4
Por sector Institucional Residente						
Autoridade Monetária	-7.180,60	-2.390,80	616	-6,7	-2	0,5
Governo Central	2.326,30	3.216,10	5.442,80	2,2	2,7	4,6
Bancos	454	4.169,00	903	0,4	3,5	0,8
Outros Sectores	19.125,40	16.403,80	9.926,80	17,8	14	8,4

Fonte: BCV

Nos outros investimentos, de salientar o crescimento, relativamente ao ano anterior, dos activos externos financeiros do país detidos pelas instituições financeiras monetárias, passando a representar -1,8% do PIB (-3,8% do PIB em 2008) e a aumento dos passivos financeiros para -0,6% do PIB (0,4% do PIB em 2008), reflectindo esta, sobretudo, a degradação significativa dos desembolsos líquidos da dívida externa privada, particularmente, de outros sectores (que decresceram mais de 100% em relação a 2008).

Os desembolsos líquidos da dívida pública, por seu turno, aumentaram 69,7% em relação ao ano anterior, associado, sobretudo, à execução de projectos de infra-estruturação do país, passando a representar 4,8% do PIB em 2009 (2,8% do PIB em 2008).

Quadro 3.5 Principais Indicadores da Dívida Externa

	Unidade	2007	2008	2009
Reservas Internacionais Líquidas / Dívida Externa Efectiva	%	56,6	57,4	51,4
Dívida Externa Efectiva/ PIB a preços correntes	%	46,8	45,5	49,8
Serviço da Dívida / Exportação de Bens e Serviços	%	3,7	4,3	4
Serviço da Dívida/ PIB preços Correntes	%	1,6	1,9	1,6
Reservas Internacionais líquidas. / Importação de Bens e Serviços	meses	4,1	4,2	4,4

Fonte: BCV

Relativamente aos indicadores de sustentabilidade externa, em 2009, registou-se um agravamento destes, uma vez que, não obstante se ter verificado uma redução do rácio do serviço da dívida/exportações de bens e serviços para 3,8% (4,3% em 2008), o coeficiente da dívida (dívida efectiva acumulada/PIB) aumentou, aproximando-se dos 50%.

Deste modo, em Dezembro de 2009, o stock de reservas internacionais líquidas do Banco de Cabo Verde era de 274,35 milhões de euros, permitindo contudo à Autoridade Monetária, no âmbito dos objectivos estabelecidos pelo Policy Support Instrument, garantir mais de 4 meses das importações registadas em 2009 e cumprir, com alguma margem, a meta fixada no PSI.

Assim, não obstante a redução do défice de conta corrente (-16,2% em relação a 2008) e, consequentemente, das necessidades de financiamento da economia (-20% em relação a 2008), assistiu-se ainda a uma diminuição dos fluxos geradores de financiamento externo (-21%), provocando uma redução do ritmo de acumulação de reservas internacionais líquidas do país em mais de 435 milhões de escudos relativamente ao ano anterior. (BCV-2010)

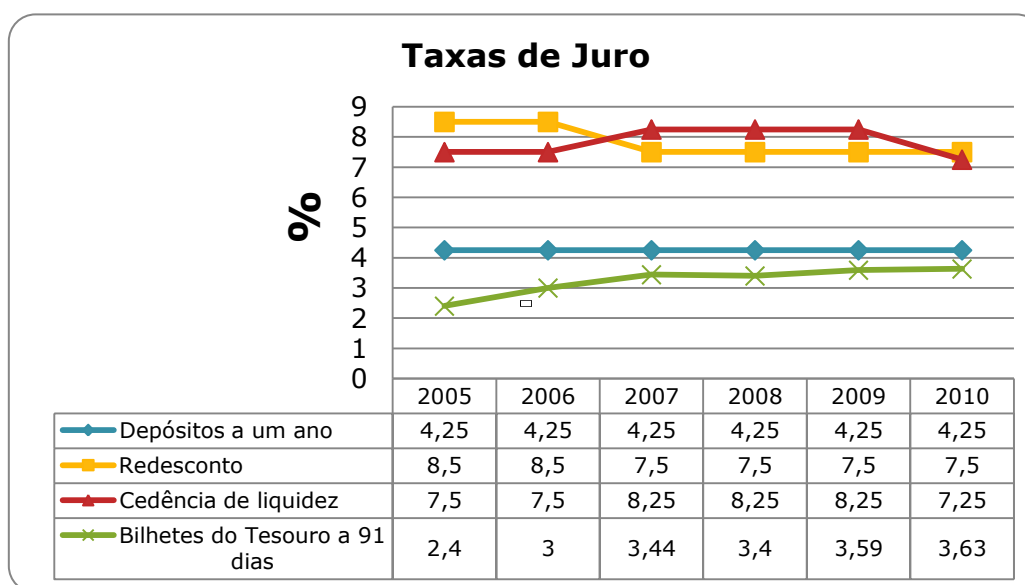
Refira-se, de acordo com a análise de sustentabilidade da dívida externa do FMI, que Cabo Verde é classificado como um país de risco baixo e moderado relativamente à dívida externa, sendo o limiar de endividamento o valor de 50%, embora o critério considerado não seja o rácio dívida efectiva acumulada/PIB mas sim o valor da dívida em relação ao PIB.

3.1.1.3 – Sistema financeiro

Cabo Verde adopta um regime cambial que indexa o CVE (escudo cabo-verdiano) à evolução do euro (1EUR = 110.265 CVE). O Banco Central de Cabo Verde (BCV) concentra-se, em larga medida, no objectivo da acumulação de reservas externas, no sentido de possibilitar a intervenção no mercado cambial para garantir aquela indexação. A forte entrada de remessas

de emigrantes, o aumento do investimento directo estrangeiro e as ajudas externas contribuíram para uma tendência de subida das reservas externas (que atingiram, em 2009, um valor correspondente a 3 meses de importações), reforçando a credibilidade daquela estratégia cambial. Como principais instrumentos de política monetária, o Banco Central utiliza a taxa de cedência de liquidez e o coeficiente de reservas de caixa.

Figura 3.8 Taxas de Juro, 2005-2010



Fonte: Banco de Cabo Verde

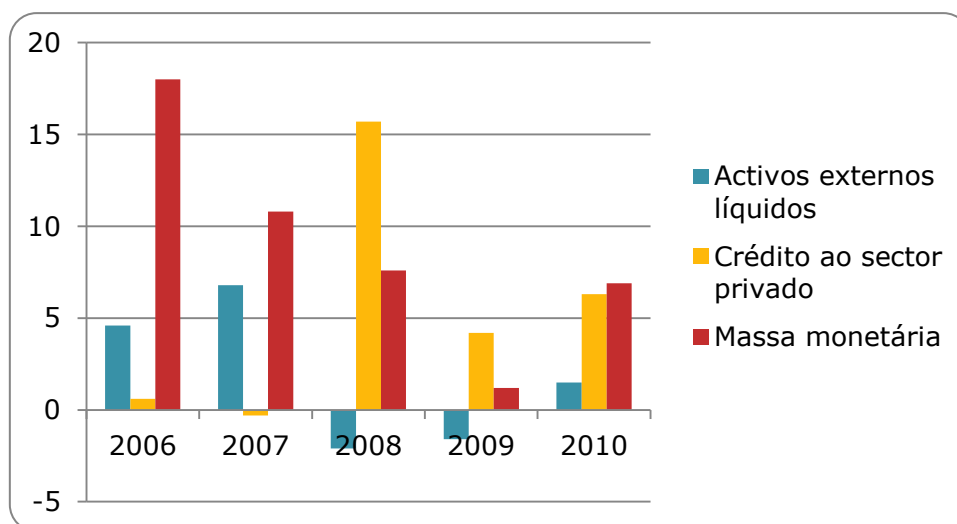
O desempenho do sector financeiro, durante a crise internacional, foi positivo, quer na óptica do financiamento da economia como no concernente à estabilidade do sistema.

Uma característica positiva do sector bancário é a sua capacidade de atracção de depósitos, nomeadamente de emigrantes, que têm um papel muito importante no financiamento da economia. Tal implica a existência de atractividade ao nível das taxas de juro passivas, cujo custo é necessariamente reflectido nas taxas activas.

Nos últimos anos houve um forte aumento da massa monetária, com crescimentos na ordem dos dois dígitos até 2007. Mesmo nos anos mais recentes, de menor crescimento da actividade económica, o crescimento da massa monetária não deixou de se verificar. Como o aumento da liquidez representa um risco para a estabilidade dos preços, e por arrastamento, para a competitividade externa da economia, o Banco Central tem realizado operações de

esterilização monetária. Neste contexto, destacam-se quatro emissões de títulos de regularização monetária no montante global de CVE 6.142 mil milhões, bem como um aumento dos depósitos overnight, efectuados no âmbito das facilidades permanentes de absorção de liquidez, em cerca de CVE 6 mil milhões.

Figura 3.9 - Indicadores monetários (Taxas de crescimento).



Fonte: FMI

3.1.1.4 - Investimento e Consumo

No que se refere às componentes da procura interna, o consumo privado registou um novo abrandamento em 2009, atingindo uma taxa de crescimento real quase nula de 0,4%, (1,2% em 2008). Esta evolução menos favorável no consumo é resultado, de entre outros factores, da grande incerteza quanto às perspectivas de rendimento das famílias associada à deterioração das condições no mercado de trabalho e da prevalência de condições mais exigentes na concessão de crédito bancário, nomeadamente para o consumo, não obstante o rendimento real das famílias ter sido apoiado pelas medidas de redução da carga fiscal, num contexto de baixa inflação.

O decréscimo das importações de bens de consumo, a queda ao longo de 2009 do índice de volume de vendas no subsector do comércio a retalho (de acordo com o inquérito de conjuntura ao comércio do INE) e a trajectória descendente que se registou ao longo de 2009 e desde finais de 2007 no crédito bancário a particulares, na sua componente “outros fins”,

destinado, sobretudo, para o consumo de bens duradouros, confirmam a evolução menos favorável do consumo privado.

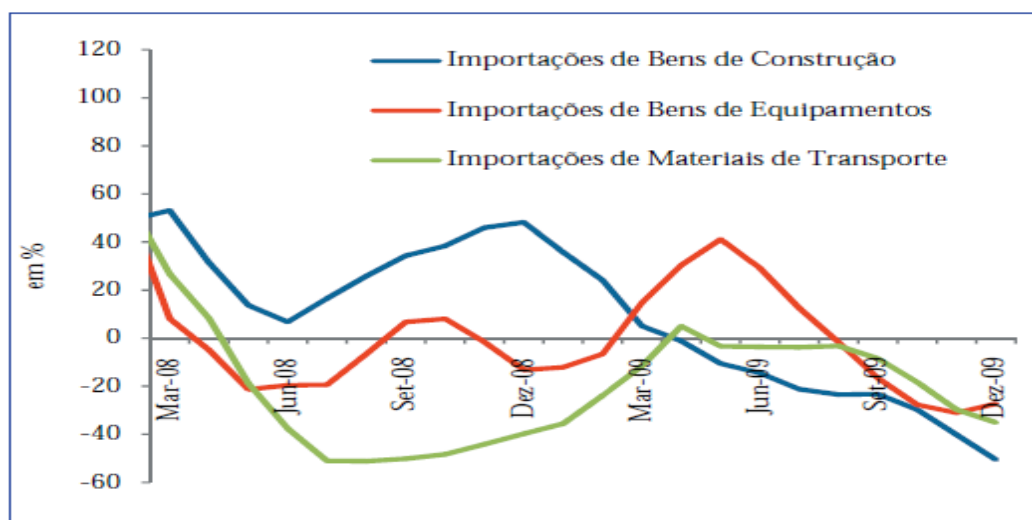
Por sua vez, após uma ligeira queda de 0,5% em termos reais em 2008, o consumo público registou em 2009 um aumento de cerca de 6%, em decorrência do aumento das despesas públicas ordinárias, nomeadamente, das despesas com pessoal e com aquisição de bens e serviços

Em 2009 o investimento registou um decréscimo acentuado de 9,3% em termos reais (contra os 11,9% positivos em 2008), a que se deve a evolução negativa da FBCF na generalidade dos bens. Esta evolução negativa traduz a deterioração das expectativas dos agentes económicos face aos níveis de procura, tanto no mercado interno como externo, e a manutenção de condições de financiamento desfavoráveis.

O comportamento de indicadores como as importações de bens de construção, bens de equipamentos e materiais de transporte evidenciou, ao longo de 2009, uma trajectória descendente, registando, nos últimos três meses terminados em Dezembro, taxas de variação negativas em termos homólogos de 50,6%, 27,2% e 35%, respectivamente. Por outro lado, o investimento imobiliário ressentiu-se do efeito do abrandamento da actividade económica, a avaliar pelos resultados dos inquéritos de conjuntura à construção do INE.

Com efeito, de acordo com os inquéritos de conjuntura à construção e obras públicas do INE, verificou-se uma tendência de redução na carteira de encomendas neste sector ao longo de 2009, tendo o seu índice acusado uma taxa de variação de negativa de 1,6% no último trimestre contra os -0,1% no trimestre homólogo.

Figura 3.10 Indicadores de Investimento (mm3 - Taxa variação homóloga)

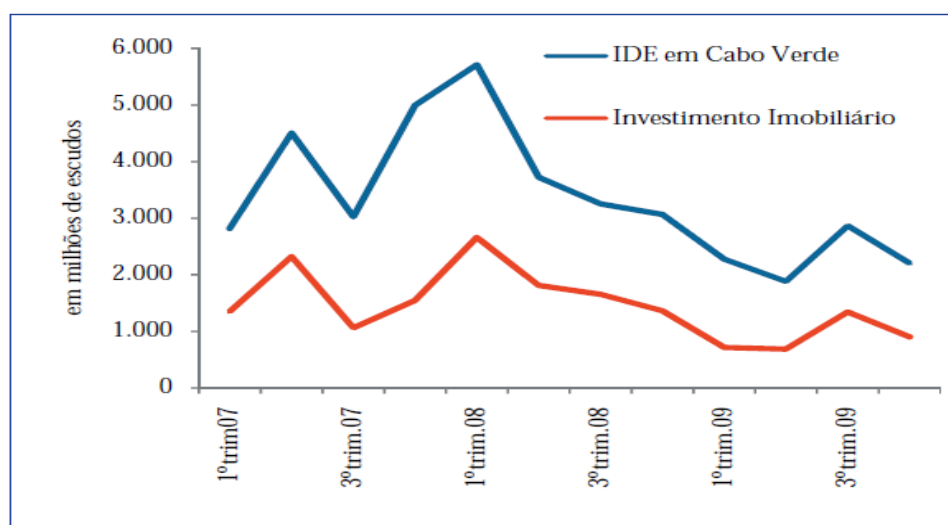


Fonte: Direcção Geral das Alfândegas; BCV

Por seu turno, o crédito bancário a particulares para habitação apresenta uma trajectória descendente ao longo de todo o ano, o que comprova a evolução desfavorável ao nível do investimento privado e, em particular, do investimento residencial.

A crise de liquidez nos mercados financeiros internacionais condicionou a evolução do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em Cabo Verde e, em particular, o investimento imobiliário. Em termos acumulados, para os quatro trimestres do ano, a redução do IDE foi de 39,9%, passando de 15.780,6 milhões de escudos em 2008 para 9.478,4 milhões em 2009.

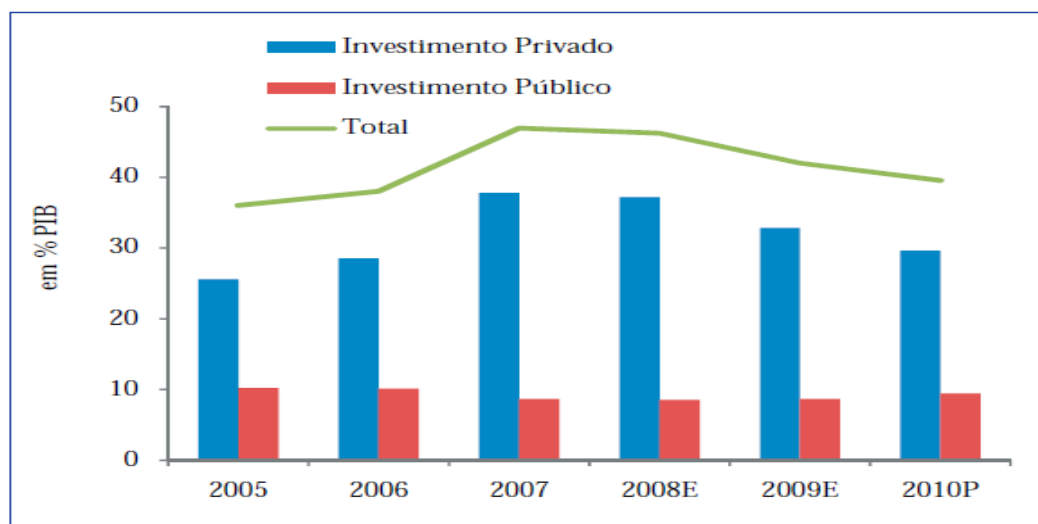
Figura 3.11 Evolução do Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde



Fonte: BCV

O investimento público, em 2009, situou-se nos 17.823 milhões de escudos, representando um aumento em termos reais de 6,3% (4,7% em 2008). A maior parte desses investimentos foi canalizada para projectos de infra-estruturação, nomeadamente, construção de estradas e expansão de portos.

Figura 3.12 Evolução do Investimento



Fonte: Ministério das Finanças; BCV

Relativamente ao contributo da procura externa líquida para o crescimento económico, este foi positivo, passando de -1,2 pp. em 2008 para 7,7 pp. em 2009. O efeito positivo do decréscimo registado nas importações mais do que compensou o efeito negativo resultante do decréscimo das exportações, tendo em conta o peso muito maior das importações no PIB, cuja evolução traduziu-se numa redução substancial do conteúdo importado da procura global.

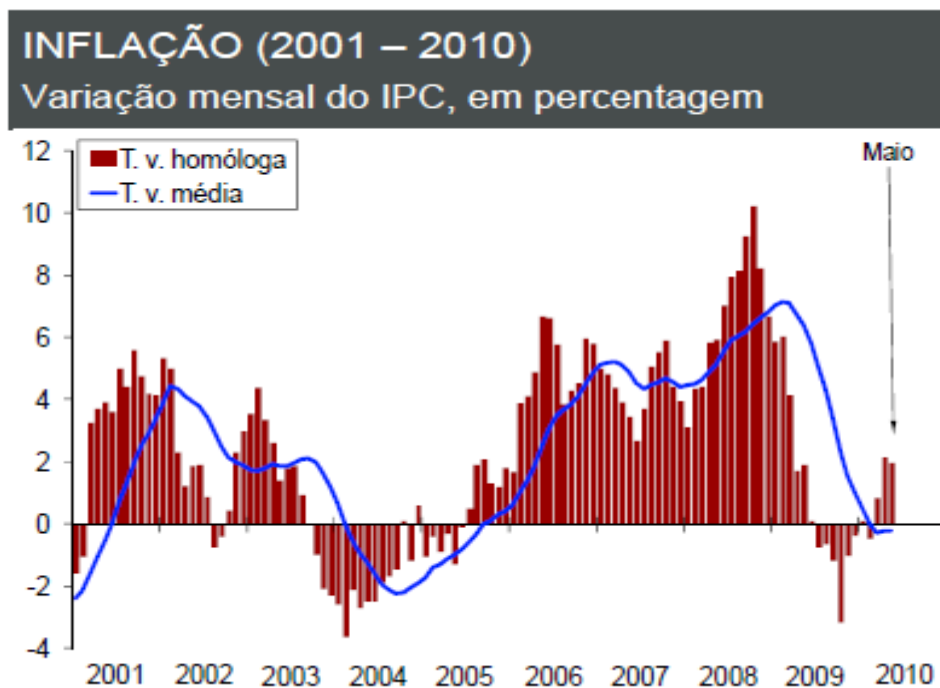
2.1.1.5 – Preços

Devido a âncora cambial com a zona euro que obriga Cabo Verde a respeitar apertados critérios macroeconómicos, semelhantes aos da União Europeia, a inflação mantém-se controlada embora tenha atingido os 6.8% em 2008 devido à escalada dos preços do petróleo quando habitualmente respeita um intervalo entre 1% e 3% (-1.9% em 2004; 0.02% em 2005), mantendo-se em contrapartida, a paridade cambial fixa entre o Euro e o Escudo caboverdeano.

Segundo dados do BCV, ao longo do ano de 2009, a taxa de inflação, medida pelo índice de preços ao consumidor (IPC), apresentou uma tendência decrescente que culminou com o

registo de uma taxa média de 1%. Seguindo a mesma tendência, a taxa de variação homóloga acumulou baixas sucessivas, atingindo em Outubro de 2009 os 3,2% negativos, o valor mais baixo dos últimos anos, tendo registado no final do ano em referência os 0,4% negativos.

Figura 3.13 Índice de Preços no Consumidor



Fonte: INE

A diminuição constante da taxa homóloga ocorreu, essencialmente, na sequência de redução dos preços dos produtos energéticos, industriais e alimentares. Esta situação poderá estar associada por um lado, à evolução dos preços das *commodities* a nível internacional e a sua transmissão para o mercado doméstico, com efeitos desfasados e por outro, às alterações administradas no preço dos produtos petrolíferos, por parte da Agência de Regulação Económica (ARE) nos últimos meses de 2008.

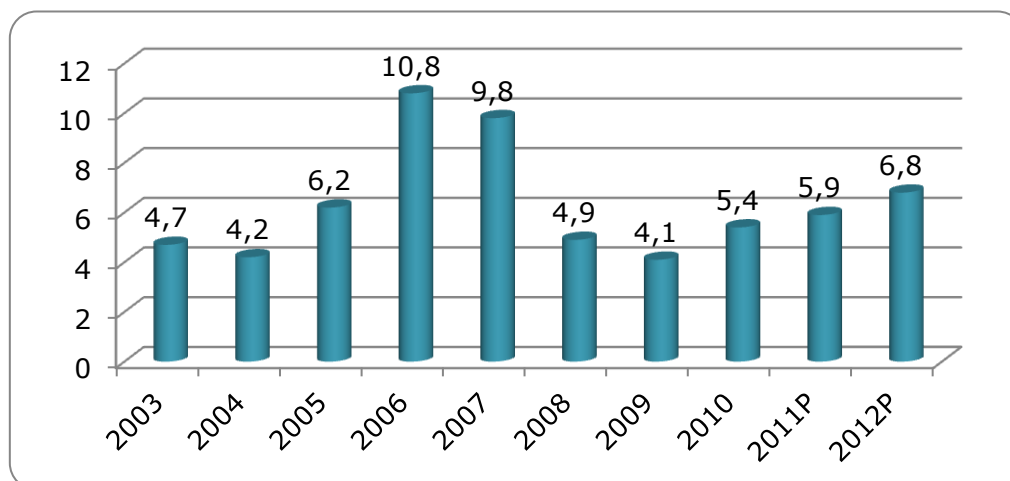
Neste sentido, em 2009 os preços dos produtos energéticos e de outras matérias-primas estiveram substancialmente mais baixos em comparação com os níveis elevados de 2008.

2.1.1.6 - Produto

Cabo Verde progrediu nos últimos anos, em resultado de uma conjuntura externa favorável e de políticas económicas adequadas (incluindo uma reforma do sistema fiscal, um programa de

privatizações e uma combinação de políticas monetárias e cambiais estabilizadora da inflação). Assim, a actividade económica registou um extraordinário desempenho em 2006 e 2007, ao registar um crescimento real do PIB de 10.8% e 9.8%, respectivamente (BES 2010).

Figura 3.14 Crescimento real do PIB (%)



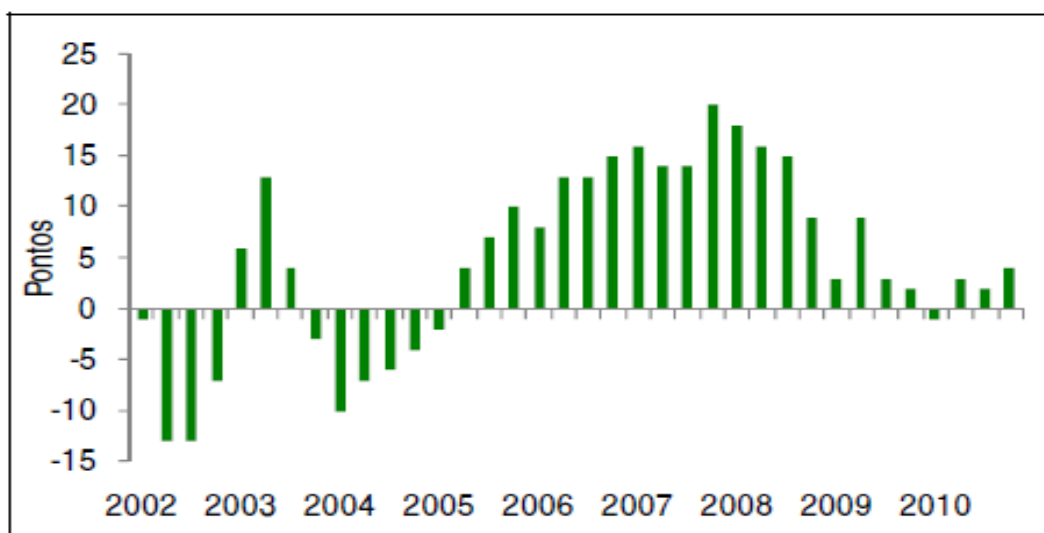
Fonte: FMI (P- Previsão)

No gráfico acima, pode observar-se como a economia de Cabo Verde se tem afirmado ao longo do século XXI, o que levou a sua reclassificação para o grupo de economias de rendimento médio. Com uma capacidade de gerar riqueza crescente, e que nos anos de 2006 e 2007 se estima ter ultrapassado a taxa de crescimento de 10%, a economia apresenta, também, algumas fragilidades estruturais por ter uma estrutura produtiva que assenta, essencialmente, no sector dos serviços, depende muito das importações, e apesar da evolução económica positiva, não absorve uma parte significativa da sua população activa.

Depois de em 2009, se ter verificado uma forte desaceleração da actividade económica (com o crescimento do PIB a cair para 3.6%, resultado do impacto negativo da crise financeira mundial no turismo, na construção e nos fluxos de investimento directo estrangeiro), a economia cabo-verdiana deverá ter crescido cerca de 5.4% em 2010. Para 2011 e 2012, prevêem-se crescimentos de 5.9% e 6.8%, respectivamente, sobretudo em resultado do reforço do Programa de Investimento Público (PIP), por parte do Governo, bem como da evolução favorável do investimento privado, neste caso em função da retoma do turismo, da melhoria do mercado de trabalho, do crescimento do consumo privado e da maior facilidade de acesso ao crédito. (ES RESEARCH-2010)

O desempenho em 2010 é confirmado pela evolução dos indicadores quantitativos e qualitativos. Os exemplos disso são o indicador de clima económico, que revelam um desempenho favorável ao longo do ano de 2010.

Figura 3.15 Indicador de clima económico (pontos)



Fonte: ES RESEARCH

Também nos indicadores de procura elaborados pelo Banco de Cabo Verde é sustentada a ideia de reforço da actividade económica. De acordo com os dados disponíveis até Novembro de 2010, é patente um crescimento robusto das importações de bens de consumo duradouros e não duradouros. Paralelamente, em termos de evolução do investimento, é visível um crescimento significativo das importações de bens de equipamento e de materiais de transporte e de bens de construção, em linha com a execução do programa de investimentos públicos levados a cabo pelo Governo.

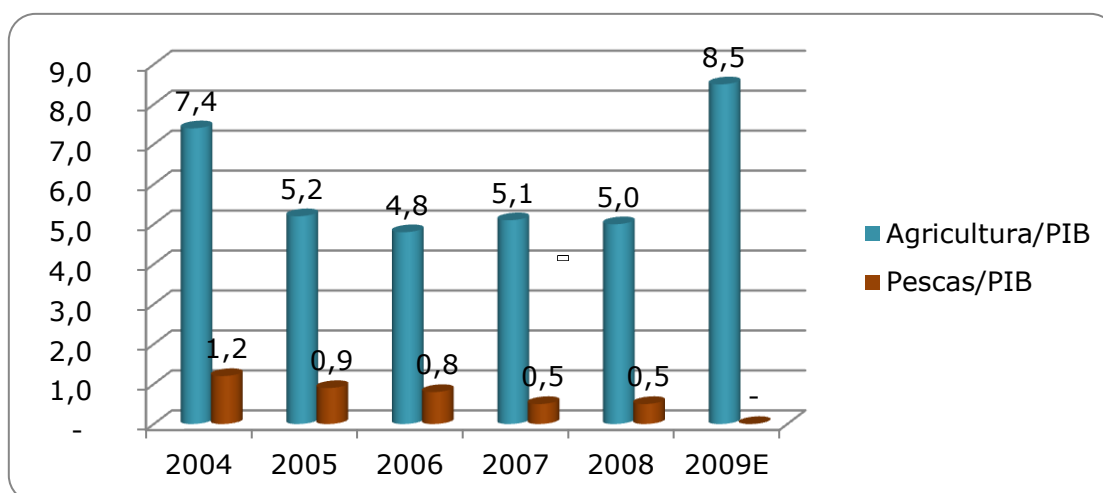
No que diz respeito a estrutura económica do país, ela é basicamente dominada pelo sector terciário, onde os serviços representam mais de 70% do PIB e mais de 66% do emprego, sendo a base produtiva da indústria pouco desenvolvida essencialmente ligada aos sectores dos têxteis, do calçado e das pescas.

Com a dominação do sector terciário, verifica-se certa estagnação da indústria e um recuo da posição relativa da agricultura. No caso do sector primário a sua reduzida expressão não deve

ser justificada só pela natureza insular, situação geográfica e condições climáticas, mas, principalmente, pela escassez de recursos de natureza variada, em especial, os financeiros, e pela falta de aproveitamento das condições naturais do arquipélago.

Em relação ao sector secundário a sua fraca expressão, embora muito maior que o primário, resulta da reduzida dimensão do mercado interno, que não estimula os investidores privados em um sector de ainda fraco desempenho, com uma actividade industrial exportadora de reduzida expressão na economia do país; por outro lado, os investimentos são ainda muito reduzidos nesse sector (Caixa Geral de Depósitos, 2007).

Figura 3.16 Evolução do Sector Primário (em % do PIB), de 2004 a 2009

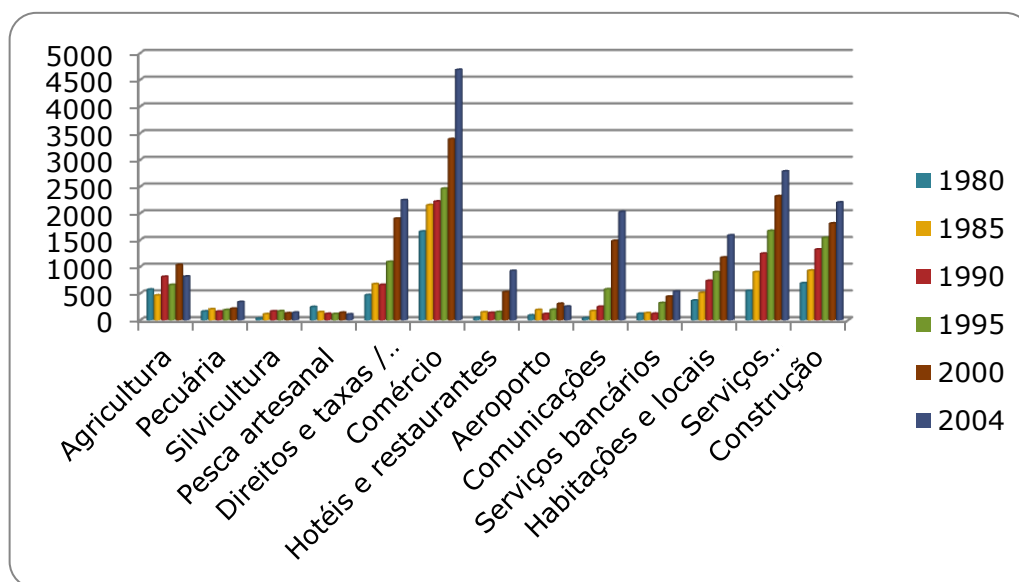


Fonte: Câmara de Comercio e Industria Portugal Cabo Verde.

Apesar da fraca contribuição do sector primário, é indiscutível o papel económico e social do sector da agricultura, silvicultura e pecuária, sobretudo nas zonas rurais. Mesmo verificando uma tendência para a diminuição da actividade nesse sector, sobretudo por parte das camadas jovens da população, é geralmente reconhecida a sua importância para o emprego e subsistência de um grande número de famílias, apesar das condições bastante precárias da agricultura praticada em Cabo Verde. Além disso, a produção agrícola tem desempenhado um papel especial na estabilização dos preços em geral, e dos bens alimentares em particular.

Analisando a contribuição dos vários ramos de actividade no PIB, constata-se que ela é maior no comércio, serviços governamentais e construção, ou seja, no sector secundário, a construção é o único sector que representa uma parte considerável no PIB; a agricultura representa uma parte muito pequena, e menor ainda é a contribuição da pecuária.

Figura 3.17 Contribuição dos principais ramos de actividade (Em Milhares de Contos)



Fonte: INE Cabo Verde

A prestação da indústria transformadora continua bastante modesta no panorama económico Cabo-verdiano em termos de peso no PIB (7% em 2004, 8% em 2005 e 7,5% em 2006) e de exportação. É constituída essencialmente por produtos orientados, quase todos, para o reduzido mercado interno. A actividade industrial, porém, conheceu algum desenvolvimento nos últimos cinco anos, com a implantação de investimentos privados, particularmente no domínio de indústrias francas e de produção voltada para a exportação. No entanto, o sector debate-se com o problema de competitividade, devido, sobretudo, aos custos de factores relativamente elevados (CCIPCV - 2010).

Apesar disso, o PIB real cresceu, houve progressos visíveis em matéria de exportações, tais como confecções e calçados, e melhoria das condições de vida da população. Tudo isso, foi resultado das reformas estruturais implementadas, tendentes ao desenvolvimento do sector privado, ao investimento externo e às exportações.

3.1.2 – Caracterização dos sectores da economia

Após a independência até 1991, as principais actividades económicas eram fortemente centralizadas, ou seja, era da competência do Estado, desenvolver quase toda a actividade comercial, industrial e serviços como Transportes, Construção, Turismo e Financeiros, cabendo aos privados, o papel de agentes económicos de pequena e média dimensão.

Em 1991, com o objectivo de contrariar a sua condição insular e a quase total dependência das transferências externas, e como forma única de desenvolvimento económico e social e estabilização dos indicadores macroeconómicos, o país adoptou uma política de liberalizações e abertura da economia ao exterior, já iniciada dois anos antes, o estado deixa dessa forma de ser o principal agente económico passando esse papel para os investidores privados, nacionais e estrangeiros, para um papel de promotor e regulador da actividade económica. (CCIPCV)

Dois anos mais tarde foram aprovados importantes instrumentos legislativos com o objectivo de incentivar a economia e também foram simplificados diversos procedimentos fiscais e aduaneiros na tentativa de criar um ambiente favorável ao estabelecimento de negócios.

3.1.2.1 - Agricultura, Silvicultura e Pecuária

A sua localização numa zona de baixa e irregular pluviosidade, fruto da influência nefasta do deserto do Sahara, a agricultura Caboverdeana revelou-se incapaz de assegurar as necessidades do país, cobrindo apenas 10% (INE) do consumo alimentar nacional, ou seja, não passa de uma agricultura de subsistência.

Em 2010, Várias obras foram desenvolvidos neste sector, sobretudo na área da agricultura, onde foi construído 19 diques de grandes porte na ilha do Maio, que permitirão multiplicar por cinco a área irrigada naquela ilha, e mais 10 mini-barragens na Boa Vista que farão aumentar, por três vezes mais. Fazem parte ainda desse projecto uma barragem e mais de 70 furos que vão sendo espalhados por todas as ilhas e que permitirão cerca de 2 milhões de toneladas de água por ano e sistemas de bombagem de água. A intenção do Governo, com todos os investimentos na agricultura e captação de água, juntando-se-lhes as redes de

saneamento e recolha e tratamento das águas residuais, é de mobilizar cerca de 75 milhões de m³ de água por ano.

É de salientar que, o Governo de Cabo Verde, através da Direcção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária e, também, o Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, (INGRH), assinou um importante protocolo de cooperação técnica na agricultura com a empresa portuguesa EDIA. Esta empresa, que é a mesma que está a desenvolver a barragem de Alqueva no Alentejo, a maior obra pública jamais construída naquela região de Portugal e que possui um importante capital de conhecimento e que, de acordo com os seus responsáveis, pretendem colocar ao dispor de Cabo Verde.

3.1.2.2 - Comércio

De 1975 até 1990, o país foi governado por um regime de partido único assente numa economia de base estatal. A política comercial praticada durante este período, voltada especialmente para o mercado interno através da substituição das importações e o controlo do Estado sobre a economia, levaram à criação, até 1988, de 19 empresas estatais e 14 empresas mistas, nos diferentes sectores da economia -Transportes (marítimos e aéreos), Energia e Combustíveis, Agricultura, Produção Agro-pastoral, Pescas, Produtos Farmacêuticos, Construção Civil, Reparação Naval, Seguros, Hotelaria e Comércio Internacional (importação e comercialização de géneros de primeira necessidade). (CCIPCV - 2010)

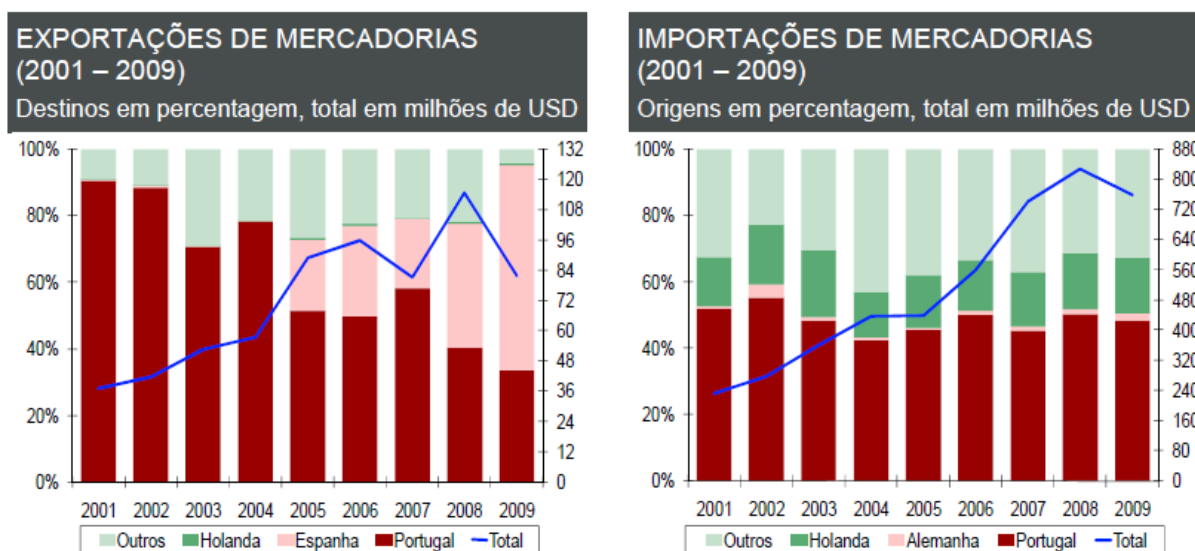
Os primeiros sinais de reforma da economia, na origem da abertura política de 1990 que permitiu a realização de eleições livres e consequentemente instalação de um regime democrático pluripartidário a partir de 1991, aconteceram em finais dos anos 80.

No sector do comércio, um programa de reformas foi concebido e implementado a partir de Janeiro de 1992, visando a liberalização progressiva do sistema de plafond, através da publicação de sucessivas listas isentas dos sistemas de quotas anual de importação ou plafond. As importações foram totalmente liberalizadas em 1999, incluindo os produtos básicos. Estes últimos, devido a sua importância no abastecimento público, foram submetidos a condições especiais de licenciamento. As exportações tinham sido totalmente liberalizadas em 1987.

A liberalização comercial foi acompanhada de importantes reformas nos domínios económico, fiscal e legislativo, visando a criação de um ambiente institucional e económico favorável ao desenvolvimento da iniciativa privada. A transformação do sector privado no principal motor de desenvolvimento, reservava ao Estado o papel de facilitador e regulador.

O país apresenta um défice significativo da balança comercial. Os valores disponíveis para o Comércio Externo de Cabo Verde, que colocam o peso das importações em cerca de 50% do PIB, confirmam Portugal como o principal parceiro comercial de Cabo Verde. A Holanda é o 2º mercado abastecedor de Cabo Verde, enquanto a Espanha se tornou o seu 1º mercado externo, devido essencialmente à exportação de "Produtos do Mar". A exportação de produtos da Indústria de Confeções e Vestuário ao abrigo do "AGOA-African Growth Opportunity Act", acordo comercial com os EUA, fazem deste país um mercado também disponível mas não facilmente acessíveis dadas as apertadas exigências em termos de origens das matérias-primas e incorporação nacional Caboverdeana nos produtos a exportar.

Figura 3.18 Exportações e Importações de Mercadorias



Fonte: Banco de Cabo Verde - 2010

O facto de se inserir na Comunidade Económica dos Países da África Ocidental (CEDEAO), e aproveitando a Legislação existente para incentivo às Exportações e Reexportações e instalação de Zonas Francas Comerciais, possivelmente um dos vectores de dinamização da economia Caboverdeana, poderá ser uma das vantagens de Cabo Verde.

3.1.2.3 - Construção e Imobiliário

- **Construção**

Conhecido pela sua vocação turística, que vem captando importantes investimentos hoteleiros de diversas origens, e pela forte necessidade de infra-estruturação do País, aproveitando o crédito internacional que o permite, Cabo Verde vem criando condições tanto de apoio às necessidades sociais (estradas, portos, aeroportos, escolas, hospitais, água e electricidade, saneamento básico) como de atracção do investimento turístico, industrial e comercial. Em consequência o sector da Construção é, actualmente, um dos mais dinâmicos em Cabo Verde com um peso, em 2008, de 11% do PIB (9.8% em 2007) resultando em 14,3 milhões de contos (130 milhões de euros). (CCIPCV - 2010)

O interesse internacional por Cabo Verde continua a crescer, sendo o imobiliário-turístico o sector que consome a maior fatia dos largos milhões de euros de projectos aprovados desde 2005 pela CI-Cabo Verde Investimentos, com cerca de 95% do total. Depois dos 193 milhões de euros em projectos apresentados em 2005, terminou 2006 com uma carteira de 400 milhões de euros.

A tendência de dispersão por várias ilhas -Sal, São Vicente, Santiago, Santo Antão vem diluindo o actual coeficiente de concentração no Sal. Para as ilhas da Brava, Fogo e São Nicolau não estão previstos grandes investimentos.

No total, em 2002, eram cinquenta as empresas que tinham como actividade principal a Construção. Em 2005 o sector empregava, a nível nacional, cerca de 11.000 trabalhadores dos quais 90% oriundos dos países da costa ocidental africana.

No que diz respeito ao Financiamento deste sector, o Sistema Financeiro caboverdeano está suficientemente desenvolvido para fornecer ao mercado Produtos e Serviços adequados às exigências do sector tanto sob a vertente de crédito à construção como na vertente de aquisição de habitação. Para ambos os casos as entidades bancárias nacionais, prestam o apoio necessário para a concretização dos projectos.

3.1.2.4 – Indústria

A carência de matérias-primas, o que leva a forte dependência do exterior, a insularidade, a pequenez do mercado, a escassez de água, justifica a inexistência de actividades industriais de relevo. As que existiam, até 1991, destinavam-se essencialmente a criar postos de trabalho e eram propriedade do Estado.

Com a globalização, foi encetada a partir de 1991 uma política, para a inclusão de Cabo Verde na economia mundial, privilegiando o desenvolvimento económico e estabilização dos indicadores macroeconómico pela abertura da economia ao sector privado, nacional e estrangeiro, levou ao aparecimento de um empresariado caboverdeano, através de uma política de liberalizações, por um lado e, por outro lado, à atracção de investimento externo que se fixou essencialmente nas indústrias de mão-de-obra intensiva e no turismo.

Este sector, constituído essencialmente por unidades de pequena dimensão concentradas na Praia e no Mindelo, tem como actividades mais importantes a Construção Naval, a Construção Civil, as Artes Gráficas, a Indústria Alimentar, Captação e Engarrafamento de Água, as Rações para Animais, a Metalomecânica Ligeira, Componentes Electrónicos, a Carpintaria e Mobiliário, a Cerâmica, os Inertes (Cimento, Areia e Britas), as Tintas e Vernizes, os Medicamentos, os Produtos Químicos e de Higiene, o Calçado e as Confecções.

O seu peso na economia nacional é reduzida, como o provam os 7% do PIB (BCV-2009), no entanto em termos de emprego albergue 18.9% dos activos (INE-2009).

Em termos internacionais, o facto de possuir estabilidade social e política, ambiente legal, regulamentar e institucional favorável, custos laborais e de instalação convidativos, inserir-se numa Comunidade Económica regional (CEDEAO), beneficiar de Acordos Comerciais, nomeadamente o Acordo de Cotonou, com a União Europeia, mais recentemente o “African Growth Opportunity Act”, com os Estados Unidos, e a “Nova Iniciativa para África” com o Canadá, têm potenciado a atracção do investimento externo e as exportações industriais.

3.1.2.5 – Pescas

Apesar de representar apenas 0.8% do Produto Interno Bruto em 2009 (0.9% em 2005; 1.4% em 2004), o sector das Pescas constitui uma importante fonte de rendimento desempenhando ainda um papel determinante na dieta alimentar da população e contribuindo para a geração de riqueza através das exportações.

Todas as ilhas dispõem de adequados locais de desembarque contribuindo para as exportações de pescado. A cavala e o atum congelados constituem as espécies mais exportadas, em quantidade, representando, no entanto as lagostas frescas, cujo período de defeso vai de Julho a Novembro, um peso significativo no valor total.

Por ter vivido um embargo de 4 anos (1999-2003) da União Europeia, o seu principal mercado, o sector das Pescas atravessou um período de grande quebra de actividade, com as exportações de produtos da Pesca a diminuírem drasticamente. A perda deste importante mercado conduziu à falência de algumas empresas e as que subsistiram procuram agora retomar os anteriores níveis de actividade. Os dados disponíveis referentes a 2004 indicam uma recuperação.

Para ultrapassar este embargo e contribuir para a promoção da qualidade dos produtos da pesca Cabo Verde criou uma Autoridade Competente, reviu a Legislação do sector, equiparando-a às Directivas da União Europeia, instalou um Laboratório Oficial com capacidade para a realização das principais análises físico-químicas e microbiológicas dos produtos da pesca e da água, de acordo com as normas sanitárias nacionais e internacionais, e certificou estabelecimentos de processamento, transformação e armazenagem de produtos da pesca.

Recentemente assinaram um novo Acordo Geral de Pescas. Trata-se de um novo acordo com validade para três anos e que entrará em vigor a 1 de Setembro, sendo que com este acerto, os pesqueiros com a bandeira da União Europeia poderão capturar nas águas de Cabo Verde até cinco mil toneladas de pescado por ano. Em contra partida, Cabo Verde receberá anualmente 435 mil euros.

3.1.2.6 -Sector de Energia

Os serviços de abastecimento de energia desempenham um papel motor em todas as actividades de desenvolvimento económico e social do país. Em Cabo Verde, por se tratar de um país extremamente carente em recursos energéticos, a produção de Electricidade é resultante, essencialmente, da queima de combustíveis implicando forte dependência da importação de produtos petrolíferos cuja factura absorve consideráveis recursos financeiros. Esta situação acarreta consequências no abastecimento sustentado de energia, pesa no plano macro-económico e consome uma percentagem elevada dos escassos recursos do país. Como alternativas têm sido estudadas outras fontes de energia, como o vento e o sol, merecendo realce o parque eólico do Mindelo (São Vicente) que fornece à rede eléctrica cerca de 10% da energia consumida pela ilha.

Em 2009 com a Linha de Crédito de 100 milhões de euros disponibilizado por Portugal, Cabo Verde iniciou a reestruturação da sua rede eléctrica e a construção de centrais de produção solar foto-voltaica (Santiago e Sal) e pretende instalar parques eólicos nas ilhas de Santiago, São Vicente, Boavista e Sal

3.1.2.7 - Serviços Financeiros

Em Dezembro de 2008 o sistema financeiro cabo-verdiano comportava cinco instituições de crédito, duas seguradoras, duas corretoras de seguros, a Bolsa de Valores de Cabo Verde, o Instituto Nacional de Precedência Social e cinco instituições Parabancárias, das quais duas agências de câmbios, uma sociedade gestora de cartões de pagamentos; uma sociedade gestora de capital de risco e uma sociedade de leasing.

Também existe um sector *off-shore* constituído por catorze instituições sendo doze instituições bancárias e duas Parabancárias no domínio de gestão de fundos que não será objecto desta avaliação.

O sistema financeiro é dominado pelas instituições bancárias. Com efeito, os activos das instituições bancárias representaram mais de 85% do activo do sistema financeiro “*on shore*”

no período 2005-2008. Em 2008 o activo dos bancos representava cerca de 92% do PIB a preços de mercado. Se considerar que o INPS tem representado entre 11% e 12% dos activos do sistema durante o período em consideração, concluí-se que os outros subsectores são pouco significantes. Neste contexto, a estabilidade do sector financeiro está muito dependente da situação do sector bancário.

Os bancos cabo-verdianos vêm, nos últimos anos, melhorando progressivamente a sua rentabilidade, depois desta ter atingido o seu nível mais baixo em 2005. A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) atingiu os 30,1% e 28,2 em 2007 e 2008 respectivamente depois de ter estado em cerca de 10,5% em 2005, valor muito abaixo do que tem sido norma na indústria em Cabo Verde. A ligeira quebra na rentabilidade dos capitais próprios registada em 2008 ficou a dever-se mais à necessidade de reforço destes fundos por razões prudenciais do que à degradação das condições do negócio. Com efeito, os resultados operacionais aumentaram cerca de 11,3% entre Dezembro de 2007 e Dezembro de 2008, atingindo 1,2 milhões de contos, o que representa um crescimento médio anual de 91,3% relativamente aos 0,2 milhões contos registados em 2005. Este resultado é o mais elevado registado que se começou a apresentar informações consolidadas do sector. (CCIPCV - 2010)

3.1.2.8 - Transportes

- **Transportes Aéreos**

É, desde há muito, possível viajar de e para Cabo Verde, em transportes regulares internacionais, com diversos destinos na Europa África, Estados Unidos e Brasil, através da companhia aérea TACV- Cabo Verde Airlines, criada em 1958 e detida a 100% pelo Estado caboverdeano. Também a TAP Portugal tem voos regulares para Cabo Verde.

Em Julho de 2008 iniciou actividade uma nova companhia doméstica regular, a Halcyon Air, nascida de uma expectativa de forte crescimento do parque hoteleiro e da circulação de turistas inter-ilhas. É participada por accionistas privados, portugueses e Caboverdeanos.

- **Transportes Marítimos**

A sua localização geográfica, no centro das principais rotas de navegação marítima e aérea através do Oceano Atlântico fez, desde sempre, com que o país fosse um importante centro de circulação de pessoas e mercadorias. Os serviços prestados à navegação marítima (reparação de navios e abastecimento de combustível) e navegação aérea (acolhimento de passageiros e mercadorias no aeroporto do Sal) permanecem uma actividade económica significativa representando a maior parcela das exportações do sector.

Os Transportes Marítimos desempenham um papel importante na estratégia de desenvolvimento económico de Cabo Verde devido à dispersão geográfica do país. As ligações marítimas e aéreas internacionais existentes facilitam o acesso das empresas aos mercados de todo o mundo estando claramente assumida a vontade do Governo em transformar Cabo Verde numa plataforma giratória dos circuitos de abastecimento na região.

Nos últimos anos o governo tem investido na expansão e modernização dos Portos, Aeroportos, a criação de Parques Industriais e melhoria das Vias Rodoviárias com o objectivo de dotar Cabo Verde de infra-estruturas modernas e adequadas à recepção de Investimento.

3.1.2.9- Comunicações

Com recurso a cabos submarinos de fibra óptica, comunicações fixas e móveis, transmissão de dados, videotexto e vídeo-conferência, são alguns dos serviços de Telecomunicações que Cabo Verde oferece actualmente. Com um incremento global de produção, as comunicações telefónicas fixas revelam ligeira quebra e as comunicações móveis crescem significativamente, nomeadamente no tráfego internacional. A empresa nacional de Telecomunicações, a Cabo Verde Telecom é uma associada da Portugal Telecom que aí possui 40% do capital e fornece a melhor tecnologia e o acesso fácil aos destinos nacionais e internacionais.

Considerando a qualidade das tecnologias utilizadas e a situação geográfica central, Cabo Verde apresenta elevado potencial nos mercados regionais e internacionais para prestação de serviços.

3.1.2.10 - Turismo

Cabo Verde atribui grande atenção ao desenvolvimento turístico tendo em conta o enorme potencial do sector. Para o efeito promove, desde há vários anos através da Direcção Geral de Desenvolvimento Turístico e da Cabo Verde Investimentos, diversas acções de *marketing* (participação em Feiras Internacionais de Turismo, debates e reflexão, viagens promocionais a jornalistas e operadores turísticos) no sentido de atrair turistas nos principais mercados emissores.

Pode-se dizer que o turismo é a alavanca do desenvolvimento de Cabo Verde. Este sector marcou indelevelmente a última década da economia cabo-verdiana. Com efeito, neste período, o sector do turismo que, em 1998, não ultrapassava em 4% o seu contributo para o PIB passou a assumir um peso, em 2010, de aproximadamente, 22% do produto. (ES Research)

O desenvolvimento do sector turístico tem constituído um elemento central do processo de desenvolvimento económico de Cabo Verde, com um impacto que, extravasando largamente os limites estritos do sector, tem moldado a própria evolução da sociedade cabo-verdiana. O potencial turístico do país está ainda longe de se encontrar esgotado, o seu cabal aproveitamento, num quadro de sustentabilidade, será um instrumento privilegiado para o alargamento dos benefícios do crescimento a todo o território.

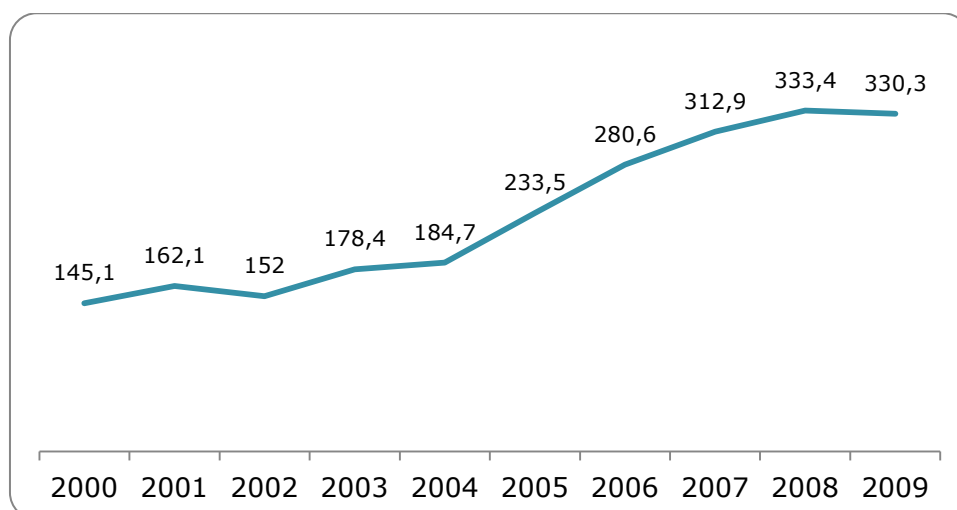
Ao nível do fomento da oferta e do investimento turístico Cabo Verde concede, através do Estatutos de "Investidor Externo" e de "Utilidade Turística" entre outros benefícios, incentivos fiscais, facilidades aduaneiras e bonificações na aquisição de terrenos (quando em associação com empresas Caboverdeanas), a todos quantos queiram investir em Cabo Verde. Adicionalmente, para "empreendimentos imobiliário-turístico", poderão ser negociadas "Convenções de Estabelecimento" com o Estado caboverdeano as quais regem um conjunto de atribuições mútuas (regalias e compromissos) das partes envolvidas.

Representando em 2008, segundo estatísticas do BCV, receitas de 229,8 milhões de euros, 19,4% do PIB de Cabo Verde e 30% no conjunto dos Serviços, o arquipélago tem no sector do Turismo um dos principais vectores de desenvolvimento económico e para onde se vêm canalizando mais de 90% dos investimentos externos.

A estabilidade política, a boa governação, o empenho na construção da democracia e sua proximidade e equidistância à Europa e América do Sul propiciam o investimento na hotelaria e noutras vertentes de apoio ao desenvolvimento turístico.

Os objectivos apontados por Cabo Verde, e que constam do seu Plano Estratégico de Turismo 2010-2013, é atingir 500 mil turistas até 2012 (1 milhão até 2020) atraindo-os de novos mercados como os países nórdicos (Suécia, Dinamarca e Noruega) e Leste europeu (Polónia, República Checa e Rússia); Aumentar em 60% o emprego directo gerado pelo Turismo, para 7 mil empregos; Aumentar a contribuição do Turismo para o PIB; Aumentar substancialmente os benefícios do Turismo para a população.

Figura 3.19 Evolução do número de hóspedes nos estabelecimentos



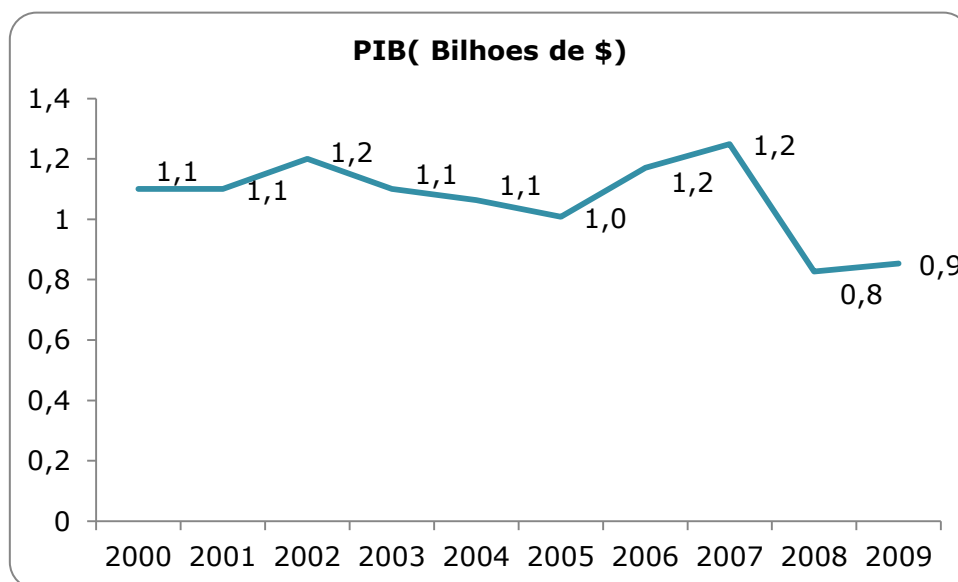
Fontes: INE, ES Research Sectorial.

Os empresários Caboverdeanos, atentos ao potencial e evolução positiva do sector e cada vez mais conscientes do seu papel no desenvolvimento de Cabo Verde têm aumentado substancialmente os seus investimentos em estabelecimentos de pequeno porte oferecendo sensações diferentes ao inserir os visitantes nas comunidades dando-lhes a conhecer os costumes e tradições com vantagens para a economia local.

3.2 – Guiné-Bissau

O estado da economia da Guiné-Bissau nos últimos anos sofreu uma degradação constante dos principais indicadores macroeconómicos. Segundo FMI as principais razões para o deficiente desempenho da Guiné-Bissau na última década foram: as constantes mudanças no governo e de funcionários superiores; falta de identificação e compromisso com as políticas económicas pelos escalões mais altos do governo; interferência política na gestão de gastos e fragilidades na capacidade técnica na gestão orçamental e macroeconómica.

Figura 3.20 Produto Interno Bruto Real (bilhões \$)

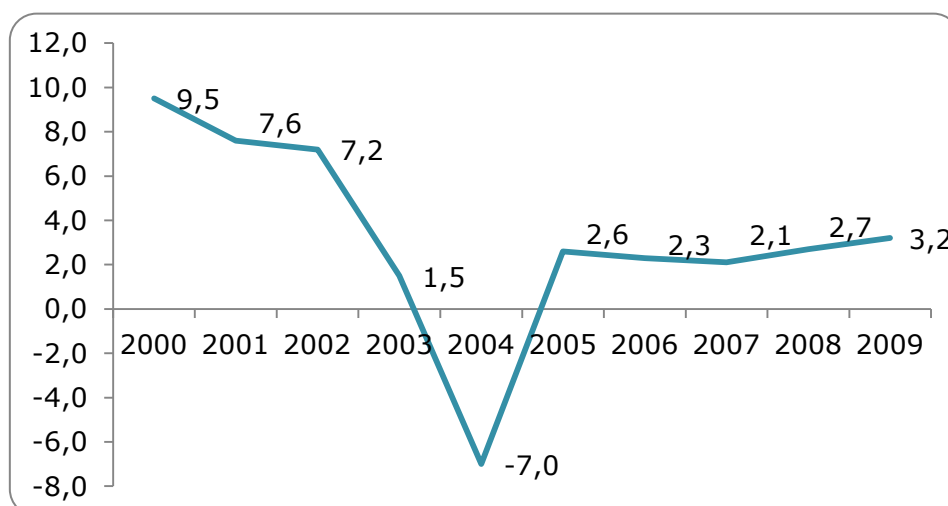


Fonte: CIA World Factbook (2011)

Entre 2000 à 2003, a instabilidade governamental que atingiu todas as instituições da República, fez com que o PIB real caísse a pique atingindo -7 %, um valor muito elevado para estancar a regressão do nível de vida das populações.

Em 2009, o crescimento abrandou devido a um ambiente externo menos favorável e a uma situação política instável. A baixa do preço do caju, o principal produto de exportação, e a quebra nas remessas levaram a um abrandamento significativo das receitas e multiplicaram as pressões fiscais e na balança de pagamentos. Ainda assim, devido a uma boa colheita de caju e a uma ligeira recuperação no sector da construção, fez com que o PIB real atingisse os 3,2 % em 2009.

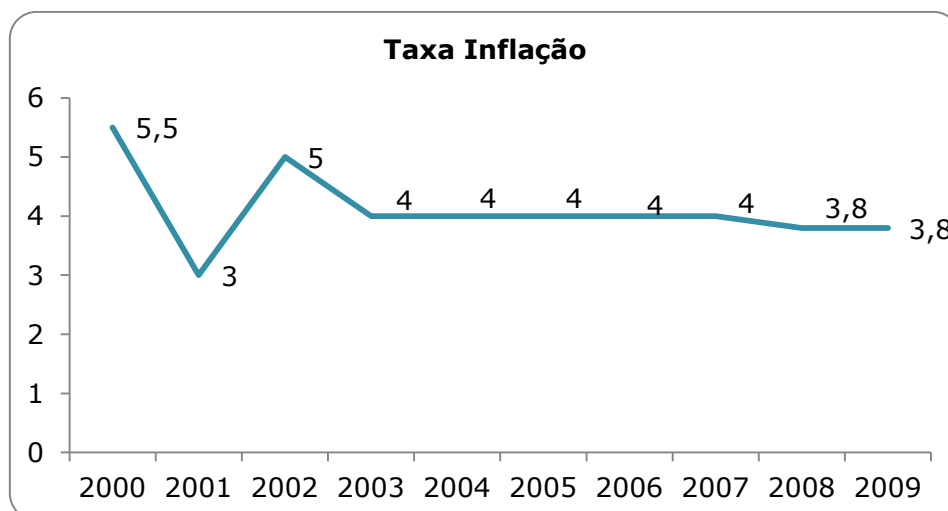
Figura 3.21 Produto Interno Bruto Real (%)



Fonte: CIA World Factbook (2011)

A inflação foi contida com a adesão da Guiné-Bissau à União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) em 1997 e a adoção do FCFA como moeda. A inflação baixou bruscamente, passando de dois algarismos antes da entrada na UEMOA para uma média de 4%.

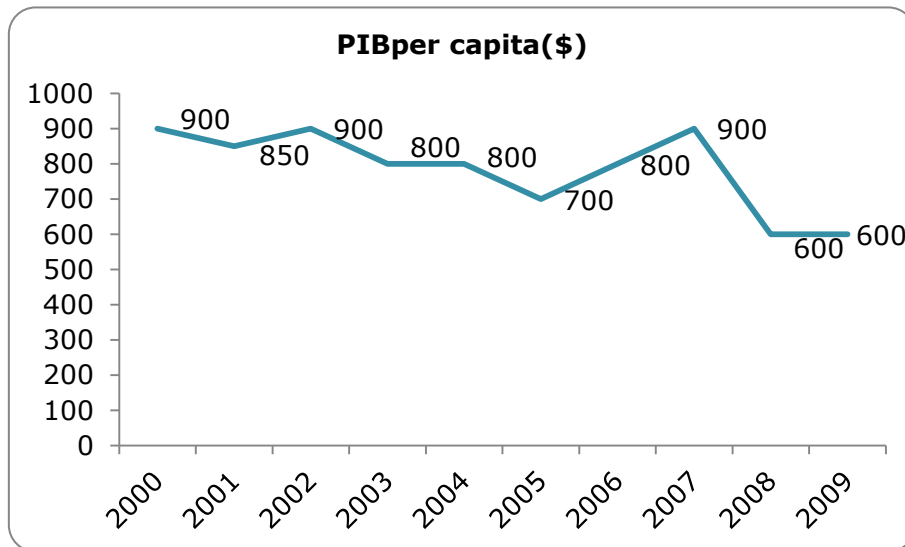
Figura 3.22 Taxa de inflação (IPC - %)



Fonte: CIA World Factbook (2011)

A Guiné-Bissau continua a ser um dos países mais pobres do mundo, com mais de dois terços da população a viver abaixo da linha de pobreza. Como se verifica na figura abaixo, houve uma queda do rendimento *per capita* nos últimos dez anos. Este fraco resultado está fortemente ligado às tensões políticas e sociais que culminaram no conflito armado de 1998-99, que deixou milhares de mortos, deslocou a maioria da população da capital e causou danos generalizados à infra-estrutura.

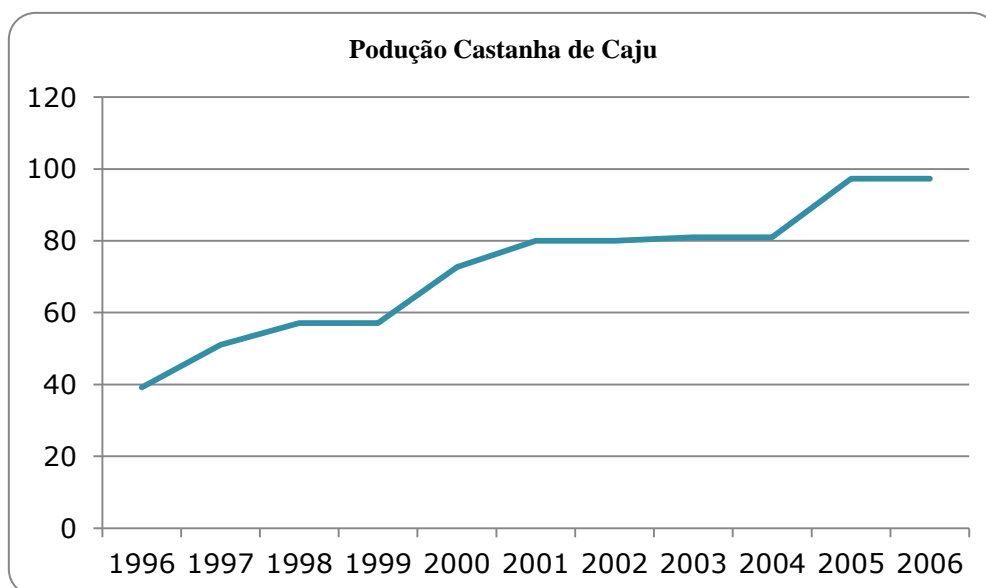
Figura 3.23 Produto Interno Bruto per capita (US\$)



Fonte: CIA World Factbook (2010)

Podemos dizer que a Guiné-Bissau continua a ser de mono exportação da castanha de caju, apesar de, o país exportar peixe e mariscos, pequenas quantidades de amendoins, semente de palma e madeira, as exportações de Caju ultrapassaram 93.000 toneladas entre 2004 e 2005 e representa desde 2000 90% do valor das exportações do país.

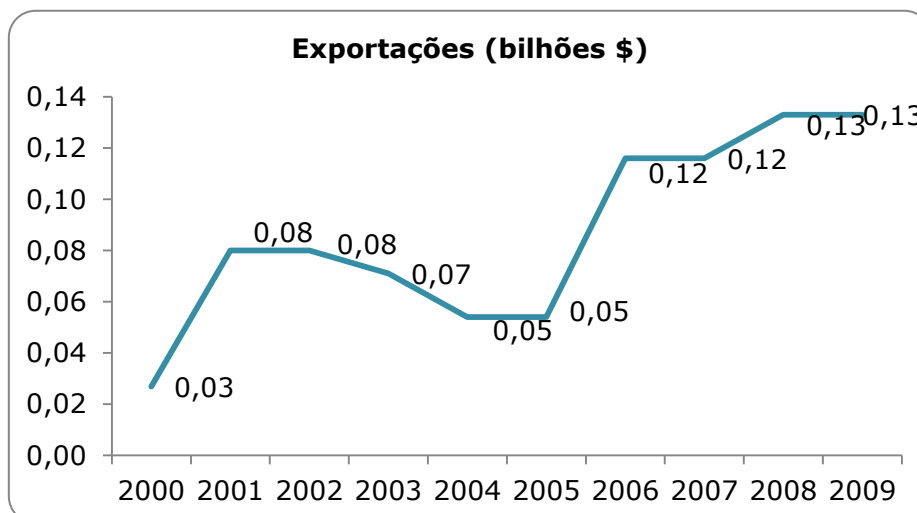
Figura 3.24 Produção Castanha de Caju (em milhares de Toneladas)



Fonte: INE Guiné-Bissau (2010)

O caju é de longe a cultura comercial mais importante na Guiné-Bissau. Na verdade, o grau de dependência de exportação desta cultura ultrapassa até mesmo a dependência da maioria dos membros da OPEP em relação as exportações de petróleo. (FMI-2010)

Figura 3.25 - Exportações (bilhões \$)

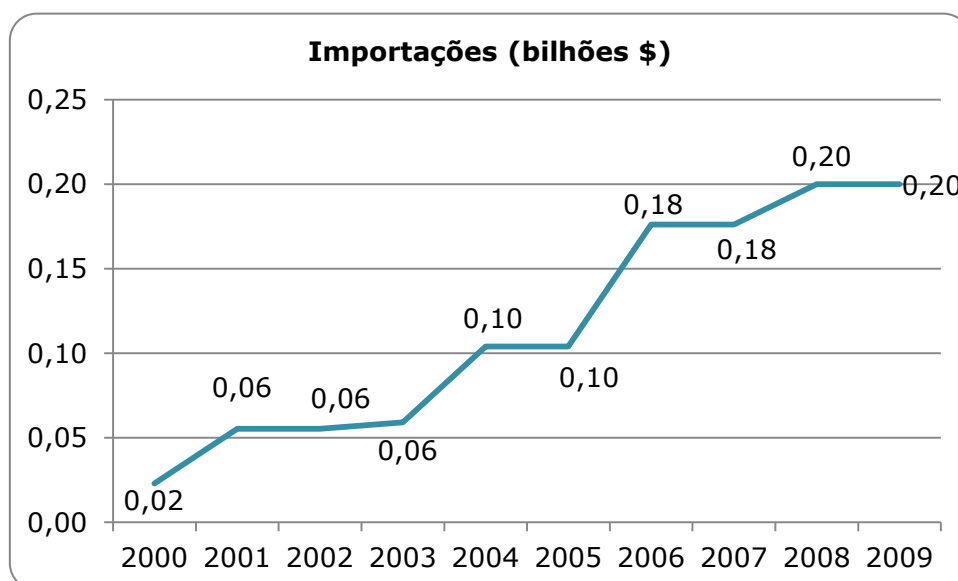


Fonte: CIA World Factbook (2010)

No entanto, apesar do quão louvável a diversificação possa ser, é impossível alcançar um sucesso amplo com base na promoção da exportação e de redução da pobreza, sem um elevado grau de sucesso no sector de caju. Com 98 por cento das receitas das exportações e 17 por cento das receitas fiscais derivadas desta cultura, mesmo um sucesso sem precedente com outros produtos pode produzir apenas um aumento marginal no total. (FMI-2010)

Depois de 2003 até 2008 as importações tiveram uma tendência crescente. Segundo o Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP- 2009) as importações cresceram, reflectindo a subida do volume de petróleo importado. O forte crescimento no volume de importação dos materiais de construção revelou-se uma fonte adicional de pressão na conta das importações, reflexo de uma retoma nos projectos de infra-estruturas.

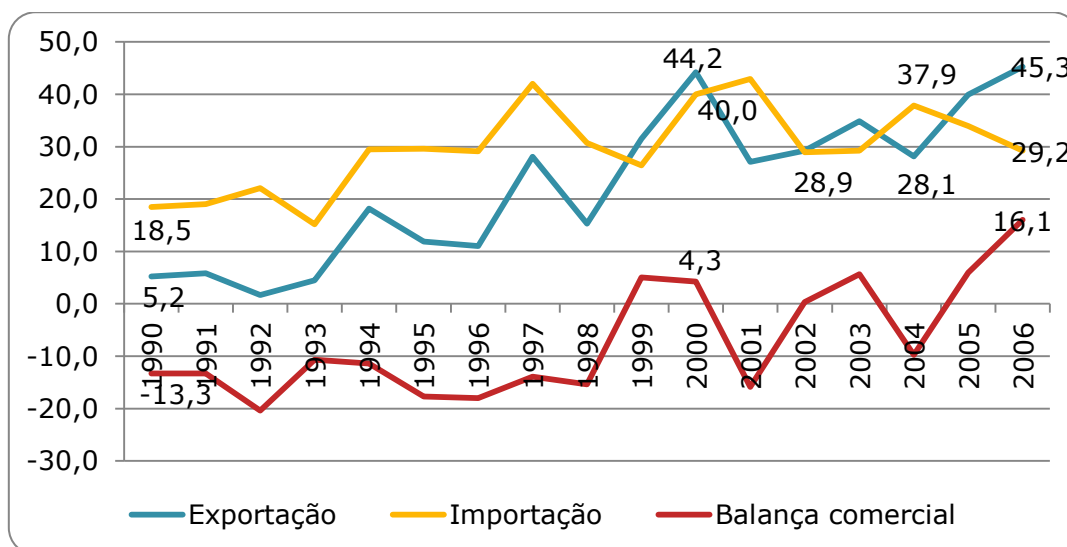
Figura 3.26 - Importações (bilhões \$)



Fonte: CIA World Factbook (2010)

Segundo os dados do INE-GB, a situação das contas externas é marcada pela fraca capacidade exportadora do país. As exportações que cobriam inteiramente as importações em 2000 e 2001, apresentaram em 2002 e 2004 as seguintes taxas de cobertura: 99,8% e 94,1% respectivamente. A balança dos serviços continua deficitária no período 2000 a 2004 com uma taxa em percentagem do PIB de - 14,3% em 2003 e de - 16,9% em 2004. Os défices comerciais conjugados com os défices do comércio e serviços conduzem naturalmente à um défice da balança corrente para o período 2000-2004.

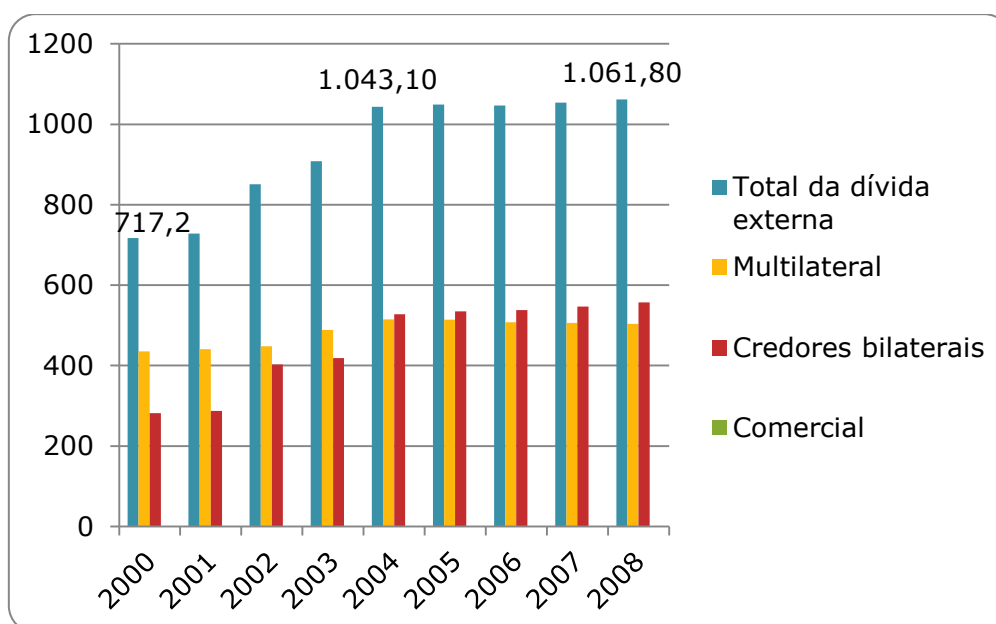
Figura 3.27 - Comercio externo - Balança comercial (em Bilhões de FCFA)



Fonte: INE Guiné-Bissau (2010)

Segundo FMI, no final de 2008, a dívida pública total da Guiné-Bissau totalizava US\$ 1.361 milhões ou 173 por cento do PIB em termos nominais. A sua maior componente continua a ser a dívida externa pública e com garantia pública (78 por cento da dívida pública total) apesar da dívida pública interna ter aumentado consideravelmente nos últimos anos. Todavia, a dívida pública interna diminuiu no final de 2009, uma vez que o governo pagou os atrasados à banca comercial e ao BCEAO com donativos externos. A dívida externa privada é insignificante.

Figura 3.28 - Dívida externa (Em milhões de US\$)



Fonte: FMI (2010)

O nível da dívida externa pública e com garantia pública (PGP) situa-se em US\$ 1.061,8 milhões (135 por cento do PIB), dos quais US\$ 388,6 milhões estão em atraso. Em termos de composição, a dívida multilateral representa 47,5 por cento da dívida externa PGP total, sendo que 27,6 por cento é devida ao AID, 13,7 por cento ao BAD e 0,8 por cento ao FMI. Os credores bilaterais representam 52,4 por cento.

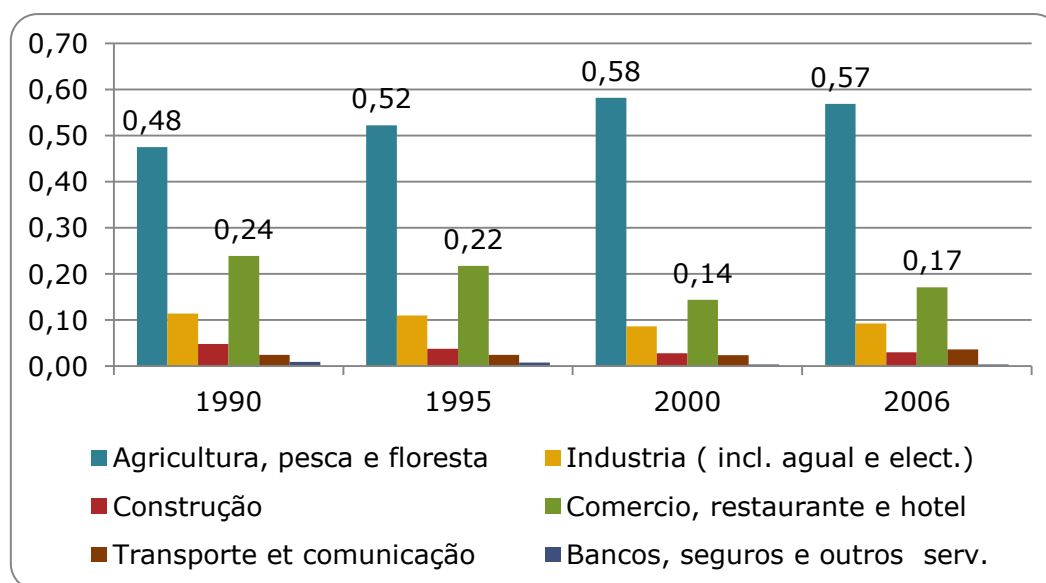
O aumento do stock da dívida para com os credores bilaterais e comerciais é o resultado da acumulação de atrasados de juros e não de novos desembolsos da parte desta categoria de credores. Efectivamente, durante este período, os desembolsos foram fracos. No final de 2004, a dívida externa foi calculada em 540,1 mil milhões de FCFA dos quais 129,9 mil milhões de FCFA eram acumulação de atrasados com todos os credores externos excepção feita ao IDA/BM, BAD/FAD e o FMI

3.2.1 - Sectores da economia

A economia da Guiné-Bissau é dominada pela agricultura de subsistência, em especial o arroz, que constitui a base da alimentação, banana-de-são-tomé, mandioca e milho. A principal cultura de exportação é a castanha de caju, que representa mais de metade das receitas de exportação. A indústria pesqueira tem registado um crescimento rápido e aumentado o seu peso enquanto fonte de receitas. A manufactura está limitada ao processamento de matérias-primas e à produção de bens de consumo básico.

A economia guineense não se diversifica e o sector primário (agricultura, pecuária e pescas) continua a ser o maior contribuinte do PIB com 57%, em 2006, enquanto a indústria e serviços contribuíram respectivamente com 17% e 29,6% no mesmo ano

Figura 3.29 - Contribuição dos sectores - PIB real (%)



Fonte: CNE-GB

A Guiné-Bissau tem excelentes condições naturais para o desenvolvimento da agricultura, contudo constrangimentos de ordem técnica e organizacional assim como a fraca produtividade e o encravamento das regiões produtoras impedem a afirmação de uma agricultura competitiva, como vector central do crescimento económico.

- **Agricultura, pesca e floresta**

O desenvolvimento agrícola será igualmente essencial na luta contra a pobreza. Como disse Amílcar Cabral, “a agricultura na Guiné-Bissau não é só a base da economia, a agricultura é a própria economia”. A castanha de caju é a principal fonte de receita nas áreas rurais e o trabalho neste sector exige mão-de-obra intensiva, sendo que o rendimento é largamente distribuído entre a população. O contributo do sector agrícola para a geração de rendimentos poderia ser muito ampliado se a Guiné-Bissau diversificasse a sua agricultura, reduzindo assim a necessidade de operações de troca de arroz por caju, e fizesse aumentar o valor acrescentado no sector do caju através da transformação local da castanha e derivados.

O sector das pescas sofre da fraca estruturação e do fraco rendimento da pesca artesanal, assim como da prática de concessão sem discriminação de licenças, o que favorece uma exploração mal controlada dos recursos e constitui uma ameaça para os ecossistemas marinhos. (DENARP- 2009)

As infra-estruturas de apoio às actividades económicas são fracamente desenvolvidas. A insuficiência e a medíocre qualidade das infra-estruturas rodoviárias (2755 km dos quais apenas 755 km asfaltadas) e portuárias, com problemas de assoreamento e falta de equipamentos, tornam elevados os custos dos transportes.

- **Telecomunicações**

As telecomunicações são fracamente desenvolvidas apesar do início de uma nova dinâmica induzida pela introdução de telefones celulares. Segundo dados do INE-GB, em finais de 2001, a Guiné-Bissau dispunha de 7000 linhas telefónicas operacionais num total de apenas 10.500 linhas instaladas.

- **Energia**

As dificuldades de abastecimento em energia eléctrica figuram entre os maiores obstáculos ao desenvolvimento económico e social. Só 20% da população tem acesso à energia eléctrica e ainda de forma irregular. Na capital Bissau esta proporção sobe apenas para 12,9%. Esta

situação afecta a qualidade da vida das populações e dificulta o desenvolvimento das actividades industriais e serviços.

A falta de electricidade é um dos principais entraves ao desenvolvimento da indústria transformadora e outras actividades que requerem energia. O governo tem de agir imediatamente para restabelecer a capacidade de geração de electricidade para níveis internacionalmente aceitáveis na cidade de Bissau e lidar com problemas de ordem tanto técnica como administrativos relativos a geração de electricidade a capacidade operacional da EAGB. (DENARP- 2009)

- **Sector financeiro**

Segundo FMI, o sector financeiro é relativamente raso e as suas actividades não reflectem a importância dos diferentes sectores da economia. A agricultura, que representa mais de 60% do PIB, 95% das receitas de exportação e emprega 80% da população activa, detém só 1% da totalidade de crédito pendente no sector financeiro formal. Ainda em 2005, quando o país só dispunha dum banco comercial, o crédito ao sector privado como um todo representava cerca de 2% do PIB. A situação melhorou substancialmente desde essa altura, com a abertura de três novos bancos mas o sector financeiro continua a jogar um papel extremamente limitado no desenvolvimento dos principais sectores produtivos do país, especialmente a agricultura e a agro-indústria.

Desde que a Guiné-Bissau aderiu à UEMOA, a sucursal local do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) actua como banco central do país. O sector financeiro da Guiné-Bissau é constituído por quatro bancos comerciais, três companhias de seguros, e 102 instituições formais e informais de micro finanças. O país não tem um banco de desenvolvimento ou um banco agrícola especializado.

O sector bancário da Guiné-Bissau está a sofrer uma mudança rápida. Após o encerramento do maior banco da nação – Banco Internacional da Guiné-Bissau (BIGB) – em 2004, seguiu-se um curto período em que o país ficou com um único banco comercial. Nos anos recentes, três bancos adicionais abriram representações locais, dois dos quais Ecobank e o Banco Regional de Solidariedade (BRS) foram fundados em 2004 como uma iniciativa do BCEAO e do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento (BOAD). Os principais accionistas são os

governos dos países da UEMOA e o BOAD. A sua missão é a de prestar serviços financeiros a clientes que não têm acesso ao sistema bancário tradicional e inclui o fornecimento de linhas de crédito às IMFs. Na qualidade de grupo bancário possuído pelo governo, os seus juros são isentos do pagamento de IVA.

Com 6 das 8 sucursais bancárias concentradas na capital, existe pouca ou nenhuma concorrência entre os bancos nas zonas agrícolas e o crédito bancário aos produtores continua numa situação embrionária. O sector agrícola ainda é considerado como sendo de alto risco para financiamento pelos bancos comerciais, não só devido aos factores de risco tradicionais como os choques climáticos e variações de produção sazonais, mas também porque os subsectores agrícolas estão muito desorganizados e as associações de produtores existentes ainda se encontram na sua infância.

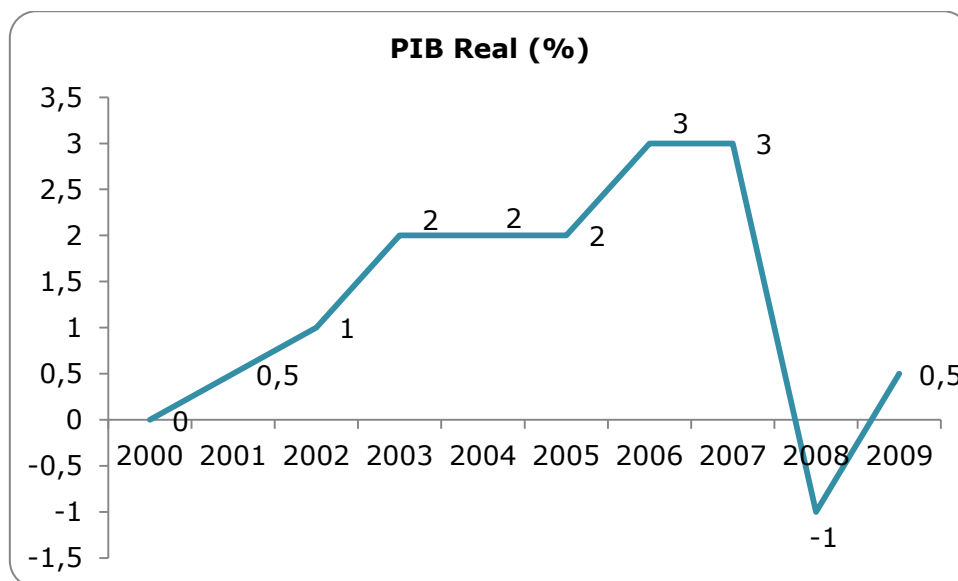
O financiamento à prazo é raramente concedido e representa menos de 10% de todo o crédito pendente. Factores que causam esta relutância incluem: (i) a falta de recursos de longo prazo (90% dos depósitos nos bancos são de curto prazo); (ii) a incapacidade da maioria dos clientes na área de negócios em produzir declarações financeiras adequadas (há indicações de que só três empresas no país são capazes de manter registos que estão em completa conformidade com os procedimentos da SYSCOA (*Sistema de Contabilidade Oeste Africano*)); (iii) na ausência dum sistema funcional de informações sobre o crédito e a dívida; e (iv) um sector judiciário severamente disfuncional que torna problemática a recuperação de bens de garantia em caso de não pagamento. (DENARP- 2009)

3.3 – Comores

A economia Comoriana é marcada por cinco características importantes:

- **Fracos desempenhos económicos:** O PIB real pouco cresceu nos últimos dez anos. Antes da crise financeira internacional cresceu em média 1,5 por cento. Em 2009, cresceu 0,5 por cento (depois de uma recessão em 2008), beneficiando de um retorno gradual para a estabilidade política e o lançamento de reformas para iniciar a remoção impedimentos estruturais para o desenvolvimento económico.

Figura 3.30 - Produto Interno Bruto (PIB) - Taxa de Crescimento Real (%)

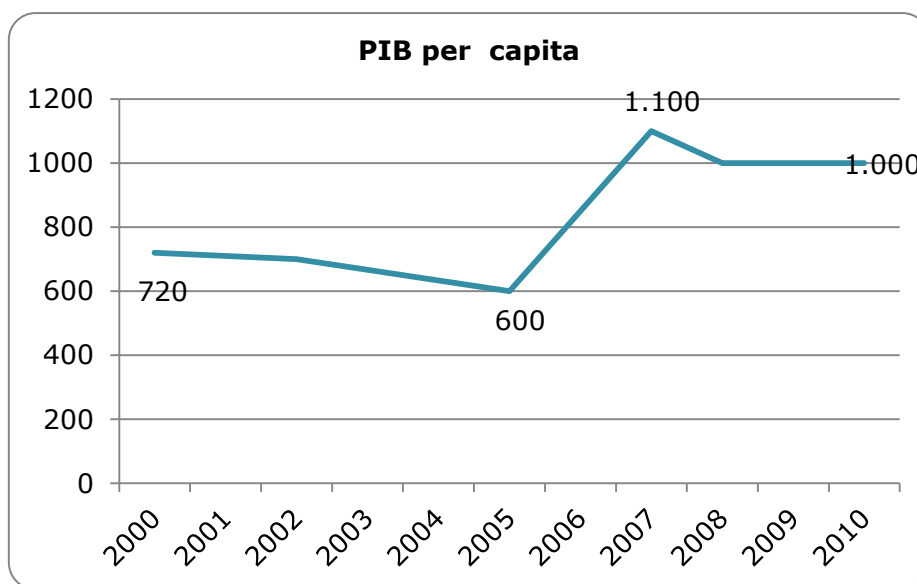


Fonte: CIA World Factbook (2010)

- **Uma situação económica relativamente dual:** Existe, por um lado, um sector agrícola principalmente de subsistência que representa mais de 50% do PIB, em média, mas que ocupa contudo quase dois terços dos empregos, e, por outro lado, um sector terciário que representa cerca de 46 a 50% do PIB em média, mas que é dominado pelo comércio de importação. Observa-se, no entanto, um sector secundário relativamente marginal que representa em média cerca de 13% do PIB. (Nouroudine -2008)

O PIB per capita teve um ligeiro aumento nos últimos 10 anos. Em 2000 era de 720 USD aumentando para 1100 USD em 2007. Com a crise financeira mundial esse valor decresceu para os 1000 USD. Por outras palavras, Comores estão entre as nações mais pobres e menos desenvolvidos do mundo.

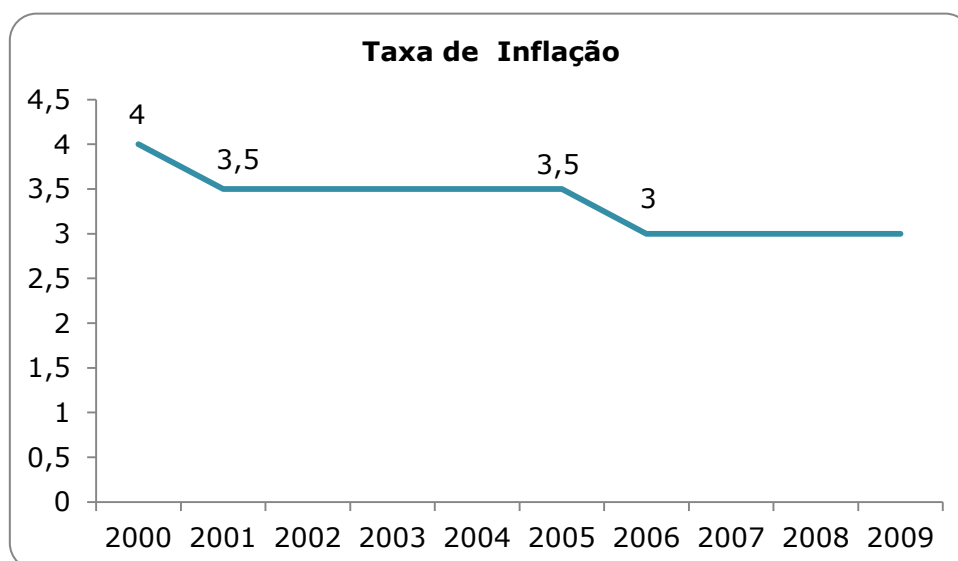
Figura 3.31 - PIB per capita (USD)



Fonte: CIA World Factbook (2010)

De seu pico durante a crise alimentar e energética de 2008, a inflação diminuiu para um dígito, oscilando em torno de 3 por cento. Os factores contribuintes incluem uma política monetária prudente no âmbito da Zona Franca e as pressões sobre os preços de alimentos e combustíveis. (FMI-2010)

Figura 3.32 Taxa de inflação (preços ao consumidor - %)

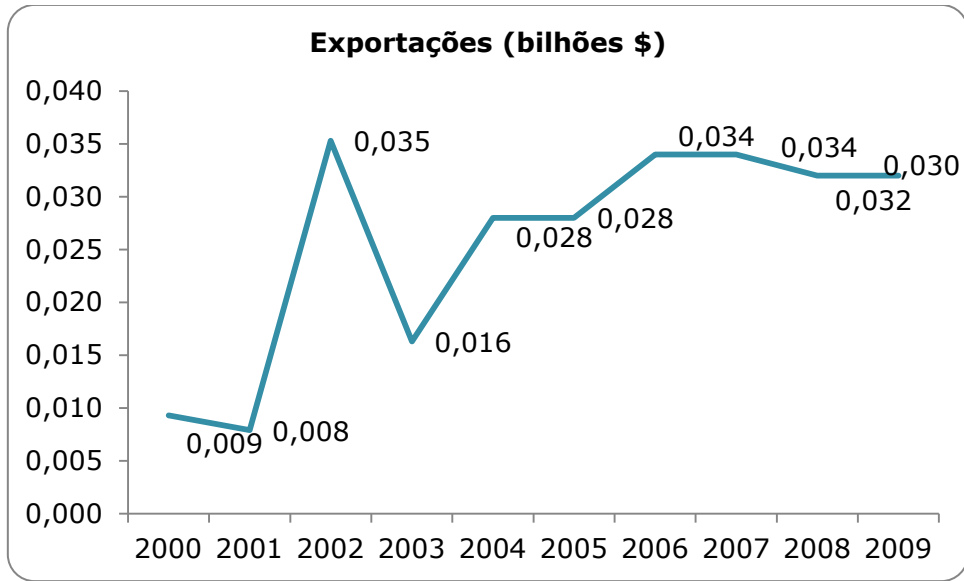


Fonte: CIA World Factbook (2010)

- **Um importante déficit da balança comercial:** As exportações referem-se a três produtos da cultura agrícola de renda: baunilha, o cravo-da-índia e o Ylang-ylang. Em 2003, as exportações baixaram fortemente (- 42%) devido à baixa cotação da baunilha. Isto teve um impacto negativo nas receitas orçamentais. Ao mesmo tempo, as importações, continuam a aumentar, o que agrava a situação de uma balança comercial deficitária.

As exportações está em queda desde 2007 mas, estimativas do FMI apontam recuperação em 2010. A maior parte das exportações é constituída por café, embarcações e estruturas flutuantes, óleos essenciais e pérolas naturais ou preciosas. Entre os principais destinos das exportações das Ilhas Comores estão França, Turquia, Emirados Árabes, Grécia e Singapura.

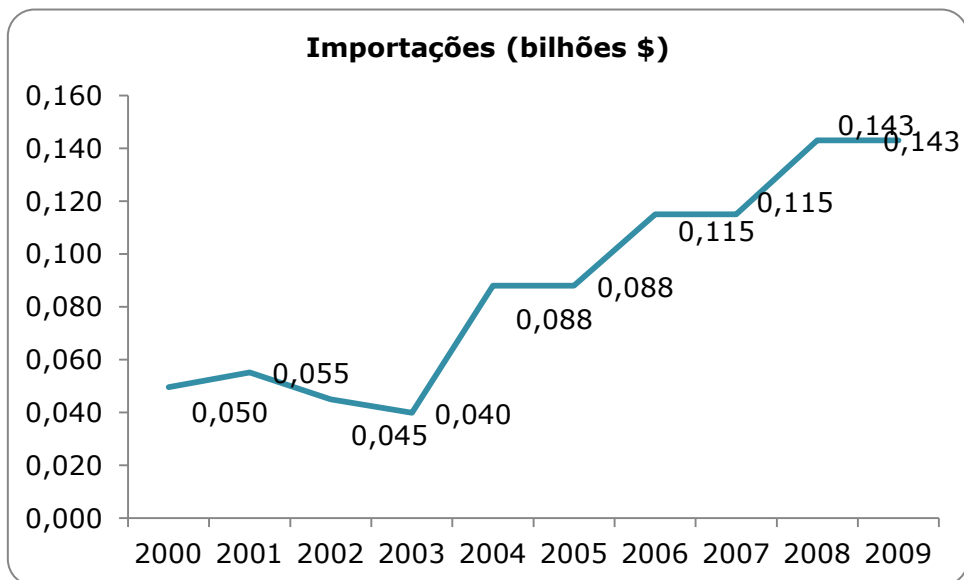
Figura 3.33 - Exportações (bilhões \$)



Fonte: CIA World Factbook (2010)

No caso das importações, também prevê-se um crescimento para 2010, apesar da queda nas observadas nos últimos dois anos. Embarcações e estruturas flutuantes, alimentos, veículos e partes são os produtos mais importados pelo país

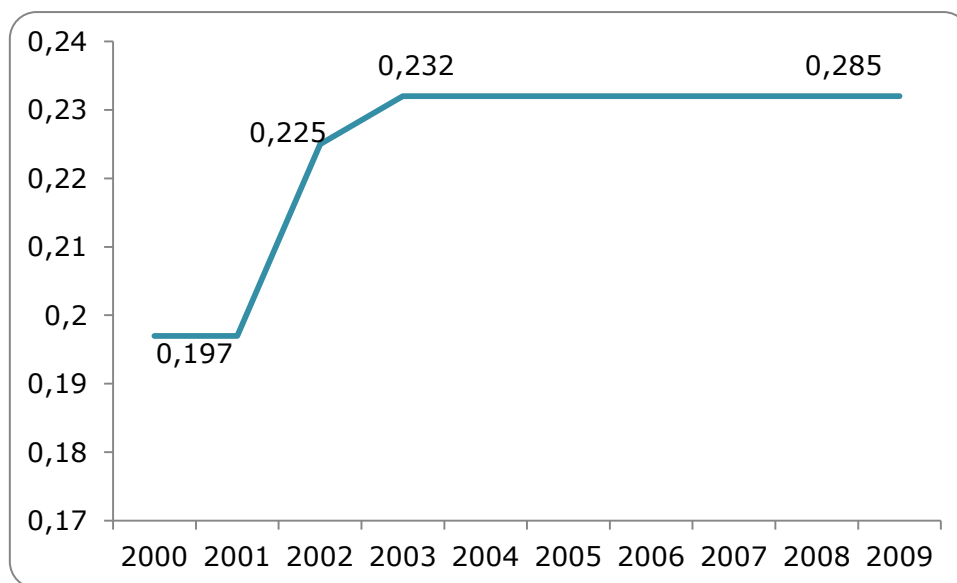
Figura 3.34 - Importações (bilhões \$)



Fonte: CIA World Factbook (2010)

- **Uma dívida externa e interna importantes:** A dívida externa das Comores passou de 185 milhões de dólares EUA em 1990 a 232 milhões de dólares EUA em 2004. Esta representava 71% do PIB e 520% das exportações dos bens e serviços. No final de Dezembro de 2009 a dívida externa foi de 285,9 milhões dólares EUA. Quanto à dívida interna, era considerada em 2004 de mais de 8 mil milhões de Francos Comorianos (FC).

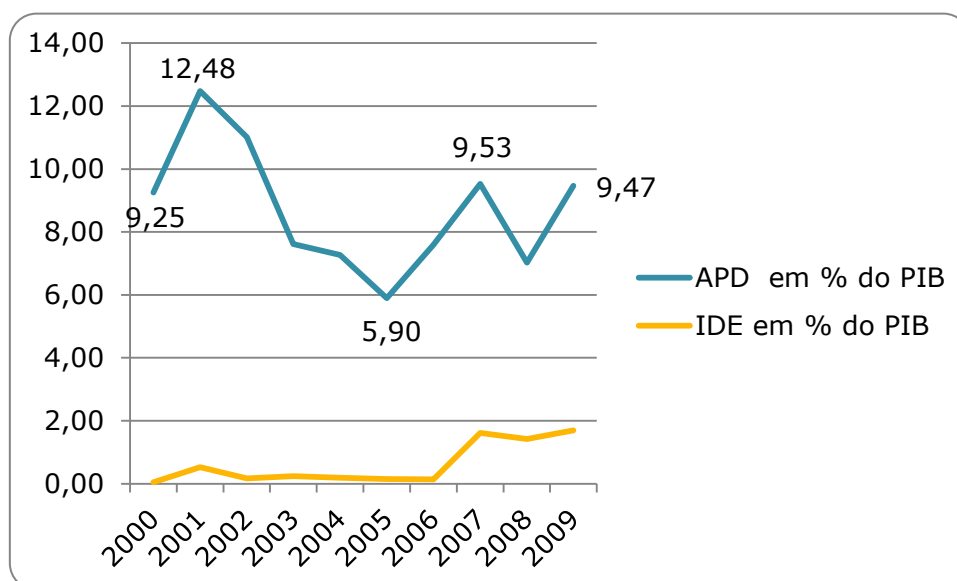
Figura 3.35 - Dívida externa (bilhões US\$)



Fonte: CIA World Factbook (2010)

- **Uma forte dependência económica face ao exterior:** A economia das Comores depende fortemente, por um lado, da ajuda pública ao desenvolvimento que passou de 9,25 % do PIB em 2000 a 12,48% em 2001 (hoje situa-se nos 9,47%) e, por outro lado, das transferências de fundos privados provenientes da diáspora Comoriana que são estimadas em cerca de 20 mil milhões FC por ano.

Figura 3.36 -APD e IDE em % do PIB



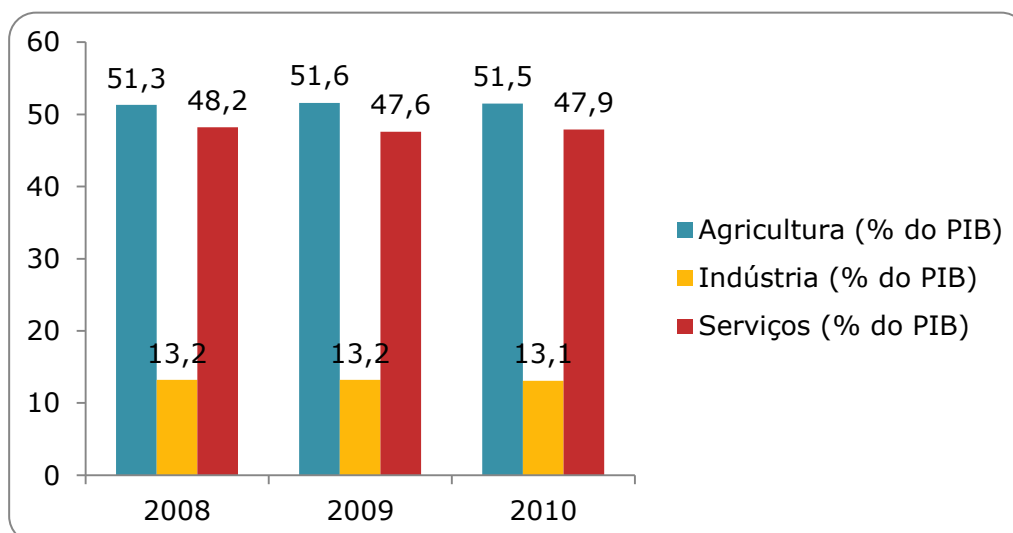
Fonte: Banco Mundial

Na última década o Investimento Directo Estrangeiro foi fraco e só a partir de 2006 é que teve um ligeiro aumento. Este fraco IDE é justificado pela falta de infra-estruturas, um ambiente de negócios não favorável, mão-de-obra qualificado, corrupção (Em 180 países Comores estava em 2009 na posição 143), tudo isso tem desencorajado os investimentos directos estrangeiros. Consequentemente, o crescimento real do PIB em média é fraco, e o rendimento per capita está diminuindo.

3.3.1 – Sectores da economia

A agricultura está no centro da economia das Ilhas Comores, participando em mais de 50% do PIB. As exportações concentram-se em baunilha, cravo e ylang-ylang. Depois temos os serviços (comércio, turismo) com uma média de 47% nos últimos três anos e por último a indústria (destilação de perfumes) que contribui com apenas 13% para a formação do PIB.

Figura 3.37 Contribuição dos sectores na formação do PIB(%)



Fonte: Infobiz (2010)

- **Agricultura, Pecuária e Pesca:** Comores é o principal produtor mundial de essência de ylang-ylang⁴, uma substância derivada das flores de uma árvore originalmente trazida da Indonésia que é usado na fabricação de perfumes e sabonetes e também é o segundo maior produtor mundial de baunilha, depois de Madagascar.

Com o aumento da população nos últimos anos a produção doméstica não chega para o consumo interno, por isso a importação dos bens alimentares sobretudo arroz, carne e legumes aumentou nas últimas décadas.

- **Indústria:** o sector industrial é constituído basicamente do processamento de óleos essenciais e outras exportações agrícolas. Há também um pequeno número de fábricas produzindo refrigerantes, plásticos e produtos de madeira.

Existem vários obstáculos para o crescimento da indústria: o isolamento das ilhas, a sua distância um do outro, a escassez de matérias-primas e mão-de-obra qualificada, e do elevado custo da electricidade (energia é produzida por hidroeléctricas, o petróleo importado e produtos de madeira) e de transporte.

⁴ Essência de Ylang-ylang é um componente importante do Chanel No. 5.

- **Energia:** a expansão da produção de electricidade é de extrema importância para reduzir a dependência nos recursos da energia provinda da queima de madeira, no entanto o país tem grande potencial para investimento em fontes alternativas de energia como hidro-electricidade, biomassa, energia solar e a eólica.

- **Transportes e Comunicações:** A infra-estrutura do país nos sectores de provisão de energia, transportes não são muito desenvolvidos, no entanto com um recente aumento no número de navios cargueiros e empresas aéreas que estão incluindo o país em suas linhas fizeram com que o interesse pelo investimento nestes sectores têm aumentado.

Não existem ferrovias no país, o sistema rodoviário possui 880 km, embora pequeno, ele é um dos mais densos da África Subsaariana. O país possui um aeroporto internacional, Prince Said Ibrahim, com capacidade para receber três mil passageiros, além de dois aeroportos domésticos, Ouani (em Anjouan) e Bandar El Salaam (em Mohéli). O país não possui empresa aérea nacional. A Kenya Airways é a empresa com mais vôos para o país. O sistema de telecomunicações é controlado pela empresa estatal Sociétés Nationale des Postes et Télécommunications (SNPT) e recentemente a demanda por telefonia móvel e internet aumentou.

- **Sector financeiro:** o país possui três bancos, o Banque centrale de Comores (banco central), o Banque de Développement des Comores, e o Banque pour l'industrie et le Commerce des Comores que provem serviços de comércio exterior, empresarial, além de operacionais financeiras para pessoa física. O acesso ao crédito para as actividades empresariais em Comores é dificultado pela pequenez do sector financeiro e também porque este sector é pouco desenvolvido. No geral, o sistema financeiro carece de uma regulamentação eficaz, quadro que pode facilitar o investimento empresarial. (FMI-2011)

4- OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DOMILÉNIO

Em Setembro de 2000, os dirigentes mundiais reunidos na Cimeira do Milénio reafirmaram as suas obrigações comuns para com todas as pessoas do mundo, especialmente as mais vulneráveis e, em particular, as crianças do mundo a quem pertence o futuro. Comprometeram-se então a atingir um conjunto de objectivos específicos, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que irão guiar os seus esforços colectivos nos próximos anos no que diz respeito ao combate à pobreza e ao desenvolvimento sustentável.

Até 2015, os 189 Estados Membros das Nações Unidas comprometeram-se a:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome

- Reduzir para metade a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia.
- Reduzir para metade a percentagem da população que sofre de fome.

2. Alcançar o ensino primário universal

- Garantir que todos os rapazes e raparigas terminem o ciclo completo do ensino primário.

3. Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher

- Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis, até 2015.

4. Reduzir a mortalidade de crianças

- Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos.

5. Melhorar a saúde materna

- Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna.

6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças

- Deter e começar a reduzir a propagação do VIH/SIDA.
- Deter e começar a reduzir a incidência de malária e outras doenças graves.

7. Garantir a sustentabilidade ambiental

- Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais; inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais.
- Reduzir para metade a percentagem da população sem acesso permanente a água potável.

- Melhorar consideravelmente a vida de pelo menos 100 000 habitantes de bairros degradados, até 2020.

8. Criar uma parceria global para o desenvolvimento

- Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório. Inclui um compromisso em relação a uma boa governação, ao desenvolvimento e à redução da pobreza, tanto a nível nacional como internacional.
- Satisfazer as necessidades especiais dos países menos avançados. Inclui o acesso a um regime isento de direitos e não sujeito a quotas para as exportações dos países menos avançados, um programa melhorado de redução da dívida dos países muito endividados, o cancelamento da dívida bilateral oficial e a concessão de uma ajuda pública ao desenvolvimento mais generosa aos países empenhados em reduzir a pobreza.
- Satisfazer as necessidades especiais dos países em desenvolvimento sem litoral e dos pequenos estados insulares.
- Tratar de uma maneira global os problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais, a fim de tornar a sua dívida sustentável a longo prazo.
- Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens um trabalho digno e produtivo.
- Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular os das tecnologias da informação e comunicação.

Passados dez anos Cabo verde faz parte da lista das poucas nações africanas que pode atingir as metas mais ambiciosas dos ODM.

Quadro 4.6 - ODM - Cabo Verde

Objectivos	Metas	Situação actual
1. Erradicar a pobreza extrema e a fome	Reduzir para metade a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia.	O país conseguiu reduzir a percentagem da população mais pobre de 49% em 1990, para 26% no ano de 2007, e para em torno de 24% em 2009.
	Reduzir para metade a percentagem da população que sofre de fome.	
2. Alcançar o ensino primário universal	Garantir que todos os rapazes e raparigas terminem o ciclo completo do ensino primário.	Mais de 87% dos alunos terminam o ensino primário.
3. Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher	Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis, até 2015.	A paridade de género na educação primária e secundária está quase a ser alcançada.
4. Reduzir a mortalidade de crianças	Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos.	Em 1995 morriam 51/1000 crianças, enquanto em 2009 foi de 28.
5. Melhorar a saúde materna	Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna.	Em 1995 morreram 95 mães por cada 100 mil partos, em 2007º número baixara para 16.
6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças	Deter e começar a reduzir a propagação do VIH/SIDA.	A incidência de tuberculose (por cada 100 mil pessoas) foi de 168 em 1995e em 2009 reduziu-se para os 148. Mas, apenas foram detectadas 45% e 44% respectivamente.
	Deter e começar a reduzir a incidência de malária e outras doenças graves.	
7. Garantir a sustentabilidade ambiental	Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais; inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais.	Em 2009 mais de 84 % da população tinha acesso a água potável e mais 55% acesso ao saneamento Básico
	Reduzir para metade a percentagem da população sem acesso permanente a água potável.	O governo Português criou uma linha de crédito 2009 de mais de 200 milhões de euros para o financiamento do projecto “ <i>Casa para todos</i> ”. Com este projecto o governo Caboverdeano pretende construir mais de 1300 apartamentos até 2013.
	Melhorar consideravelmente a vida de pelo menos 100 000 habitantes de bairros degradados, até 2020.	

Fonte: Autor com base nos dados ONU (2011)

4.1 – O que fez Cabo Verde Para estar prestes a cumprir os oitos ODM propostos pela ONU?

Está tese pretende explicar porquê que Cabo Verde está prestes a cumprir esses objectivos. Vamos tentar explicar como que um país que carece de recursos poderá cumprir os objectivos os e um outro com quase a mesma condição está longe de conseguir.

Podemos dizer que foi sobre tudo por causa de um crescimento económico contínuo, liberdade económica, estabilidade política, baixo nível de corrupção, governos eficientes e empenhados em a combater a pobreza.

Na última década o PIB teve um crescimento médio anual de 6% sustentado numa forte infra-estruturação do País e promoção do sector privado, essencialmente nas actividades ligadas aos Serviços, nomeadamente no Turismo, e Construção. Estes, e outros indicadores, permitiram a reclassificação de País em Vias de Desenvolvimento para País de Desenvolvimento Médio.

O peso no PIB por sector de actividade mostra uma inversão, com agricultura e serviços públicos a perderem terreno ao longo das décadas enquanto hotelaria, indústria e energia, transportes e comunicações ganham peso, ou seja, o sector primário passou a ter menos peso no PIB do que os outros sectores, o que é um sinal claro de desenvolvimento.

No caso do clima de liberdade económica no arquipélago, que foi conseguido com a acção e empenho continuado dos responsáveis políticos, ao mais alto nível: a Heritage Foundation classifica, em 2010, Cabo Verde no 78º lugar entre 179 países (7º entre 46 países da África Subsaariana), o World Bank classifica o país no sétimo decil, em termos da generalidade dos indicadores de governance (qualidade da regulação, controlo da corrupção), de igual modo, o indicador da Transparency International, Corruption Perception Index 2009.

➤ Como é que Cabo Verde conseguiu este crescimento nos últimos anos?

Após a independência era considerado pouco viável, pela sua pequena dimensão e carência de recursos naturais. Por ser um pequeno Estado, a sua economia é aberta e com forte dependência do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e da Ajuda publica ao Desenvolvimento (APD), assim como das remessas dos emigrantes. E com uma carência

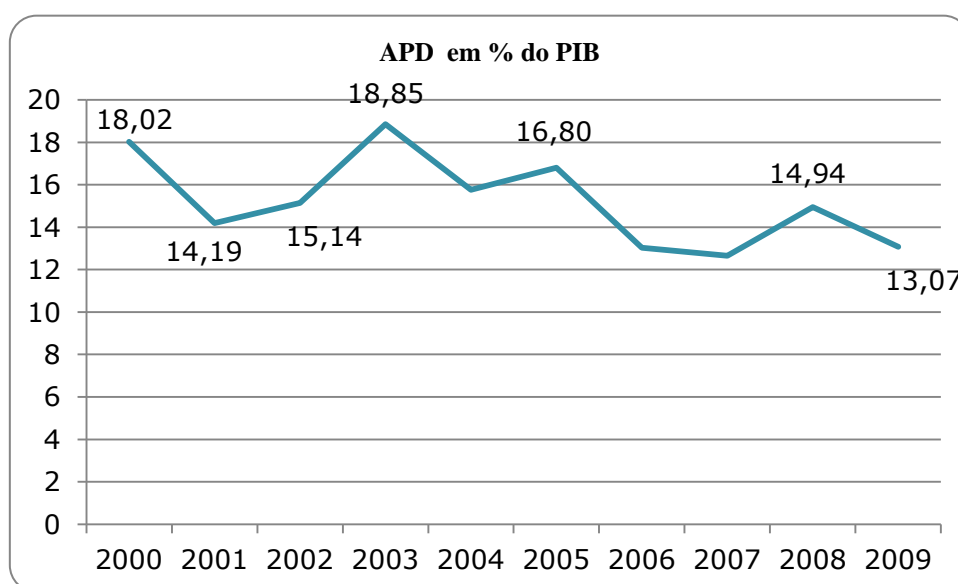
generalizada de recursos naturais, faz com que o país seja bastante dependente de importações, sobretudo de produtos alimentares e bens de equipamento, e da ajuda externa.

Como era de se prever, o arquipélago conseguiu este progresso graças as duas fontes de financiamento que mais depende - APD, Remessas de Emigrantes e também de IDE.

- **Ajuda Pública ao Desenvolvimento**

Desde a independência, Cabo Verde beneficiou-se de fluxos consideráveis de ajuda pública ao desenvolvimento. Apesar de a ajuda perder sucessivamente peso relativo no produto interno bruto, continua ainda com um peso expressivo no PIB, passando de 60,3% em 1980 para 15,1% em 2002 e 13% em 2009, ou seja, a esse ritmo, a ajuda externa aproximar-se-á dos 8-9% do PIB em 2010.

Figura 4.38 Ajuda Pública ao Desenvolvimento (% do PIB)



Fonte: Banco Mundial (2011)

A ajuda pública ao desenvolvimento é um factor imprescindível para o desenvolvimento económico e social de Cabo Verde, ela contribui, em geral, para a melhoria de infra-estruturas económicas e sociais, para o equilíbrio da balança de pagamentos, para o desenvolvimento dos sectores sociais e para os resultados globalmente positivos das reformas estruturais empreendidas nos últimos anos. Seja como for, pertencer ao grupo dos países menos avançados foi crucial para que Cabo Verde tivesse acesso aos recursos da APD, concedidos sob a forma de donativos ou a taxas concessionais nas últimas décadas, no entanto essa ajuda vai-se diminuindo com a passagem para o grupo de países de desenvolvimento médio.

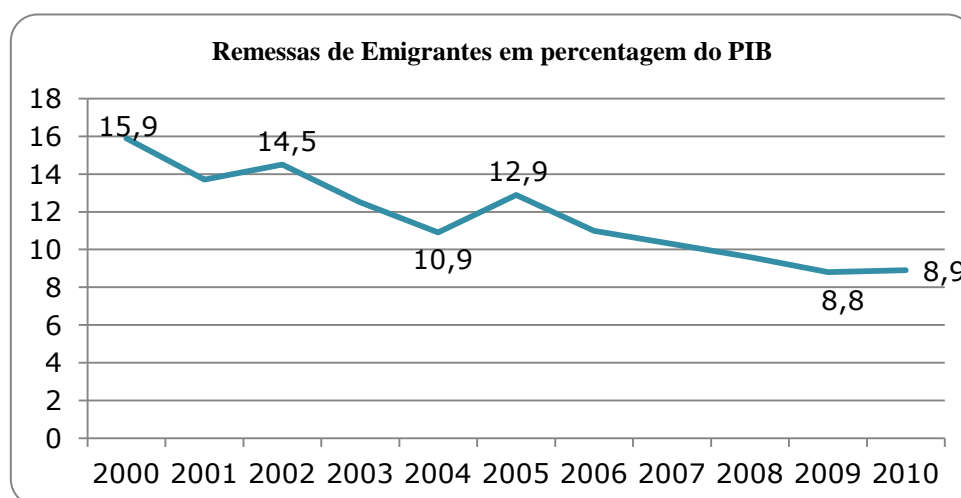
A dependência em relação à ajuda nos sectores da saúde e da educação mostra até que ponto a evolução dos indicadores que entram no índice compósito de capital humano está ligada ao apoio esperado do exterior. Na educação, a parte dos empréstimos no financiamento externo passou de 13% em 1999 para 36% em 2001, ultrapassando os 50% em 2002. A dependência do país em relação à APD em todos os sectores é forte, e a tendência vai em direcção a uma diminuição do volume da ajuda sob a forma de donativos e um aumento da ajuda sob a forma de empréstimos (BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT, 2008).

Se hoje Cabo Verde está relativamente bem situado na sub-região Oeste africana, onde está geograficamente inserido, em relação aos indicadores sociais e em termos de desempenho económico, é, sobretudo, graças a uma utilização ponderada e a fins exclusivos de desenvolvimento da APD. De uma forma geral, a APD foi e continua sendo, indispensável para o financiamento dos investimentos públicos necessários para a continuação do desenvolvimento do arquipélago.

- **Remessa dos Emigrantes**

As remessas de divisas dos emigrantes, em conjunto com a APD, tradicionalmente têm representado as duas maiores fontes de financiamento da economia desde a independência do país. Durante o período 2000-2005 as remessas dos emigrantes mantiveram-se relativamente estáveis e ligeiramente acima dos cerca de 10 milhões de CVE por ano, representando os cerca de 12% do PIB durante este período (BCV, 2007).

Figura 4.39 Remessas de Emigrantes em percentagem do PIB



Fonte: BCV (2010).

Os recursos provenientes da comunidade dos emigrantes representavam nos anos 1990, em média, cerca de 18% do PIB, passando para cerca de 12% no período 2000 a 2005.

A partir de 2005 até 2009 as remessas tiveram uma tendência decrescente, acelerando sobretudo a partir de 2007 devido a crise económica e financeira. A contribuição das remessas para a formação do PIB tem decrescido na última década com a expansão de outros sectores económicos nomeadamente o turismo.

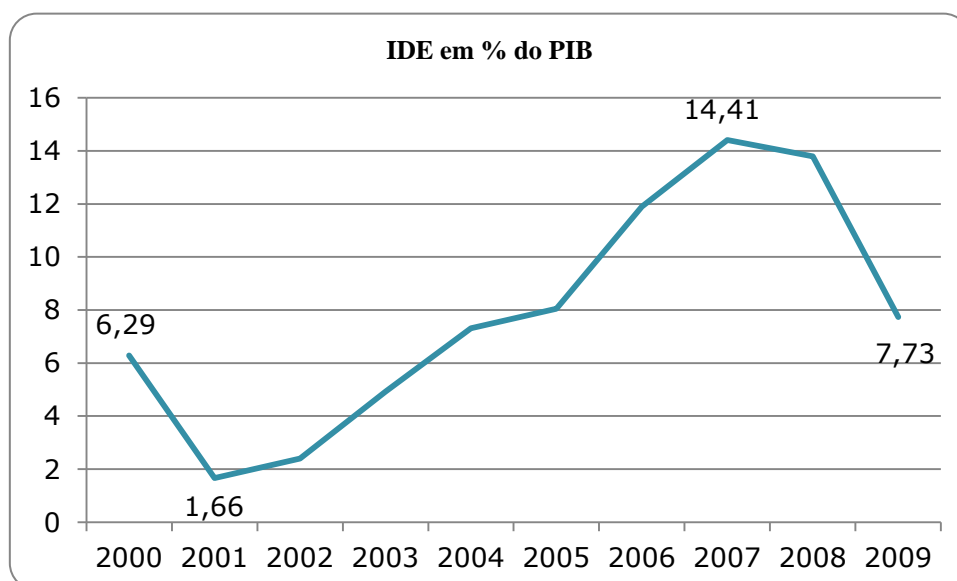
Em 2010 as remessas de emigrantes interromperam o ciclo de queda que vinham observando desde 2006, crescendo 1,1% em 2010. A evolução das remessas foi determinada pelo crescimento de 9,5% dos fluxos provenientes dos EUA e pela estabilização dos fluxos procedentes da zona Euro. Entre os países da Zona Euro, de notar que as remessas provenientes de Portugal e França mantiveram um perfil ascendente ao longo do ano, crescendo em termos médios 3,4% e 5,5%, respectivamente. Refira-se ainda, que a forte aceleração das remessas dos EUA foi parcialmente determinada pela apreciação do dólar americano.

As remessas de divisas contribuem para o equilíbrio da balança de pagamentos, assim como para a melhoria do nível de vida das famílias beneficiadas. De regresso a Cabo Verde, os emigrantes geralmente investem as suas poupanças, sobretudo, nos sectores da construção civil, dos transportes e do turismo, pelo que se reveste de grande importância na utilização da mão-de-obra.

- **Investimento Directo Estrangeiro**

Dos projectos do IDE aprovados entre 2000 a 2007, verificam-se aumentos significativos ao longo do período. Se em 2000 foi na ordem dos 131 milhões de Euros, em 2006 foi de 406 milhões de Euros e em 2007 de 1148 milhões de euros. Grande parte do IDE, ou seja, cerca de 95,6% é orientada para o turismo, com a predominância da Grã-Bretanha e Espanha, com cerca de 30% cada, seguindo-se a Itália e Portugal com cerca de 15% cada (BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT, 2008).

Figura 4.40 - Investimento Directo Estrangeiro (% do PIB)



Fonte: Banco Mundial (2011)

Pelas observações da comunidade internacional, o investimento externo é considerado como um dos principais responsáveis pela evolução positiva da economia Cabo-verdiana, dado confirmado pela evolução anual do PIB *per capita*, que passou de 1.300 dólares em 2000 para mais de 3000 em 2010.

O investimento em Cabo Verde, tanto público como privado, encontra-se fortemente dependente de financiamento externo, constituído pela ajuda, pelas transferências de divisas dos emigrantes e pelo IDE. Essas ajudas significam os grandes determinantes do crescimento. Este facto coloca Cabo Verde em uma situação de grande vulnerabilidade em relação aos riscos relacionados com as fontes de financiamento. Portanto, apesar de ser fundamental manter os investimentos públicos, e, para isso, é importante a continuidade das ajudas e a mobilização dos recursos externos, verifica-se uma tendência de queda em relação ao PIB não só da APD, mas também das remessas de divisas dos emigrantes. Apenas as projecções do IDE são favoráveis.

➤ **Por que houve Ajuda Publica ao Desenvolvimento e Investimento Directo Estrangeiro?**

A APD pode fazer milagres, quando cuidadosamente aplicado e sabiamente gasto. Foi o que Cabo Verde tem feito nas últimas décadas, e o exemplo disso é o Millennium Challenge Corporation (MCC)⁵. Em 2005, Cabo Verde foi seleccionado como um dos 19 países em desenvolvimento a beneficiar de um apoio colectivo no valor de 6,9 mil milhões de dólares americanos, confiado pelo Congresso norte-americano.

O objectivo era direccionar apoio para os países em desenvolvimento com liberdade económica, que investem nos seus cidadãos e também dedicados a combater a pobreza, que é o caso de Cabo Verde. Naquele ano o país recebeu 110 milhões de dólares americanos para uma parcela de projectos para capturar e conservar água da chuva, modernizar a agricultura, construir estradas e pontes de que tanto as famílias que vivem da terra precisam para ter acesso aos mercados, escolas e hospitais.

E por aplicado bem o montante doado, o arquipélago foi seleccionado para um segundo financiamento no âmbito do MCC. Cabo Verde é o primeiro país de rendimento médio a ser seleccionado para um segundo compacto, isso devido á uma boa governação.

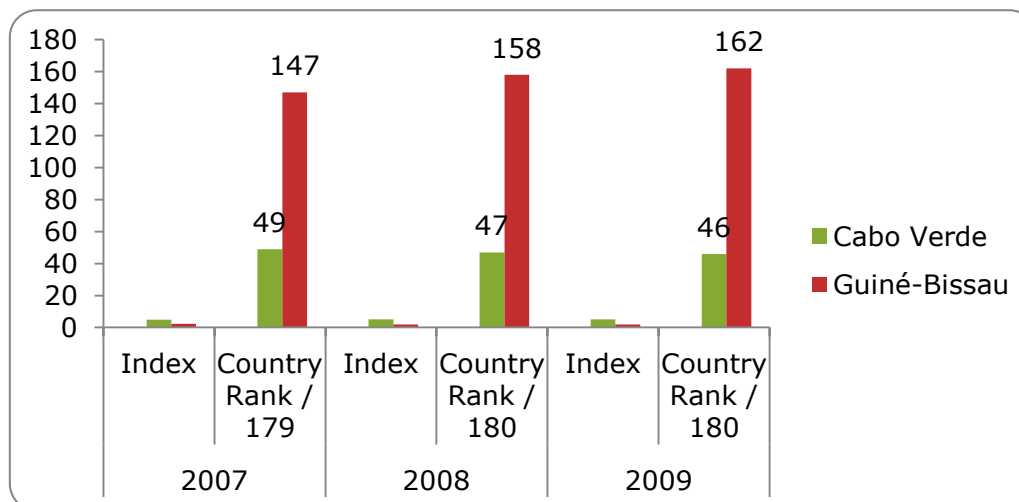
No caso do investimento directo estrangeiro, é essencial, não só por causa dos recursos mas também devido ao *know-how* e dinamismo económico que estes investimentos levam para um país como Cabo Verde.

Por ser um país com baixo nível de corrupção, mão-de-obra qualificada, um país democrático e liberdade económica, Cabo Verde possui ambiente propício para investimentos. Mesmo para investidores habituados a aventurar-se em mercados emergentes, África sugere, muitas vezes, um grau de risco adicional. Mas essa perspectiva, não pode ser aplicada a Cabo Verde, isso porque o país não tem nada que ver com os problemas que normalmente afugentam os investidores de África.

⁵ O Millennium Challenge Corporation é um inovador e independente agência americana de ajuda externa para a luta contra a pobreza global.

Figura 4.41 - Índice de Percepção da Corrupção (IPC)

(10 - highly clean and 0- highly corrupt).

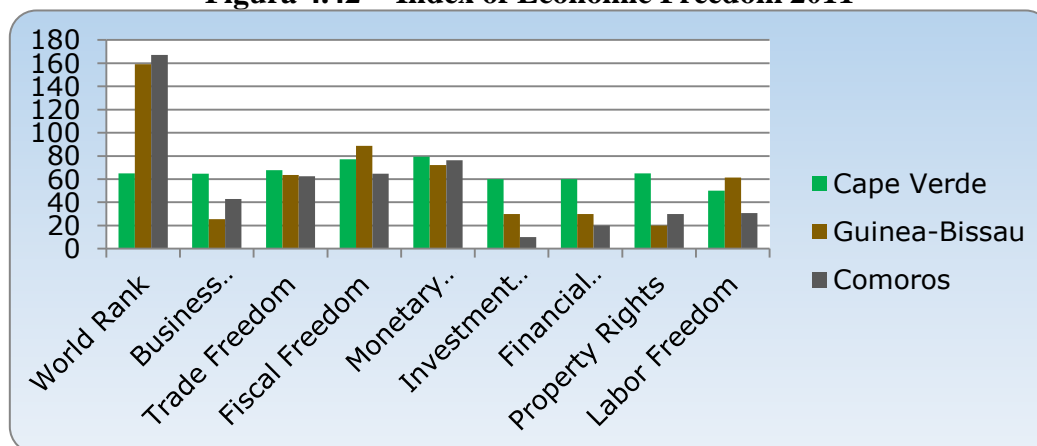


Fonte: Banco Mundial (2011)

“Alguns lugares têm aspectos que podem ser comparáveis. Mas não há nenhum que tenha conseguido juntar todos esses aspectos, como boa administração, transparência, responsabilidade, Estado de direito, uma democracia que está a trabalhar para o seu povo, tirando-o da pobreza, e subsequentemente, colocando-o agora numa categoria de países de rendimento médio no mundo.” **Hillary Clinton (2010)**

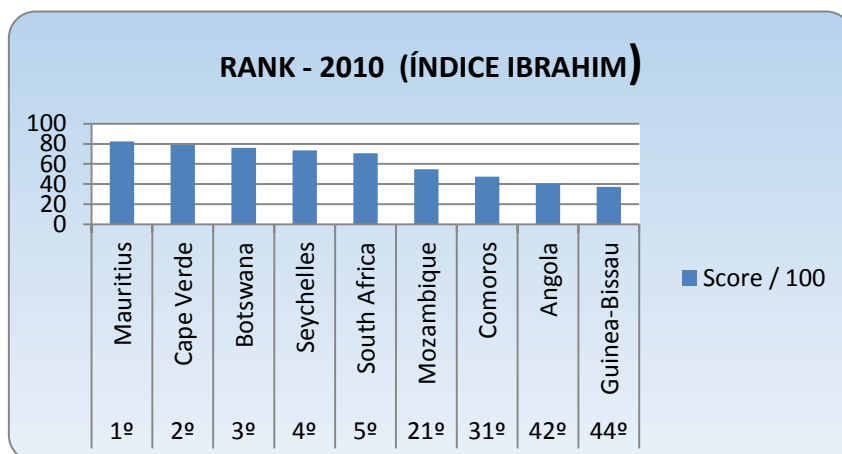
O "Índice de Economic Freedom" de 2011 da "Heritage Foundation", atribui a Cabo Verde o 3º lugar da África e a melhor pontuação a nível da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, mantendo a primeira posição na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental . Isto vem confirmar o processo de transformação por que passa Cabo Verde.

Figura 4.42 - Índice de Economic Freedom 2011



No que concerne a estabilidade política e boa governação, Cabo Verde é um dos mais bem governados em África segundo índice, sendo apenas superado pelas Ilhas Maurícias.

Figura 4.43 – Índice Ibrahim - 2010



Fonte: Fundação Mo Ibrahim

➤ **Quais foram as políticas sociais executadas pelo governo para o cumprimento dos Objectivos?**

O país soube bem aproveitar da APD, IDE e Remessas de Emigrantes que entraram durante esses anos no arquipélago. O governo não preocupou apenas com a aplicação das políticas económicas e financeiras mas, também teve um forte empenho na execução de políticas sociais.

O executivo caboverdeano tem vindo a desenvolver esforços significativos na esfera social, no sentido da promoção e desenvolvimento do mercado de trabalho e na assistência directa a grupos de cidadãos mais vulneráveis. Neste contexto, destacam-se as seguintes áreas de actuação:

- A Educação, com a progressiva descentralização na gestão dos programas educativos, que permitiu o aumento do período de ensino obrigatório para seis anos e aumento o da taxa de matrículas de 53.9% para 62% entre 2001 e 2008, e também o aumento da taxa de transição do ensino básico para o primeiro ciclo, de 70.7% em 2001 para 82.9% em 2008;

- A saúde, com a reorganização do Serviço Nacional de Saúde, tendo em vista atingir uma cobertura de cuidados de saúde eficaz, acessível e abrangente, para além do aumento da capacidade de vigilância para lidar com riscos de epidemias e outras doenças potencialmente transmissíveis, como a doença de dengue;
- A criação de emprego e a formação profissional, de que é exemplo a criação de um sistema integrado entre o ensino, a formação profissional e o mercado de trabalho, através de políticas activas de emprego, como estágios de aprendizagem, programa de primeiro emprego e o envolvimento do sector privado na formação;
- A alimentação escolar, com o fornecimento de refeições gratuitas a quase 80 000 crianças, contribuindo para a melhoria da nutrição e do desenvolvimento do capital humano;
- Os apoios sociais, como por exemplo o pagamento de pensões sociais a grupos de cidadãos que estejam fora do regime contributivo;
- A igualdade de género, com a implementação de políticas públicas que visam democratizar o acesso à educação, alcançando a paridade de género na educação primária e secundária;
- A promoção da melhoria de condições de vida da população, com o Governo a realizar investimentos públicos em áreas como o abastecimento de água, o saneamento público e a habitação social, com vista a garantir o acesso a condições dignas devida.

Estas e outras políticas adoptadas na última década deram frutos, o exemplo disso é a literacia que atingiu os 84% e a esperança de vida à nascença 71 anos. Dois indicadores que reflectem o desenvolvimento seguido e que colocam Cabo Verde entre os 100 países melhor colocados à escala mundial e como referência no contexto africano em que se insere. As políticas governamentais, desde a independência, tiveram a percepção da importância da educação enquanto factor de crescimento e desenvolvimento económico.

Com a maioria dos indicadores a evoluírem positivamente, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Arquipélago, atingiu os 0.534, está claramente acima da média da África Subsahariana que é 0.389.

O país, atingiu um IDH superior a países ricos em recursos como Angola ou a Nigéria e integra o grupo dos países com desenvolvimento médio, onde figuram a África do Sul, as Maldivas e a Indonésia. Os indicadores são do relatório de 2010 do ONU e sustentam também

eles a “máxima” que começou a ser usada nos meios diplomáticos internacionais em relação a Cabo Verde: “*no resources, no problems.*”

“ É, de facto, um país único. Está no caminho correcto e tem a certeza do dever cumprido. Muitos outros, com recursos naturais, estão longe de alcançar os resultados cabo-verdianos”. **Petra Lantz, coordenadora residente do sistema da ONU em Cabo Verde**

Ainda há muito caminho a percorrer e as autoridades não devem perder de vista os problemas que ainda subsistem. Apesar dos ganhos obtidos nas últimas décadas, e de ter reduzido a dependência das ajudas externas, o país continua com “um alto índice de vulnerabilidade” e a enfrentar desafios para manter o nível já alcançado e garantir a sua contínua progressão. No entanto, Cabo Verde pode atingir todos os objectivos do milénio até 2015 se as actuais trajectórias de sucesso se mantiverem e também se os mais ricos cumprirem com o objectivo oito.

Ao contrário de Cabo Verde muitos dos países africanos não cumprirá os objectivos até a data limite, como por exemplo a Guiné-Bissau. O país ainda não conseguiu resolver muitos dos problemas que afligem a maioria dos países africanos - corrupção, instabilidade política e insegurança institucional. Muitas das metas não vão atingidas, algumas até regrediram, como é caso de infra-estruturas, PIB *per capita*, etc.

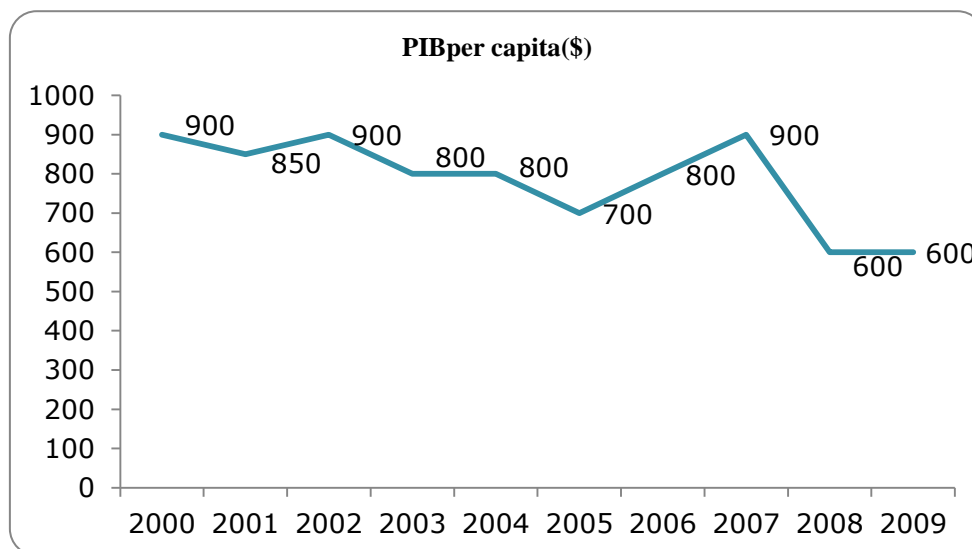
Quadro 4.7 ODM – Guiné-Bissau

Objectivos	Metas	Situação Actual
1. Erradicar a pobreza extrema e a fome	Reduzir para metade a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia.	A pobreza absoluta atinge ainda dois terços dos guineenses e a tendência ainda não é de redução tendo em conta a queda da actividade económica.
	Reduzir para metade a percentagem da população que sofre de fome.	
2. Alcançar o ensino primário universal	Garantir que todos os rapazes e raparigas terminem o ciclo completo do ensino primário.	Em 2000 apenas 31% concluíam o 1º ciclo e apenas 42% em 2009.
3. Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher	Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis, até 2015.	A educação para todos e a paridade entre os sexos progredem, mas num ritmo lento relativamente aos objectivos definidos para o ano 2015.
4. Reduzir a mortalidade de crianças	Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos.	A mortalidade infantil ainda continua elevada. Em 2000 por cada mil nascimentos 218 morriam antes dos 5 anos em 2009 diminuiu para 193.
5. Melhorar a saúde materna	Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna.	Devido a fragilidade da situação humana e a fraca cobertura do país em termos de serviços sociais de base, faz com que a mortalidade materna ainda seja um pouco elevado.
6. Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças	Deter e começar a reduzir a propagação do VIH/SIDA.	No caso de tuberculose tem aumentado nos últimos anos, ou seja, passou 192 por cada 100.000 no ano 2000 para 229 em 2009
	Deter e começar a reduzir a incidência de malária e outras doenças graves.	
7. Garantir a sustentabilidade ambiental	Reduzir para metade a percentagem da população sem acesso permanente a água potável.	O abastecimento em água potável, saneamento de base e acesso a um alojamento decente é ainda, para a maioria da população da Guiné-Bissau, um luxo. Em 2000 apenas 55% da população tinha acesso a água potável e 2009 aumentou para 61%. E caso de saneamento apenas 18% tinha acesso em 2000 e hoje pouco mais do que 21%.
	Melhorar consideravelmente a vida de pelo menos 100 000 habitantes de bairros degradados, até 2020.	

Fonte: Autor com base nos dados ONU (2011)

A Guiné-Bissau está longe de atingir os objectivos. As condições económicas e sociais pioraram na última década, com queda do rendimento *per capita* na maioria dos anos, isto é, o PIB per capita regrediu quase 67% comparado com o ano 2000, a Guiné-Bissau continua a ser um dos países mais pobre do mundo, com mais de dois terços da população a viver abaixo da linha de pobreza.

Figura 4.44 - PIB per capita (US\$)

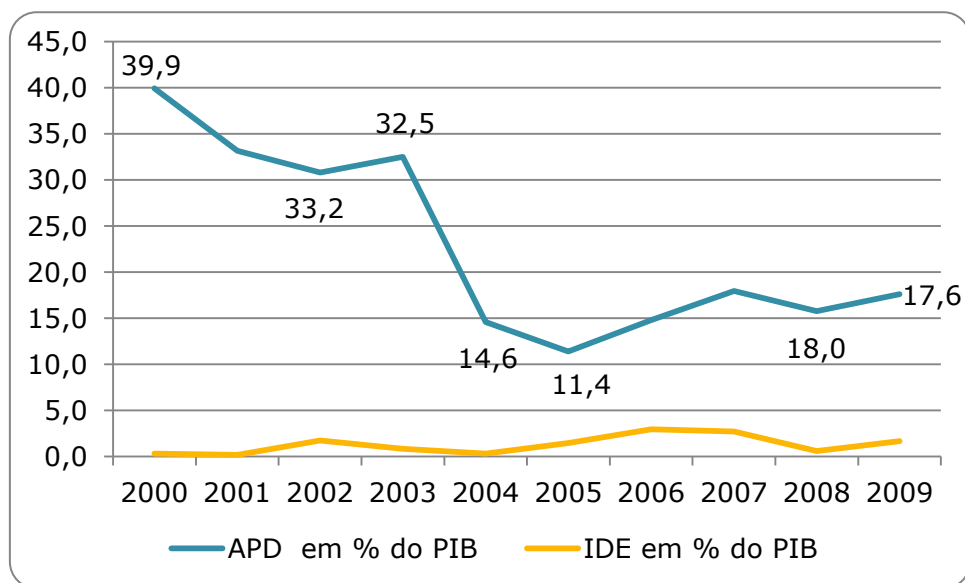


Fonte: CIA World Factbook (2011)

A evolução económica destes últimos anos mostra que houve um recuo do nível de vida. Em 2002, o país registou uma taxa de crescimento negativo do seu PIB de $-7,2\%$. Como resultado das consequências do conflito de 1998-1999, o IDE, em percentagem do PIB, passou de $21,8\%$ em 1997 para $1,7\%$ em 2003, comprometendo assim a esperança de reconstrução. A poupança local é negativa desde 1998 até ao presente momento. A ajuda pública ao desenvolvimento baixou, passando de $74,2\%$ em 1994 para quase $17,6\%$ do PIB em 2009.

O país tal como Cabo Verde, depende muito da APD, IDE e Remessas de Emigrantes. Devido a fraca diversificação da estrutura económica e os baixos níveis de receitas justifica m o papel fundamental que a ajuda externa desempenha na economia guineense, influenciando e condicionando o desenvolvimento do país. Mais de 90% das actividades económicas são financiadas por recursos externos.

Figura 4.45 - APD e IDE em percentagem do PIB



Fonte: Banco Mundial (2011)

Guiné-Bissau necessita desses financiamentos, no entanto os países doadores estão a reduzir ou a cancelar essas ajudas, devido a instabilidade política e corrupção (como se verifica figura 4). O exemplo disso é a tentativa de golpe liderada pelo Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, e a sua posterior nomeação, muito contestada, como Chefe do Estado-Maior. Estes acontecimentos políticos resultaram na suspensão do apoio ao orçamento por parte da UE, que tinha assegurado o financiamento da Reforma do Sector da Defesa e da Segurança e o pagamento dos salários dos professores e funcionários públicos. O apoio financeiro dos doadores, a médio prazo, dependerá, em grande parte, da consolidação da estabilidade política.

E o IDE é quase inexistente, apesar das potencialidades do país nos diferentes sectores, nomeadamente na agricultura, pesca, turismo, etc., existe um fraco investimento privado nestes sectores e produtos devido á ausência de um clima propício para negócios e investimentos, falta de infra-estruturas e mão-de-obra, etc. O que limita a possibilidade de desenvolvimento destes sectores e o impacto que poderão ter no crescimento económico, na criação de oportunidades de emprego, na melhoria da competitividade externa do país e no combate a pobreza.

Nos últimos três anos, tem se verificado uma forte desaceleração da actividade económica, com o PIB a cair em muitos países, fruto do impacto negativo da crise financeira mundial no turismo, na construção, Ajuda Publica ao Desenvolvimento e nos fluxos de investimento directo estrangeiro.

A dependência dessas economias em relação aos mais desenvolvidos, em particular a Zona Euro e os estados unidos, onde há problemas sérios, condicionou não só os países em estudos mas, sim todos aqueles que dependem de APD, remessas dos emigrantes e IDE, isso porque essas fontes de financiamento diminuíram, ou seja, com perturbações nas economias desses países, haverá um impacto negativo nos países dependentes.

No caso de Cabo Verde, para combater a crise, o governo cabo-verdiano executou um ambicioso programa de investimento público, de 281 milhões de euros (BCV-201). Isto agravou a dívida pública, porém no entender do BCV isso não estará a prejudicar a economia, antes pelo contrário, estará a ajudar a enfrentar a crise, de um lado, e, de outro lado, a preparar o país para o futuro. A mesma entidade, ainda realça que o investimento público está a ter um papel muito importante na diminuição do impacto da crise internacional, pois tem compensado a redução do IDE, remessas dos emigrantes e APD.

Com isso, espera-se uma preparação do país para o aproveitamento de oportunidades no pós crise, isto porque, melhora a competitividade externa, pois se olharmos para os investimentos em curso, aceita-se que terão um impacto positivo a prazo, isto é, haverá melhores condições de atracção de investimento estrangeiro.

De um modo geral, como essas três economias – Cabo Verde, Guiné-Bissau e Comores - dependem muito de APD, Remessas de Emigrantes e IDE para o financiamento da economia e por haver nos últimos anos houve uma redução dessas fontes de financiamento, resultado da última crise económica e financeira, ficou mais difícil esses países cumprirem os ODM, principalmente os dois últimos que estavam mais atrasados quando a crise iniciou.

6 – PERSPECTIVAS E ALTERNATIVAS

6.1 - Alternativas

As três economias são dependentes de APD, remessas de emigrantes e IDE para o financiamento da economia, sendo as duas primeiras, alternativas a não seguir por muito tempo. No entanto, existe outras alternativas como, Cluster do mar e a agricultura.

- **Ajuda pública ao desenvolvimento**

APD não pode ser considerada como uma alternativa a seguir no longo prazo, isso porque ficar dependente de outros é muito arriscado, o exemplo disso é a última crise económica e financeira, em que os países dependentes de APD ficaram em apuros: com a crise reduziu-se a APD e como esses países contam com essas ajudas para o Orçamento Geral muitos dos objectivos ficaram mais difícil de ser cumpridos. O que tem de ser feito é utilizar essas ajudas para desenvolver infra-estruturas, investir na educação para atrair mais IDE.

- **Investimento Directo Estrangeiro**

O IDE é uma das variáveis que pode ser considerado como estratégica para o financiamento do desenvolvimento, enquanto substituto natural da APD. Além disso, o IDE viabilizaria a transferência de tecnologia e utilizar novas técnicas de gestão, mas também completaria os investimentos necessários ao desenvolvimento do turismo e também da indústria. Guiné-Bissau e Comores têm que seguir o exemplo de Cabo Verde, um país que fez muito para atrair IDE nos últimos anos.

- **Cluster do mar**

Esses três países estão por natureza ligados ao mar. Segundo um estudo da Espírito Santo Research a economia ligada ao mar é um dos sectores onde deve incidir a aposta de investimento, sobretudo nas actividades como pesca, transportes marítimos, turismo, desportos náuticos, reparação naval, construção, energia, captação de água e produção de sal, nos países com a característica de Cabo Verde.

Os responsáveis desses países, tem que dar mais atenção ao sector das pescas, pelo impacto que a actividade pesqueira tem, seja na dimensão industrial, seja na vertente artesanal, ou potencialmente poderá adquirir, para a economia desses países e, particularmente, junto das populações mais directamente envolvidas. Com efeito, podem reunir-se em quatro grandes vectores de actuação os objectivos que uma política de pescas, bem identificada com o contexto do país, deverá procurar atingir:

- Aumento do valor acrescentado do sector;
- Instrumento de combate à pobreza;
- Exploração sustentável dos recursos;
- Catalisador de desenvolvimento e valorização de actividades complementares e afins.

- **Remessas de Emigrantes**

As remessas são uma das principais fontes externas de financiamento do desenvolvimento. Distinguem-se das acções filantrópicas de pessoas singulares ou colectivas, assim como do investimento directo estrangeiro, por beneficiarem as famílias e pela sua previsibilidade e estabilidade. Segundo estimativas do Banco Mundial, as remessas registadas em 2006 para os países em desenvolvimento atingiram 206 mil milhões de dólares, valor correspondente a dois terços do investimento directo estrangeiro (325 mil milhões) e quase ao dobro da ajuda pública ao desenvolvimento (104 mil milhões) no mesmo período.

As remessas dão um importante contributo para o desenvolvimento do sistema financeiro e para a inclusão económica e social na medida em que o envio de remessas via instituições financeiras faz com que mais pessoas passem a ter acesso aos serviços através da intermediação.

Por outro lado, esses países devem diminuir a dependência das remessas dos emigrantes e das ajudas externas. O que tem que ser feito é a implementação de medidas que atrai mais IDE e também apostar nas exportações, criando incentivos para pequenas e medias empresas. Como por exemplo, a Guiné-Bissau, em vez de exportar a castanha de caju como matéria - prima, os

responsáveis do país deveriam incentivar investidores estrangeiros a investir numa fábrica para a transformação desse produto para exportação pois, com isso o país ganhará mais.

6.2 - Perspectivas

- **Cabo Verde**

O Outlook para a economia Caboverdeana mantém-se favorável. Segundo o último relatório preparado pela Intelligence Unit da revista The Economist, considera que, apesar dos riscos externos, Cabo Verde será um dos países mais estáveis de África em 2011-2012. Na sua análise, prevê que o principal impulsionador do crescimento real do PIB, estimado em 6% em 2011 e 5,5% em 2012, será o investimento directo estrangeiro, sobretudo em infra-estruturas e turismo que Segundo esse relatório, continuará a ser o sector estratégico para a economia cabo-verdeana, perspectivando que a procura do produto Cabo Verde vai continuar a aumentar no mercado internacional.

E com a recuperação da actividade económica mundial, a evolução favorável das reservas externas (que confere uma grande estabilidade às políticas monetária e cambial) e a prudência seguida na política orçamental, proporciona um óptimo ambiente para alcançar o previsto pela The Economist.

No entanto, os analistas chamam atenção no que diz respeito aos preços, ou seja, a subida rápida dos preços das mercadorias podem comprometer a estabilidade económica do país. Por isso, os preços cobrados ao consumidor local podem subir cerca de 8% em 2011.

- **Guiné-Bissau**

O crescimento económico deverá aumentar para 4,5% e 4,8%, em 2011 e 2012, respectivamente, sustentado pelo aumento da produção agrícola, pelas exportações de castanha de caju e pelo Investimento Directo Estrangeiro. O principal risco reside na persistente instabilidade política, que pode determinar uma redução ainda maior do financiamento dos doadores, prejudicando a execução do programa de investimentos públicos nos próximos anos. A médio prazo, a inflação deverá manter-se dentro da meta de 3% do Banco Central dos Estados da África Ocidental, mantendo o bom desempenho de 2010.

- **Comores**

Segundo dados do FMI, o crescimento económico deverá aumentar a uma média anual de 4 por cento no médio prazo, impulsionado pela maior actividade na agricultura e na pesca, transporte e turismo. A inflação deverá permanecer moderada, de acordo com a filiação Comores na zona de Franco. Além disso, com o retorno de instabilidade política após as eleições de 2010, as ajudas externas e o investimento directo estrangeiro poderá aumentar.

7 – CONCLUSÃO

Após os estudos e as investigações realizados, sentimos alguma preparação para dar resposta à nossa pergunta de partida: *“O que fez cabo verde para estar prestes a cumprir os oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio propostos pela ONU?”*

Um crescimento económico contínuo, maturidade democrática, governos eficientes são alguns dos factores que marcam o desenvolvimento de Cabo verde. No entanto, temos que realçar a importância da Ajuda Pública ao Desenvolvimento nesse processo. A APD foi imprescindível para o desenvolvimento económico e social de Cabo Verde, contribuiu, em geral, para a melhoria de infra-estruturas, para o equilíbrio da balança de pagamentos, para o desenvolvimento dos sectores sociais e para os resultados globalmente positivos das reformas estruturais empreendidas nos últimos anos.

Este desenvolvimento também deve-se, às significativas remessas financeiras enviadas para o país, e ao Investimento Directo Estrangeiro. De acordo com os dados estatísticos do BCV, as remessas dos imigrantes representaram, até 2008, umas das principais fontes de receitas de Cabo Verde e contribuem, anualmente, com uma média de 9,4 milhões de contos para a economia do arquipélago. No caso do IDE, tem sido fundamental para desenvolvimento do sector do turismo, que é considerado hoje como sector estratégico para Cabo Verde.

Cabo verde tem atraído esses recursos externos graças à boa governabilidade, boa gerência da ajuda externa, estabilidade das instituições políticas, democracia, baixo nível de corrupção. O governo tem se pautado por princípios de rigor e de transparência na gestão dos recursos externos, e tem-se orientado para a intensificação da democracia.

Verifica-se que há uma preocupação dos governos de criar um ambiente político, legal, económico e financeiro que favoreça o investimento externo e as exportações. Por outro lado, existe a preocupação de mobilização de toda a sociedade rumo ao desenvolvimento sustentado do país. Para o governo, a imagem externa é um recurso estratégico que deve ser potencializado.

Depois da independência o país tem vindo a receber importâncias significativas dos parceiros internacionais e o arquipélago soube bem aplicar essas ajudas que recebeu durante esses anos. O governo não preocupou apenas com a aplicação das políticas económicas e financeiras mas, também teve um forte empenho na execução de políticas social e hoje o país é um dos poucos países africanos que poderá atingir os ODM.

Ainda há muito caminho a percorrer e as autoridades não devem perder de vista os problemas que ainda subsistem. Apesar dos ganhos obtidos nas últimas décadas, e de ter reduzido a dependência das ajudas externas, o país continua com “um alto índice de vulnerabilidade” e a enfrentar desafios para manter o nível já alcançado e garantir a sua contínua progressão. No entanto, Cabo Verde pode atingir todos os objectivos do milénio até 2015 se as actuais trajectórias de sucesso se mantiverem e também se os mais ricos cumprirem com o objectivo oito.

Muitos são as limitações dos países subdesenvolvidos (como de recursos naturais, deficiente capacidade industrial, falta de infra-estruturas, clima pouco favorável para negócios, etc.), mas a escassez de capital é considerada por muitos, como uma das causas fundamentais do subdesenvolvimento. Contudo, tanto Guiné-Bissau como Comores receberam APD, remessas de emigrantes e IDE nos últimos anos, apesar de, em quantidades menores, ou seja, esses dois países não deram um destino que devia ser dado a essas receitas, isso porque esses países pouco desenvolveram nos últimos dez anos atrás. Segundo alguns autores, na maioria das vezes, esse capital não é utilizado para aumentar a capacidade produtiva e gerar mais receitas, mas sim é desviado para gastos em bens de luxo, corrupção, gastos militares, etc., tornando imprescindível uma estratégia de desenvolvimento nacional envolvida com os interesses nacionais, eficaz e capaz de transformar esses recursos em novas fontes de renda. A política económica interna dos países subdesenvolvidos é fundamental para o sucesso dos recursos recebidos.

No caso da Guiné-Bissau, o país está longe de atingir os objectivos. As condições económicas e sociais pioraram na última década. A Guiné-Bissau continua a ser um dos países mais pobre do mundo, com mais de dois terços da população a viver abaixo da linha de pobreza. Este fraco resultado está fortemente ligado ao mau desempenho dos sucessivos governos e as tensões políticas e sociais que culminaram no conflito armado de 1998-99, que deixou

milhares de mortos, deslocou a maioria da população da capital e causou danos generalizados à infra-estrutura.

A economia continua a ser confrontada com fortes contrariedades estruturais, marcadas pela fraca diversificação da estrutura económica. A economia guineense é predominantemente agrícola, com uma indústria e tecnologia rudimentares, o que limita a capacidade de crescimento rápido e sustentável. A agricultura comercial é dominada pela produção de castanha de caju para exportação, representando quase a totalidade das receitas de exportação, o que alerta para a extrema dependência da economia guineense face às variações dos preços mundiais.

O país carece de uma infra-estrutura de transportes adequada, o que dificulta os movimentos de mercadorias e constitui um obstáculo ao desenvolvimento da base produtiva do país. Um exemplo da DENARP ilustra bem esta situação - na produção de arroz, altamente excedentária no sul, mas sem escoamento devido a dificuldades de transporte, enquanto no norte a falta deste produto favorece a sua importação.

A Guiné-Bissau é muito dependente da ajuda externa, no entanto os doadores estão a reduzir ou a cancelar essas ajudas devido a corrupção e das tensões políticas que o país tem vivido nos últimos anos. Estes acontecimentos políticos resultaram na suspensão do apoio ao orçamento por parte da UE, que tinha assegurado o financiamento da Reforma do Sector da Defesa e da Segurança e o pagamento dos salários dos professores e funcionários públicos. O apoio financeiro dos doadores, a médio prazo, dependerá, em grande parte, da consolidação da estabilidade política.

A falta de diversificação da estrutura económica e os baixos níveis de receitas justificam o papel fundamental que a ajuda externa desempenha na economia guineense, influenciando e condicionando o desenvolvimento do país. Segundo dados do BCEAO mais de 90% das actividades económicas são financiadas por recursos externos, sendo a capacidade nacional de conceber, implementar e avaliar os programas de desenvolvimento muito fraca. A dependência extrema da ajuda externa é, assim, um problema que tem de ser cuidadosamente gerido.

Com todos estes pontos negativos, o país necessitará de uma reestruturação profunda para criação de um contexto favorável para realização dos OMD e a redução sensível da pobreza.

Terá que fazer uma abordagem rigorosa da reconstrução e diversificação da economia, para que seja possível atacar de forma sustentada a luta contra a pobreza a fim de colmatar os atrasos acumulados e realizar os ODM dentro dos prazos. A luta contra a pobreza e a realização dos ODM são uma exigência para a dignidade da população guineense, e um objectivo a atingir, mas também um meio para o desenvolvimento do capital humano, sem a qual o crescimento e a redução da pobreza, não podem ser uma realidade.

A situação de Comores é quase idêntica à da Guiné-Bissau. Por terem sofridos vários golpes de estado, e governos pouco eficientes entre outros factores, estes dois países pouco se desenvolveram depois da independência, mas Comores está melhor no que diz respeito ao cumprimento de alguns objectivos. Apesar de tudo, tem havido algum esforço por parte do governo em realizar o crescimento e à redução da pobreza.

Esses países já sabem da importância que a realização dos ODM tem para o progresso. Isso porque, nenhum país, que tem esses objectivos por cumprir terá um desenvolvimento económico e social sólido.

No caso da Guiné-Bissau e Comores, têm que realizar acções para institucionalizar a boa governação. Com paz a regressar gradualmente para estes países, haverá menos entraves para o crescimento e progresso, o que fará com que seja mais rápido o alcance das metas dos ODM, ou seja, com a existência de melhor ambiente político e económico nesses países e um contínuo compromisso ao mais alto nível dos órgãos de tomada de decisão poderão cumprir algumas metas do ODM.

Muito deve ainda ser feito e o mais importante entre estas questões está o incremento dos recursos para acelerar a taxa do progresso. Essas nações devem intensificar a implementação das suas estratégias nacionais de desenvolvimento consistentes com os ODM e de redução da pobreza. De igual modo, esforços intensificados devem ser realizados no sentido de extinguir os novos focos de conflito que podem prejudicar os frágeis progressos.

7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Armstrong, Harvey and Robert Read,(2006), “Trade and Growth in Small States:The Impact of Global Trade Liberalization”, *The World Economy*, 21(4).
- Bellantyne, P.(1998), “Small Islands, Big Issues . Special Treatment for the most Vulnerable?” *OneWorld Europe*, Maastricht.
- Briguglio (2006) “Conceptualising and Measuring Economic Resilience.” Building the Economic Resilience of Small States, Malta: Islands and Small States Institute and London: *Commonwealth Secretariat: 265-287*
- Brito, João (2009), *Sistema Financeiro e Caracterização Económica de Pequena Economia Insular*, Dissertação de Mestrado em Economia, Lisboa, Universidade de Coimbra.
- Bernal, R. L. (2000), “Globalisation and Small Developing Countries: Challenges and Opportunities”, pp. 39-51.
- Commonwealth Consultative Group (2000). “Vulnerability: Small states in the global society”. London: *Commonwealth Secretariat*.
- Caixa Geral de Depósitos. “Cabo Verde: Dez Ilhas, Um País, Cinco Continentes”. Lisboa: *SGE - Mediateca*, 2007.
- Estêvão, João (2002), “Cabo Verde, o Acordo de Cooperação Cambial e o Euro”, *Estratégia* (Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais), 17(2), pp. 83-99.
- Easterly, William and Aart Kraay (2000). “Small States, Small Problems? Income, Growth, and Volatility in Small States?” *World Development*, 28 (11), pp. 2013-27
- Ferraz, David (2008), A selecção de dirigentes públicos no contexto da evolução de Estado e de Administração – Contributos para uma definição de uma política integrada, *Dissertação de Mestrado em Administração e Políticas Pública*, Lisboa, ISCTE.
- Guiné-Bissau (2009). Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP)
- Jayaraman, T. K. (1998) Offshore Finance Activities in Vanuatu: an Empirical Study of Determinants and Growth, Bowe, M., et al. (edt.) *Banking and Finance in Islands and Small States*, Londres, Printer a Cassell Imprint, pp. 103 – 133.
- Lehmann, Ana (2007), Importância da Credibilidade e da Transparência na Atracção do IDE, Conferência “Ética e Transparência nos Sistemas Financeiro e Empresarial”, promovida pelo *Banco de Cabo Verde*, Praia.
- Laurent, Éloi. “Economic Consequences of the Size of Nations”, 50 years on. Paris: *Collection OFCE/ANR*, N.6, 2008.
- Nouroudine, A. (2008). O trabalho: componente esquecida no documento de estratégia de crescimento e de redução da pobreza nas Comores. *Laboreal*, 4, (1), 29-38.
- Mendes, Domingos (2010), *Perspectiva e Alternativas para a Economia de Cabo Verde*, Dissertação de Mestrado em Economia, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Monteiro, J. (2004a), “Os Recursos Humanos como Vantagem Comparativa de Cabo Verde”, *Estratégia*, Número 20, (1). Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, pp.127:137.
- Ólafsson, Björn G. (1998) “Small states in the global system: analysis and illustration from the case of Iceland”, England, *Ashgate Publishing Limited*.
- ONU (1974) “Países Insulares en Desarrollo”. Nova York: Informe del Grupo de Expertos.
- ONU (2008) “A Contribuição do Quadro Integrado na Organização Económica de C.Verde”.

Read, Robert (2001), Growth, “Economic Development and Structural Transition in Small Vulnerable States”, Helsínquia: *UNU/WIDER, Discussion Paper N° 2001/59*, Agosto.

Reis, Victor (2000), *Principais Estratégias de Desenvolvimento em Confronto na República de Cabo Verde Após a Independência*, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Económico e Social em África, Lisboa, ISCTE

Tolentino, André *et tal* (2008) “A importância e o impacto das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde”, *Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e Fundação Calouste Gulbenkian*.

Tolentino, André. Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: “O Caso de Cabo Verde”. 2. Edição. Lisboa: *Fundação Calouste Gulbenkian*, 2007.

Wint, Alvin G. (2003) “Competitiveness in small developing economies: insights from the Caribbean, Jamaica”, *The University of the West Indies Press*.

The Economist Intelligence Unit - Outlook for 2011-12 - Cape Verde

Banco de Cabo Verde – Relatórios 2000-2010. www.bcv.cv

Banco Espírito Santo, ES Research - Cabo Verde, Outubro de 2010

Banco Espírito Santo, ES Research - Cabo Verde, Julho de 2010

Banco Espírito Santo, ES Research - Cabo Verde, Fevereiro de 2011

Human development Indices (<http://hdr.undp.org>). United Nations Development Programme.

Www. CIAWorldFactbook.com (Dados estatísticos Guiné - Bissau e Comores).

Www.un.org/millenniumgoals

Banco Mundial: www.worldbank.org

FMI: www.imf.org/external/index.htm

Governo de Cabo Verde: www.governo.cv

Instituto Nacional de Estatística: www.ine.cv